

JOSEANE FATIMA DE ALMEIDA

**EDUCAÇÃO, QUALIFICAÇÃO
PROFISSIONAL E MERCADO DE TRABALHO: estudo
sobre os impactos na educação da expansão econômica do
complexo industrial de Suape/PE/Brasil**

Orientadora: Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Instituto de Educação**

**Lisboa
2013**

JOSEANE FATIMA DE ALMEIDA ARAÚJO

**EDUCAÇÃO, QUALIFICAÇÃO
PROFISSIONAL E MERCADO DE TRABALHO: estudo
sobre os impactos na educação da expansão econômica do
complexo industrial de Suape/PE/Brasil**

Dissertação apresentada para obtenção do Grau de Mestre em Ciências da Educação no Curso de Mestrado em Ciências da Educação, conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Orientadora: Prof^ª Doutora Maria das Graças Ataíde de Almeida

Co-orientador: Prof^º Doutor Manuel Tavares Gomes

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Instituto de Educação**

**Lisboa
2013**

“Há escolas que são gaiolas e há escolas que são asas.

Escolas que são gaiolas existem para que os pássaros desaprendam a arte do vôo. Pássaros engaiolados são pássaros sob controle. Engaiolados, o seu dono pode levá-los para onde quiser. Pássaros engaiolados sempre têm um dono. Deixaram de ser pássaros. Porque a essência dos pássaros é o vôo.

Escolas que são asas não amam pássaros engaiolados. O que elas amam são pássaros em vôo. Existem para dar aos pássaros coragem para voar. Ensinar o vôo, isso elas não podem fazer, porque o vôo já nasce dentro dos pássaros. O vôo não pode ser ensinado. Só pode ser encorajado.”

Rubem Alves

A meu pai e minha mãe (*In Memoriam*), meu esposo e toda a minha família, por compreenderem os momentos difíceis que passei ao longo da realização dessa pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é sempre algo muito bom, pois sabemos que conseguimos fazer coisas boas para nós e ainda para os outros; é quando chegamos ao final do percurso que pretendíamos chegar. Porém, nessa etapa, fica muitas vezes difícil enumerar as pessoas as quais pretendemos por algum motivo tecer nossos agradecimentos, pois poderemos ser injustos e quem saber esquecer alguém que realmente foi importante no processo de elaboração desse trabalho desde o projeto até a concretização dessa dissertação.

A família que merece especial destaque, pois foi o esteio que sustentou todo o trabalho apoiando e estimulando para que tudo tivesse começo, meio e fim.

Um agradecimento especial a Professora Doutora Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida, que não foi apenas uma orientadora, mas que para mim, é uma amiga, companheira de todas as horas, pois, me ouviu, instruiu e demonstrou muito carinho nessa caminhada desde os primeiros passos dessa pesquisa com a elaboração do projeto e sua qualificação até os últimos passos com a construção desse trabalho acadêmico. Agradeço também ao Professor Doutor Manuel Tavares Gomes que na condição de Co-orientador desse trabalho nos ajudou a partir da revisão do texto, acrescentando sugestões preciosas para o enriquecimento da literatura utilizada.

Aos amigos e colegas de trabalho, que compreenderam a ausência, mas que mesmo a distância confortaram, fortaleceram e ajudaram no que fosse preciso para que esse trabalho fosse realizado com afinco e dedicação. Gostaria também de agradecer aos amigos e companheiros que participaram comigo das aulas, dos trabalhos, nas conversas extra sala de aula e no percurso até a faculdade.

As pessoas que participaram do trabalho como voluntários tanto respondendo os questionários, quanto realizando as entrevistas, contribuição bastante significativa, pois sem essa participação seria impossível à realização dessa pesquisa e conseqüentemente a construção dessa dissertação.

Por fim, as pessoas que me apoiaram na elaboração da parte gráfica, no levantamento bibliográfico e na revisão ortográfica, além daqueles que direta ou indiretamente contribuíram, desde uma palavra amiga até um telefonema de apoio ou troca de experiência.

RESUMO

ALMEIDA, Joseane Fatima. Educação, Qualificação Profissional e Mercado de Trabalho: Estudo sobre os impactos na Educação da Expansão Econômica do Complexo Industrial de Suape/PE/Brasil, 2013, 177 fls. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Educação, ULHT, 2013.

Essa pesquisa teve como preocupação central conhecer a avaliação que os estudantes do 3º ano do ensino médio da educação básica acerca da educação fornecida pela rede estadual de ensino no estado de Pernambuco quanto à preparação para o mercado de trabalho, especialmente na região do Complexo Industrial de Suape em Pernambuco, Brasil. A pesquisa contou com a participação de 130 alunos que estudavam em duas escolas do município de Ipojuca - onde se localiza o referido Complexo Industrial -, e com 07 autoridades ligadas a educação – responsáveis pelas políticas públicas nessa região e em todo estado – em Pernambuco e nas cidades do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Foram aplicados um questionário validado aos alunos e uma entrevista semi-estruturada as autoridades (secretários de estado, gerentes regionais) em educação. Na análise quantitativa fizemos uso do programa SPSS; enquanto que na análise qualitativa utilizamos a análise de discurso. A partir dos dados obtidos conseguimos como resultado que os alunos acreditam que a escola não os prepara adequadamente para o ingresso e permanência no mercado de trabalho, e acreditam ainda, que para que essa constatação possa ser modificada é preciso que haja um investimento maior na qualidade da educação como prioridade em nosso estado e em nosso país. Nesse sentido, analisamos que mesmo com todos os avanços que estão ocorrendo no Brasil, com programas e leis de incentivo a educação básica e profissional, a sociedade globalizada exige cada vez mais investimentos em educação, e que ela deixe de ser dual e torne-se integrada e onilateral, fazendo com que os alunos consigam acreditar na educação e, a partir dela se tornem sujeitos críticos e com oportunidades de ingresso no mercado com as competências que lhe são exigidas para tal fim.

Palavras-Chaves: Globalização, Educação Básica, Educação Profissional, Competências, Qualificação Profissional, Mercado de Trabalho.

ABSTRACT

ALMEIDA, Joseane Fatima. Education, Vocational Training and Labour Market: Study on the impacts of Economic Expansion in Education Industrial Complex of Suape / PE/Brazil, 2013, 177 pgs. Thesis (Master of Science in Education) - Graduate Program in Education, ULHT, 2013.

This research was known as a central concern of the evaluation that the students of 3rd year high school education on the basic education provided by state schools in the state of Pernambuco on the preparation for the labor market, especially in the region of the Industrial Complex Suape in Pernambuco, Brazil. The survey involving 130 students studying in two schools Ipojuca - where is the said Industrial Complex -, and 07 education authorities involved - and policy makers in this region and throughout the state - in Pernambuco and the cities of Cabo de Santo Agostinho and Ipojuca. We applied a validated questionnaire to students and a semi-structured interview officials (secretaries of state, regional managers) in education. In quantitative analysis we used SPSS, while the qualitative analysis using analysis of speech. From the data obtained as a result we can that students believe the school does not prepare them adequately for entry and stay in the labor market, and still believe, that for and that this finding can be changed there must be a greater investment in quality of education that actually becomes a priority in our state and our country. Accordingly, we analyzed that even with all the advances that are occurring in Brazil, laws and programs to encourage basic and professional education, global society increasingly requires investments in education, and that it no longer and become dual unilateral is integrated, so that students are able to believe in education and, from there to become critical subjects and opportunities to enter the market with skills that are required for this purpose.

Key-words: Globalization, Basic Education, Vocational, Skills, Vocational Training, Labour Market.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABNT Associação Brasileira de Normas Técnicas

AD Análise do Discurso

CEFET Centro Federal de Educação Tecnológica

CEP Centro de Educação Profissional

CNE Conselho Nacional de Educação

CUT Central Única dos Trabalhadores

DCN Diretrizes Curriculares Nacionais

DCNEM Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio

ED Excertos de Depoimentos

FD Formação Discursiva

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFPE Instituto Federal de Pernambuco

LDB Lei de Diretrizes e Bases

MEC Ministério da Educação e Cultura

MOBRAL Movimento de Alfabetização de Adultos

PCN Parâmetros Curriculares Nacionais

PCR Prefeitura da Cidade do Recife

PE Pernambuco

PLANFOR Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador

PRONATEC Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

SEMTEC Secretaria de Educação Média e Tecnológica

SENAC Serviço Nacional do Comércio

SENAI Serviço Nacional da Indústria

SPSS Statistical Package for the Social Sciences

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I – A EDUCAÇÃO BÁSICA VERSUS A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: COMO ESSE PARALELO É VISTO NO BRASIL E NO MUNDO?	17
1 A EDUCAÇÃO BÁSICA VERSUS A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: COMO ESSE PARALELO É VISTO NO BRASIL E NO MUNDO?	18
1.1 A Globalização e a educação.....	20
1.2 A Educação Básica versus a Educação Profissionalizante no Brasil	31
1.3 A Qualificação Profissional e o Mercado de Trabalho.....	42
1.4 O Currículo e a Educação na sociedade globalizada.....	50
1.4.1 Currículo, Escola e Educação	50
1.4.2 A Sociedade Globalizada, a Educação e o Currículo	55
1.4.3 O Currículo e a Educação Profissional no Brasil	58
CAPÍTULO II – METODOLOGIA DA PESQUISA	62
2 METODOLOGIA DA PESQUISA	63
2.1 Hipótese	63
2.2 Objetivos.....	63
2.2.1 Objetivo Geral	63
2.2.2 Objetivos Específicos	63
2.3 Métodos da Pesquisa	63
2.4 Locus da Pesquisa.....	66
2.4.1 Contextualizando o local e a População de Estudo	67
2.5 Sujeitos da Pesquisa	69
2.5.1 Caracterizando a amostra utilizada na Pesquisa	69
2.6 Instrumentos de coleta da investigação.....	71
2.6.1 Pesquisa Documental.....	71
2.6.2 Pesquisa de campo.....	72
2.6.3 Entrevista semi estruturada.....	73
2.6.3 Questionário	74
2.7 Procedimentos da Pesquisa.....	74
2.8 Instrumentos de Análise dos dados	75

2.8.1 Instrumentos de Análise dos dados Quantitativa.....	75
2.8.1.1 SPSS	75
2.8.2 Instrumentos de Análise dos dados Qualitativa.....	76
2.8.2.1 Análise do Discurso.....	76

CAPÍTULO III – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

DA PESQUISA	80
3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA	81
3.1 Análise Quantitativa	81
3.1.1 Identificação pessoal dos estudantes	81
3.1.2 A educação básica, o ensino público e a qualificação profissional dos estudantes.....	83
3.2 Análise qualitativa	104
3.2.1 Identificação Pessoal e Profissional dos Entrevistados	104
3.2.1.1 FD: Políticas Públicas para a Educação e Trabalho: O Discurso Oficial	105
3.2.2 FD: Educação Profissionalizante x Educação Acadêmica: A demanda de Suape/PE.....	109
3.2.3 FD: Qualificação, Competências e Trabalho: A demanda Empresarial.....	111
3.2.4 FD: Formação Profissional: O Discursos do Sistema S e das Escolas Profissionalizantes da Região.....	114
3.3 Resultados e Discussões da Abordagem Quantitativa e Qualitativa – Triangulação de Métodos	115
3.3.1 Triangulação da Caracterização dos grupos	115
3.3.2 Triangulação da Análise feita acerca das políticas públicas para a Educação e o Trabalho.....	116
3.3.3 Triangulação acerca do paralelo Educação Profissional x Educação Acadêmica.....	117
3.3.4 Triangulação das concepções de Qualificação Profissional e o Mercado de Trabalho.....	118
3.3.5 Triangulação das concepções de Formação Profissional e do Sistema S.....	118
CONSIDERAÇÕES FINAIS	120
REFERÊNCIAS	126

APÊNDICES

APÊNDICE I – GUIÃO DE ENTREVISTAS	I
APÊNDICE II – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	III
APÊNDICE III – QUESTIONÁRIO	IV
APÊNDICE IV – ENTREVISTAS REALIZADAS (TEXTO NA ÍNTEGRA).....	VIII
APÊNDICE V – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISAS.....	XLI

ÍNDICE DE QUADROS

1. Distribuição dos Estudantes por Gênero	81
2. Distribuição dos Estudantes por Faixa Etária e Idade	82
3. Distribuição das respostas dos estudantes acerca da escola e da preparação para o trabalho	83
4. Distribuição das respostas dos estudantes acerca da escola e do papel ocupado na sociedade em relação a preparação para o trabalho.....	85
5. Distribuição das respostas dos estudantes acerca da busca por cursos profissionalizantes	87
6. Distribuição das respostas dos estudantes acerca dos cursos profissionalizantes	89
7. Distribuição das respostas dos estudantes acerca da busca por um posto de trabalho em Suape/PE.....	90
8. Distribuição das respostas dos estudantes acerca da busca por um posto de trabalho em Suape/PE.....	92
9. Distribuição das respostas dos estudantes acerca da busca por um posto de trabalho em Suape/PE e a qualificação profissional.....	93
10. Distribuição das respostas dos estudantes acerca do papel do estado na ocupação dos postos de trabalho ociosos em Suape/PE	95
11. Distribuição das respostas dos estudantes acerca da criação de novas escolas técnicas em Pernambuco	96
12. Distribuição das respostas dos estudantes acerca da credibilidade nos governantes quanto a sua preocupação com a formação de mão de obra especializada	97
13. Distribuição das respostas dos estudantes acerca da construção de novas escolas técnicas em Pernambuco	98
14. Distribuição das respostas dos estudantes acerca da candidatura as vagas em Suape/PE.....	100
15. Distribuição das respostas dos estudantes acerca da qualificação profissional.....	101

16. Distribuição das respostas dos estudantes acerca da avaliação que fazem da Escola Pública em Pernambuco	102
17. Distribuição das respostas obtidas através das entrevistas realizadas com autoridades ligadas a educação pública e profissional em Pernambuco e na região do Complexo Industrial de Suape/PE por idade, gênero, tempo de formação e tempo de função	104
18. Apresentação de ED das Autoridades ligadas a Educação Básica e Profissional no Estado de Pernambuco e na região do Complexo Industrial de Suape/PE, agrupadas na FD: Políticas Públicas para a Educação e Trabalho: O discurso oficial.....	105
19. Apresentação de ED das Autoridades ligadas a Educação Básica e Profissional no Estado de Pernambuco e na região do Complexo Industrial de Suape/PE, agrupadas na FD: Educação Profissionalizante x Educação Acadêmica: A demanda de Suape/PE	107
20. Apresentação de ED das Autoridades ligadas a Educação Básica e Profissional no Estado de Pernambuco e na região do Complexo Industrial de Suape/PE, agrupadas na FD: Qualificação, Competências e Trabalho: A demanda empresarial.....	109
21. Apresentação de ED das Autoridades ligadas a Educação Básica e Profissional no Estado de Pernambuco e na região do Complexo Industrial de Suape/PE, agrupadas na FD: Formação Profissional: O discurso do Sistema S e das Escolas Profissionalizantes da região	112

ÍNDICE DOS GRÁFICOS

1. Distribuição gráfica dos estudantes por gênero.....	81
2. Distribuição gráfica dos estudantes por idade.....	82
3. Distribuição gráfica das respostas dadas pelos estudantes acerca da preparação dada pela escola quanto ao ingresso no mercado de trabalho.....	84
4. Distribuição gráfica das respostas dadas pelos estudantes acerca da opinião dada quanto à falta de qualificação oferecidas pelas escolas da rede pública.....	86
5. Distribuição gráfica das respostas dadas pelos estudantes acerca da busca por cursos profissionalizantes.....	88
6. Distribuição gráfica das respostas dadas pelos estudantes acerca dos cursos profissionalizantes.....	89
7. Distribuição gráfica das respostas dadas pelos estudantes acerca da busca por um posto de trabalho em Suape/PE.....	91
8. Distribuição das respostas dos estudantes acerca da busca por um posto de trabalho em Suape/PE e a qualificação profissional.....	93
9. Distribuição das respostas dos estudantes acerca do papel do estado na ocupação dos postos de trabalho ociosos em Suape/PE.....	95
10. Distribuição das respostas dos estudantes acerca da criação de novas escolas técnicas em Pernambuco.....	96
11. Distribuição das respostas dos estudantes acerca da credibilidade nos Governantes quanto a sua preocupação com a formação de mão-de-obra especializada.....	97
12. Distribuição das respostas dos estudantes acerca da construção de novas escolas técnicas em Pernambuco.....	99
13. Distribuição das respostas dos estudantes acerca da Qualificação Profissional.....	101
14. Distribuição das respostas dos estudantes acerca da Avaliação que fazem da Escola Pública em Pernambuco.....	103

INTRODUÇÃO

O tema escolhido para essa investigação emerge da demanda em Pernambuco de uma maior valorização da Educação Profissional, devido ao momento vivido pelo emergente Complexo Industrial de Suape¹, onde está ocorrendo uma real e crescente procura de mão de obra especializada e preparada para as novas competências exigidas por um mercado que tende cada vez mais crescer em termos numéricos, econômicos e tecnológicos.

Porém, cabe ressaltar que todo esse crescimento não foi acompanhado pela qualificação da população, o que ocasionou uma carência de profissionais que se inserissem nesse mercado promissor. Hoje, Pernambuco investe bastante nessa qualificação através do aumento do número de escolas técnicas destinada a esse nível de formação, por meio de parcerias com o Governo Federal, estadual e municipal com base na Lei 12.513/11 que instituiu o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC que em seu parágrafo 1º nos dá as seguintes informações:

Art. 1º É instituído o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), a ser executado pela União, com a finalidade de ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira.

Nesse sentido, podemos perceber que há uma preocupação a nível federal com a qualificação e preparação para o trabalho dos jovens que pretendem ingressar no mercado de trabalho cada vez mais competitivo e exigente, devido às competências inseridas pelo fenômeno chamado globalização que baseado no modelo neoliberal introduzido desde a década de 1990 no Brasil, trouxe exigências cada vez maiores para os futuros trabalhadores que agora necessitam de uma maior qualificação, sem que isso queira dizer um aumento na remuneração recebida, além de conviver com certos paradigmas como: competitividade, empregabilidade e polivalência.

¹ Complexo de Suape - O pólo de desenvolvimento mais dinâmico do Brasil. Locomotiva do desenvolvimento de Pernambuco, o Complexo Industrial Portuário de Suape é considerado um dos principais polos de investimentos do país. O Porto apresenta estrutura moderna, com profundidades entre 15,5m e 20,0m e grande potencial de expansão. Sua localização estratégica em relação às principais rotas marítimas de navegação o mantém conectado a mais de 160 portos em todos os continentes, com linhas diretas da Europa, América do Norte e África. (Fonte: <http://www.suape.pe.gov.br/institutional/institutional.php>).

Sem nos esquecermos de que como afirma Kuenzer (2000, p. 29) acerca da escola pública e sua relação com o ensino médio:

A escola pública de Ensino Médio só será efetivamente democrática quando seu projeto pedagógico, sem pretender ingenuamente ser compensatório, propiciar as necessárias mediações para que os filhos de trabalhadores e excluídos estejam em condições de identificar, compreender e buscar suprir, ao longo de sua vida suas necessidades em relação à produção científica, tecnológica e cultural.

Essa pesquisa tem como sujeitos centrais deste estudo os estudantes do 3º ano do ensino médio da rede pública estadual no Município de Ipojuca/PE, onde buscaremos perceber qual a visão de mundo desenvolvida por eles em relação ao crescimento empreendido pelo Complexo Industrial de Suape e quais são as reais chances de ingresso nesse mercado, cada vez mais promissor desenvolvido nessa região.

Vários estudos foram encontrados com essa temática a nível de Mestrado e Doutorado: Braga (2009 – UCB), “A Educação Profissional e a Inserção de Jovens no Trabalho: O caso do curso Técnico em Informática do Centro de Educação Profissional – CEP”; que objetivou identificar de que forma a educação profissional de nível técnico pode amenizar o desemprego.

Ferraz (2006 - UCSP), “Ensino Médio e Preparação da Juventude para o Mercado de Trabalho: Contradições (Aspirações e Expectativas Profissionais de Alunos Concluintes do Ensino Médio da Rede Pública Estadual)”; onde procurou em sua pesquisa verificar como esses alunos “rentabilizam” em seu favor suas aquisições para transformá-las em vantagens facilitadoras na inserção ao mercado do trabalho.

Miranda (2002 - Unicamp), “A Importância do Ensino Profissionalizante Básico para Adolescentes de Baixo Poder Aquisitivo, diante das Novas Exigências do Mercado de Trabalho”; que buscou em sua pesquisa se certificar de que a empregabilidade dos egressos de um curso de educação profissional se era factível, além de estimar os elementos que poderiam influenciar ou não a obtenção do emprego destes adolescentes.

Dias (2000 - UFMG), “Jovem Aluno Trabalhador do Ensino Médio: A Articulação entre Trabalho e Educação”; procurou fazer uma análise sobre a articulação que os jovens trabalhadores estabelecem entre trabalho e educação.

Já a Tese de Doutorado de Grabowski (UFRS, 2010), “Financiamento da Educação Profissional no Brasil: Contradições e Desafios”, visa investigar a reestruturação produtiva, o

trabalho e a educação, além da educação profissional por meio de parâmetros como qualificação, competências e formação para o mercado de trabalho.

A partir desses trabalhos, nossa investigação traz como questão de partida investigar como os jovens estão sendo preparados nas escolas da rede pública estadual e escolas do sistema S – Senai e Senac – para as novas exigências do mercado de trabalho em Pernambuco, especialmente na região do Complexo Industrial de Suape. Observa-se ainda, que há uma preocupação nesses estudos em relação condição atual da escola nesse contexto da qualificação profissional, se de fato esta se encontra preparando para o trabalho e, se não está como poderemos superar esse obstáculo. Ferreira & Garcia (2010, p. 164) fazem a defesa da integração do ensino médio à educação profissional, pois para as autoras isso pressupõe a formação de pessoas que compreendam a realidade e que possam atuar de fato como profissionais.

Acrescentam ainda (p. 170) que para os jovens das camadas populares o trabalho representa um fator extremamente importante para a sobrevivência dos mesmos e das suas famílias:

O trabalho é uma das questões cruciais que enfrentam os jovens e adultos das classes populares, na maioria esmagadora que frequenta a escola pública. Mudanças profundas no âmbito das tecnologias, das relações econômicas, sociais, políticas e culturais afetam o cotidiano da escola direta ou indiretamente. A crise estrutural do desemprego aprofunda o clima de tensão permanente nesse âmbito, em face das necessidades da sobrevivência familiar. Além dessa dimensão histórica, inserido no sistema capitalista, o trabalho tem também uma dimensão ontológica, como forma pela qual a humanidade produz sua própria existência na relação com a natureza e com seus pares, produzindo assim conhecimentos.

Para essa investigação elegemos as seguintes categorias: Educação Básica, Educação Profissionalizante, Currículo em Educação, Qualificação e Competências para o ingresso e permanência no Mercado de trabalho na atualidade em Pernambuco, tomando por base as exigências advindas dessa sociedade na qual estamos inseridos com as fronteiras cada vez mais reduzidas por um fenômeno denominado globalização.

No referencial teórico da categoria Educação Básica *versus* Educação Profissional, utilizamos as discussões desses teóricos acerca da importância de se fazer um ensino médio integrado e não apenas uma escola dual como percebemos em todo o seu histórico no Brasil, desde as primeiras políticas públicas acerca da educação básica e da formação profissional,

nesse sentido, merecem destaque Kuenzer (2000, 2001, 2006, 2009), Frigotto (2005, 2007, 2010), Ferretti (1993, 1999, 2000, 2004), Manfredi (2002), Oliveira (2001, 2003, 2005), Ramos (2005, 2007, 2010).

Na categoria Currículo e Educação no Brasil utilizamos os seguintes teóricos: Apple (2009), Libâneo (2006), Lopes & Macedo (2006), Macedo (2011), Moreira (2009, 2011), Roldão (2010) e Young (2011). Já na categoria Qualificação e Mercado de Trabalho fez-se presente os estudos de: Deffune & Depresbiteris (2002), Gílio (2000), Oliveira (2003, 2005) e Salm (1994), entre outros.

Nossa pesquisa de campo foi realizada em duas Instituições de Ensino Público da Rede Estadual de Pernambuco situadas na cidade do Ipojuca, tendo como base uma amostra de 130 estudantes do 3º ano do ensino médio das referidas instituições; além de sete autoridades ligadas a área da educação básica e da educação profissional na região em questão.

Nessa investigação delimitaram-se esses estudantes por se tratarem de jovens que estavam em série terminal do ensino básico em idades entre 16 e 24 anos, de ascensão para o ingresso nesse mercado e que, por estar nessa condição representam mão de obra disponível e supostamente apta para atender essa demanda emergencial na região em questão.

Aplicamos dois instrumentos de coleta de dados, uma entrevista semi-estruturada com as autoridades responsáveis pela gestão da educação e um questionário, aplicado aos estudantes. A coleta de dados foi realizada entre Novembro de 2011 e Abril de 2012.

A pesquisa foi organizada em três capítulos, além de uma conclusão final. A norma de referência bibliográfica utilizada foi a APA (American Psychological Association).

No primeiro capítulo “Educação Básica *versus* a Educação Profissional: Como esse paralelo é visto no Brasil e no Mundo”, realizamos a revisão de literatura, levantando algumas reflexões sobre a educação brasileira e suas relações com a formação nos níveis básico e profissionalizante, através da realidade vivenciada pelas políticas públicas e legislações estabelecidas ao longo do século XX e início do século XXI, que atendem não apenas a necessidade do país, mas também, as exigências de organismo internacionais e a globalização.

No segundo capítulo “Metodologia da Pesquisa”, procuramos desenvolver a metodologia que foi utilizada na pesquisa, esclarecendo o tipo de estudo, contextualizando a

população e a amostra, e apresentando os instrumentos de observação e procedimentos de pesquisa, além das técnicas de análise dos dados coletados.

O terceiro capítulo “Apresentação e análise dos resultados da pesquisa”, por sua vez, foi organizado de forma a apresentar os resultados adquiridos por meio da coleta de dados na pesquisa de campo através de gráficos e tabelas, no sentido de proporcionar uma discussão baseada em dados obtidos e sua relação com os estudos teóricos já publicados.

Por fim, nas considerações finais buscamos realizar considerações acerca dos resultados obtidos em consonância com os objetivos propostos e sugerimos estudos futuros para novas pesquisas na referida área de nossa pesquisa.

CAPÍTULO I

A EDUCAÇÃO BÁSICA *VERSUS* A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: COMO ESSE PARALELO É VISTO NO BRASIL E NO MUNDO?

“O homem não é nada além daquilo que a educação faz dele.”

Immanuel Kant

1 A EDUCAÇÃO BÁSICA *VERSUS* A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: COMO ESSE PARALELO É VISTO NO BRASIL E NO MUNDO?

O Brasil e o mundo desde o final do século XIX e início do século XX, vem passando por inúmeras transformações no campo econômico oriundas da expansão da Revolução Industrial e, que culminou no advento das I e II Guerras Mundiais, que introduziu a economia globalizada, onde as nações vencedoras dos referidos conflitos passaram a assumir internacionalmente o controle sobre as nações em desenvolvimento, que se tornaram zona de influência tanto ideológica, quanto econômica. A partir daí, temos também um forte desenvolvimento tecnológico que passa a ditar as regras de mercado em todas as partes do mundo. E a educação nesse período de tempo se tornou um instrumento para que essas práticas virassem regra e atendesse a essas demandas. Gerando a partir de meados do século XX, um paralelo entre trabalho e educação. Nos países em desenvolvimento, essa demanda do mercado está cada vez mais exigindo qualificação dos profissionais docentes e discentes.

Nesse sentido, o Brasil até o momento presente vem convivendo com uma estrutura dual de educação² a nível médio, perfazendo uma escola propedêutica e também escolas profissionalizantes nos níveis público e privado, reproduzindo assim ainda mesmo no século XXI um modelo ultrapassado de educação baseado na Teoria do Capital Humano.

Tendo em vista que as necessidades do mercado estão cada vez mais acentuadas quanto à qualificação especialmente no campo delimitado por essa pesquisa – Complexo Industrial de Suape/PE – onde há déficit de mão de obra especializada, ocasionando um investimento muito grande do Governo do Estado na construção e restauração de Escolas Técnicas que suprimiriam essa demanda tão acentuada.

Logo, nessa perspectiva, uma nova visão acerca da educação está sendo construída nesse início de século XXI, baseada nos princípios neoliberais nas quais a globalização tem grande responsabilidade sobre isso, pois instituiu um novo modelo de sociedade, que requer um novo tipo de educação. Oliveira (2005, p. 7) nos alerta acerca dessa questão:

² Acerca dessa temática vide os trabalhos de Kuenzer (2001) Ensino Médio e Profissional: As políticas do Estado Neoliberal e Frigotto, Ciavatta e Ramos (2010) Ensino Médio Integrado: Concepções e Contradições.

Nestas últimas décadas, as discussões referentes à educação avolumaram-se mais ainda, posto que, em meio a uma avalanche de modificações produzidas pela reestruturação produtiva, aumenta a necessidade de repensar a escola de forma a atender às novas necessidades da sociedade. A universalização do capitalismo impôs a necessidade de um novo pacto social, daí as reformas educacionais em nível planetário.

A educação a partir dessas discussões que vem sendo feitas pelas nações globalizadas torna-se segundo Oliveira (p. 8) um grande índice de avaliação para medir o desenvolvimento econômico ou não do país, merecendo destaque em todos os países do mundo, tendo o retorno social colocado para os investimentos em educação dizendo respeito, quase especificamente, a perspectiva de quanto pode o sistema educativo contribuir para que as economias não apresentem sinais de atraso e de falta de competitividade. Teodoro (2003) exemplifica - traz o contexto de Portugal - esse aspecto predominantemente econômico com a criação de uma nova escola que se adéque a esse novo modelo de sociedade globalizada:

... Do lado da economia, da competitividade dos países e das regiões na luta pelos mercados mundiais, mas também do neoliberalismo dominante no plano ideológico, aumentará a pressão para que a escola retome o seu papel primeiro de selecção social, aumentando a pressão para a realização de constantes avaliações sobre o que designam de *eficácia* e de *qualidade* das escolas, com o conseqüente estabelecimento de *rankings* entre as instituições escolares construídos a partir, sobretudo, do resultado dos exames nacionais. (TEODORO, 2003, p. 146-147).

No caso latino-americano, Gentili (2005) nos dá as seguintes informações acerca da educação da população de baixa renda e, faz ainda uma crítica de como esse acesso a educação pode ou não garantir o acesso a melhores condições de vida:

Os pobres latino-americanos são hoje mais pobres e mais “educados”. “Educados” num sistema escolar pulverizado, segmentado, no qual convivem circuitos educacionais de oportunidades e qualidades diversas; oportunidades e qualidades que mudam conforme a condição do social dos sujeitos e os recursos econômicos que eles têm para acessar a privilegiada esfera dos direitos da cidadania (GENTILI, 2005, p. 59).

Nesse sentido afirma ainda Gentili (2005, p. 59) que “a educação parece que está aumentando (ou mantendo inalterada) a disparidade na distribuição de renda, ao invés de reduzi-la”. Por isso, cabe lembrar que a escola “berço” do conhecimento, não pode se deixar levar por essas ideologias excludentes segundo Nosella (2002, p. 39) mais resistir a isso:

... Se, do ponto de vista subjetivo, qualquer atividade humana é merecedora de respeito, pois é a forma imediatamente encontrada para se sobreviver, do ponto de vista histórico a diferença é essencial. Ora, as propostas pedagógicas não podem ir a reboque do imperialismo e sim resistir a ele. Ademais, lembrem-se que aquilo que o imperialismo precisa não será solicitado à escola; e o que o imperialismo destrói a escola não recupera.

Para Arroyo (1999, p. 16) a escola “é a instituição fundamental que se interpõe entre a família e o trabalho, é nela que se aprendem as relações sociais de produção dominantes na sociedade”, logo, a ela compete promover ou não promover mudanças nessas relações. O papel que a educação desempenha na vida das pessoas não se reduz apenas ao trabalho, ela atinge para Ferretti, Silva Jr. e Oliveira (1999, p. 166), outros setores dados à importância social que ocupa:

... No âmbito da vida social, a educação (inclusive a escolar) mesmo que não se proponha explicitamente a formação para o trabalho, traz valiosas contribuições para várias dimensões da vida, inclusive a dimensão econômica. Independentemente dos fins a que a educação se proponha numa dada sociedade (e particularmente a educação escolar), os indivíduos educados que resultam de diversas ações educativas (realizadas pela família, pela igreja, pela escola, etc.) vão se inserir, de alguma forma, na vida econômica e aí exercerão as capacidades desenvolvidas através dessas ações, seja na esfera da produção (nas suas mais variadas formas) ou na da circulação. É inquestionável, desse ponto de vista, que a educação contribui para a vida econômica.

Sobre a educação brasileira, Oliveira (2003, p. 26) afirma que “a qualidade de ensino não vem sendo uma prioridade da nossa política educacional, principalmente no que se refere à educação pública, em relação ao ensino fundamental e médio e, mais especificamente, no campo da educação profissional”. Precisamos avançar para conseguirmos crescer e nos afirmar como uma nação em desenvolvimento, investindo nas pessoas, investindo no futuro, investindo no direito fundamental do indivíduo que é a educação.

1.1 A Globalização e a Educação

Sabemos que o conceito de globalização requer uma ampla e expressiva atenção, pois não se restringe apenas as questões econômicas, como geralmente é colocado, esse conceito nos é bem apresentado na análise feita por Santos (2005), onde percebemos que há também

um olhar voltado para o social, o tecnológico, além das questões geográficas entre os países e/ou nações:

Trata-se de um processo complexo que atravessa as mais diversas áreas da vida social, da globalização dos sistemas produtivos e financeiros à revolução das tecnologias e práticas de informação e de comunicação, da erosão do Estado nacional e redescoberta da sociedade civil ao aumento exponencial das desigualdades sociais, das grandes movimentações transfronteiriças de pessoas como emigrantes, turistas ou refugiados, ao protagonismo das empresas multinacionais e das instituições de financeiras multilaterais, das novas práticas culturais e identitárias aos estilos de consumo globalizado. (p.11).

Com o advento do uso cada vez mais frequente do conceito de Globalização a partir de meados do século XX, percebemos que ocorreu o surgimento de novos conceitos introduzidos na relação educação e trabalho são exemplos “Pedagogia das Competências”, “Empregabilidade”, “Individualismo”, etc. Conceitos esses que segundo Frigotto (2005, p. 71) trazem a tona a barbárie social instituída por esse processo:

De um lado, a ideologia da globalização e, de outro, a perspectiva mistificadora da reestruturação produtiva embasam, no campo educativo, a nova vulgata da pedagogia das competências e a promessa da empregabilidade. Ao individualismo do credo neoliberal somam-se os argumentos fundados no credo do pós-modernismo que realçam diferenças (individuais) e da alteridade. Neste particular a diferença e a diversidade, dimensões importantes da vida humana, mascaram a violência social da desigualdade e afirmam o mais canibal individualismo.

Mesmo com o surgimento dessas mudanças, Arroyo (1999) afirma que a educação ainda é pensada a partir da ótica da produção, como se essas mesmas mudanças fossem aceleradas no âmbito sócio-econômico, porém, no campo educacional, elas ainda ocorrem lentamente, então, para a introdução desses modelos temos como justificativa:

... A educação é pensada sempre como decorrência do perfil do novo trabalhador fabril, das metamorfoses do mundo do trabalho, da *empregabilidade*, da crise econômica, etc. O enfoque permanece da produção para a escola como se continuasse indiscutível a crença em uma relação linear entre o mundo do trabalho, suas mudanças mais recentes e o mundo da escola e suas tímidas adaptações (p.18).

Nesse sentido, as mudanças ocorrem, porém de forma pouco significativa, logo, Santos (1999, p. 69) afirma que, assistimos ao retorno do discurso que prega a modernização da escola para sua adequação ao mundo do trabalho:

... assiste-se hoje, o retorno de um discurso que busca relacionar a educação ao campo da produção, afirmando que a escola precisa modernizar-se no sentido de preparar as pessoas para enfrentar as profundas modificações ocorridas no mundo do trabalho. É importante então discutir a natureza dessas mudanças e suas conexões com a educação.

Com o olhar da ótica neoliberal Silva (1999, p. 75), afirma que “a educação é redefinida como se fosse uma mercadoria e cuja produção necessita atender às precisas especificações do seu usuário final: a empresa capitalista”. Para ele (p. 78), “as pessoas não estão desempregadas simplesmente por não estarem qualificadas, nem existem empregos vagos simplesmente porque não existem pessoas qualificadas para preenchê-los. A questão é que não existem empregos. Evidentemente, conclui: nenhum esquema de treinamento ou de educação conseguirá criá-los”.

E a globalização trouxe também para o processo produtivo o uso cada vez mais frequente da ciência e da tecnologia, o que propicia segundo Kuenzer (2005) uma inversão de valores, pois, as tarefas passam a ser simplificadas, porém, ocorre uma ampliação da escolaridade do trabalhador e um permanente processo de educação continuada. Acerca da emergência de novas tecnologias, completa Silva (1999, p. 82), que elas “vêm de certa forma, aprofundar as desigualdades entre classes sociais, regiões, gêneros, ‘raças’. E mesmo tendo a consciência que o domínio das novas tecnologias não garante trabalho e emprego, certamente não saber utilizá-las aumenta as probabilidades de exclusão e marginalização”.

Mesmo com o aumento do nível da escolarização, os trabalhadores não tiveram um retorno salarial para essa conquista, ao contrário, afirma Oliveira (2005), que os empresários objetivam mão-de-obra com maior qualificação, mas não estão dispostos a premiá-los com melhores salários, logo, há uma parcela cada vez maior de pessoas mais escolarizadas, porém, muitas delas encontram-se desempregadas. Essa questão pode ser justificada na fala de Romão & Oliveira (2003, p. 116):

Desse modo, o trabalho imaterial expressa a vigência da esfera informacional da forma-mercadoria: ele é expressão do conteúdo informacional da mercadoria, exprimindo as mutações do trabalho operário no interior das grandes empresas e do setor de serviços, onde o trabalho manual direto está sendo substituído pelo trabalho dotado de maior dimensão intelectual.

Arroyo (2002) nos chama atenção acerca dessas discussões, que o capitalismo pode ter sido esperto ao garantir um mínimo de educação escolar básica para as classes trabalhadoras e seus filhos, continuando com isso a reprimir o direito à educação. A burguesia, nesse sentido tem tentado distrair o povo e também os profissionais da educação reduzindo o direito à educação a apenas o ingresso e permanência durante alguns anos na escola. Entretanto, esse conhecimento que será adquirido, deve ser de fato algo útil ao novo modelo de sociedade estabelecido. Kovács (2002, p. 150), por sua vez, coloca que

O ensino/formação constitui um meio que capacita as pessoas para se afirmarem individual e colectivamente como actores sociais no processo de construção do futuro... Os papéis profissionais tornam-se cada vez mais qualificantes e intensivos em conhecimento e quem desempenha esses papéis tem de aprender continuamente.

E esse modelo, cabe salientar, vem ocorrendo em escala mundial, especialmente em países periféricos, como coloca Sousa Santos (2005, p. 35):

A criação de uma nova pobreza em face da globalizada que não é resultante da falta de recursos humanos ou materiais, mas do desemprego, além da destruição das economias de subsistência e, também, da minimização dos custos salariais em escala mundial.

Nesse sentido, percebemos como nos alerta Arroyo (1999) que não é só o trabalho que está em crise, mas também, a educação escolar e as certezas do seu papel, além das certezas acerca dos sistemas educativos que foram construídos historicamente.

No caso dos países desenvolvidos (especialmente Alemanha), assistimos a um quadro diferenciado, segundo Ciavata (2010), onde as conquistas sociais se sobrepõem a um dualismo social e educacional, o que vai gerar melhor educação e melhores condições de trabalho, ou ainda o suporte do Estado na possível situação de desemprego, além ainda, de uma minimização dos preconceitos advindos da divisão trabalho manual/trabalho intelectual.

No Brasil até a década de 1980, afirma Martins (2000), predominava a organização do trabalho orientada pelo modelo fordista/taylorista, onde se buscava a padronização de todo e qualquer procedimento que deveria ser rígido e mecanicamente estabelecido, porém atualmente ocorreu uma reorganização do setor com maior participação do trabalhador, além de ocorrer uma maior necessidade de qualificação desse mesmo trabalhador para as funções de outrora pré-estabelecidas:

Hoje, a reorganização do setor produtivo implica rever-se as técnicas fordista/taylorista. A participação do trabalhador em decisões do dia-a-dia da empresa é incentivada, já que ela está, por assim dizer, mais perto da máquina e da produção e as conhece melhor do que qualquer planejador de escritório. Por isso, o trabalhador deve ser aproveitado como cooperador de todo o processo, diminuindo o distanciamento no interior da estrutura hierárquica, em busca de inovações que podem caracterizar-se como um fator fundamental na competitividade desenfreada, não mais baseada na quantidade de mercadorias produzidas, mas na qualidade de produção voltada para setores específicos, devidamente determinados por análises mercadológicas (p. 82-83).

Conclui ainda esse teórico que a nova realidade econômica exige um modelo de Educação profissional flexível, abrangente e multidisciplinar, muito distante dos processos educacionais voltados para a satisfação da economia fundada no modelo taylorista/fordista de padronização e repetição. Acerca da questão da competitividade afirma (Kovács, 2002, p. 149):

Está subjacente a ideia que a qualificação dos recursos humanos condiciona a posição competitiva das empresas, dos países e dos blocos econômicos numa economia em que as actividades estratégicas se tornam intensivas em tecnologia da informação e em conhecimento. É por essa razão que se reconhece a necessidade de investir na educação/formação e a importância da formação nas empresas.

Outro exemplo a ser analisado, coloca Llomovatte (1999), é o caso da Argentina e as políticas internacionais de educação e trabalho, afirma que “os cursos técnico-profissionalizantes são ‘módulos optativos de aprendizagem, que oferecem uma formação profissional mais ampla do que a das, até agora chamadas, escolas técnicas’; ‘vinculam-se com áreas específicas de trabalho’ e outorgam um título técnico na especialidade escolhida”. Acolhem ainda a exigência de demanda dos empresários que pedem ao sistema educacional uma maior amplitude em determinados aspectos como pensamento, trabalho em equipe, iniciativa e flexibilidade de seus futuros trabalhadores do que era pedido no passado:

Com relação à formação de futuros trabalhadores, a demanda inclui e ainda excede o nível das aptidões científicas básicas. Mais especificamente, com relação aos requisitos além da formação científica, de nível médio ou médio elevado, estes incluem uma gama muito variada de requisitos que seguramente fogem da natureza dos produtos e processos envolvidos (LLOMOVATE, 1999, p. 154).

A noção de competência exigida hoje no mercado, acerca da educação/qualificação aos novos trabalhadores está ligada a uma educação continuada, financiada ou não, visão essa existente em vários países e não apenas no Brasil é assim destacada por Deffune e Depresbiteris (2002, p. 78):

Tem-se que considerar, igualmente, que o conceito de competência está intrinsecamente relacionado ao de educação contínua. Assim, para concretizar um sistema de competências, é fundamental que se defina o que se está entendendo por esse tipo de formação. Na Espanha, por exemplo, formação contínua é definida como uma oportunidade para melhorar ou adaptar as competências, estando reservada a trabalhadores cujas atividades de formação são financiadas, total ou parcialmente, pelos empregadores. Na Dinamarca, a noção de formação contínua é mais ampla, incluindo não só a formação profissional, como também a educação geral.

Já acerca dos modelos de educação profissional em nível internacional Oliveira (2003, p. 57) nos apresenta essa distribuição feita pela Semtec:

... a Semtec explicita que os modelos de educação profissional em nível internacional se subdividem em três tipos: o primeiro se caracteriza pela dualidade na via formativa (uma vertente objetivando o prosseguimento dos estudos e a outra a preparação para o trabalho), sem viabilizar equivalência entre elas, como ocorre na Alemanha e na Espanha. O segundo busca conciliar as duas vertentes – propedêutica e profissional -, oferecendo uma multiplicidade de ofertas bastante diferenciadas entre si, mas que possibilitam a equivalência, tendo em vista a continuidade de estudos, como vem ocorrendo na França, Áustria e Portugal. O terceiro tem origem mais recente e enfatiza a necessidade de um ensino geral prévio, de caráter científico-tecnológico, que se complementaria com a educação profissional, ofertada em escolas ou empresas, sem oferecer equivalência entre as duas vertentes – geral e profissional -, como vem ocorrendo na Argentina, Israel e Chile.

Essa tendência internacional sobre as novas situações de trabalho é explicada por Kovács (2002, p. 150):

As novas situações de trabalho caracterizam-se pela dissolução da fronteira entre trabalho intelectual e manual, imprecisão e falta de rigidez na definição do trabalho individual, acentuação do carácter colectivo do trabalho devido à interdependência e interligação proporcionada pelos sistemas de comunicação.

O Brasil em pleno século XXI, ainda assiste a um grande déficit de escolarização, principalmente nas populações pobres de baixa renda – ou até mesmo sem renda alguma. Estudos do Ministério da Educação nos mostram que o avanço na educação básica em relação aos jovens ainda é muito pequeno, pois apenas 46% dos jovens têm acesso ao ensino médio, que em sua maioria é cursado no turno noturno, ou ainda no supletivo. Quando consideramos diferenças regionais ocorre uma redução significativa neste percentual que cai para 12% em idade regular para a respectiva escolaridade; o que provoca certo desinteresse na escola regular devido às condições de vida desses mesmos jovens e a postura que a escola exerce para os mesmos, pois não os garante a mudança na condição de vida que possuem, ou seja, não lhes oferece oportunidades.

Haddad (2005) Ministro de Estado da Educação da época nos apresenta números alarmantes em relação ao ingresso e permanência de alunos nas redes educacionais do Brasil legitimando o que foi dito anteriormente:

No Brasil, de cada 100 alunos do ensino fundamental, apenas 31 chegam ao ensino médio. Na educação infantil, cerca de 9 milhões de crianças não freqüentam instituições de ensino. A criança que não foi preparada na pré-escola sofre para enfrentar o currículo escolar. Além disso, o aluno fica desestimulado quando chega à 8ª série sem oportunidade de continuar os estudos no ensino médio. A criança entra no ensino fundamental despreparada e sai desestimulada.

Como a escola não oferece imediatamente condições necessárias para o ingresso no mercado de trabalho, os jovens buscam as escolas profissionalizantes com a esperança de que participando de cursos especializados encontrem uma abertura para o mercado de trabalho. Porém, essa educação profissional está aquém das reais necessidades do mercado, além de estar muitas vezes desvinculada da escola e dos conhecimentos necessários para a vida e também para o trabalho. Então, qual alternativa pode ser apresentada para essa situação cada vez frequente entre esses jovens?

Kuenzer (2001) nos alerta acerca da escola dual, que esta não representa a melhoria da condição social dos indivíduos, mas a perpetuação estrutural do sistema social em vigor,

legitimado pela educação que ao invés de qualificar para o trabalho, desqualifica os possíveis trabalhadores:

... para os pobres e desvalidos, deficientes e marginalizados, a escola do trabalho e o exercício de funções subalternas no processo produtivo; nesta perspectiva, a educação profissional é a negação formal do direito a educação básica e o acesso a todos os níveis do Sistema Nacional de Educação; homens de segunda categoria, clientes de uma educação diferenciada segundo sua origem de classe, cidadania pela metade, só formalmente reconhecida, mas concretamente nunca realizada, posto que o preparo que a cidadania exige nas sociedades democráticas, fundamental para a igualdade de oportunidades e para o respeito aos direitos humanos, é incompatível com o preparo que o sistema produtivo requer, fundamentado na hierarquia e na desqualificação (p. 47).

Nesse sentido o ensino médio cada vez mais vai se tornando um mecanismo de exclusão, pois segundo Frigotto (2007), ele atualmente não cumpre o papel que de fato deveria ter que é o de preparar cidadãos e não, o de (des)prepará-los única e exclusivamente para o trabalho por si só, deixando de lado os interesses nacionais de desenvolvimento científico, intelectual e tecnológico:

Mesmo sob essas condições de dualidade, o ensino médio se constitui numa ausência socialmente construída, na sua quantidade e qualidade e como o indicador mais claro da opção da formação para o trabalho simples e da não preocupação com as bases da ampliação da produção científica, técnica e tecnológica e o direito de cidadania efetiva em nosso país (FRIGOTTO, 2007, p. 1139).

Há muito tempo vem sendo travado no Brasil um debate sobre a separação entre a educação básica e a educação profissionalizante, que em nada está facilitando a vida desses mesmos jovens, porém, cabe ressaltar que mesmo sendo classificada como de segunda categoria, a educação profissional ainda representa uma grande arma para quem, pretende ter acesso ao mercado de trabalho, especialmente em se tratando dos novos postos de trabalho oferecidos em Pernambuco na região de Ipojuca (Suape), sem esse tipo de educação e simplesmente com a educação básica, a situação de ingresso a essas vagas, torna-se cada vez mais inviável, sendo necessário ir buscar profissionais em outros Estados e até mesmo em outros países, conforme noticiado frequentemente na imprensa local e nacional. Cláudia Sansil, reitora do IFPE – Instituto Federal de Pernambuco no Jornal do Comércio nos dá o seguinte relato: “Nunca se valorizou tanto o curso técnico como agora” (JORNAL DO COMÉRCIO, 15/05/2011).

Outro exemplo, que reforça essa recente valorização dos cursos profissionalizantes foram uma série de reportagens apresentada pelo Jornal Nacional onde, o vice-presidente do Complexo Suape, Frederico Amâncio explica que no Porto de Suape, situado no município de Ipojuca, estado de Pernambuco, houve um aumento significativo do número de empregos de 5 mil para 32 mil nos últimos quatro anos, incluindo também a construção civil, e não para de crescer. Afirma ainda que, “Só em 2011, teremos mais de 20 mil empregos sendo gerados aqui” (JORNAL NACIONAL, 15/02/2011).

Reformas foram feitas para minimizar os efeitos dessa prática, bem como a ocorrida na década de 1990, que visava buscar o discurso da tecnologia e da "tecnologia" do discurso para organizar um sistema paralelo e dissimular sua efetiva natureza tecnicista. O que nos apresenta, a nomenclatura de "educação profissional" omite o seu contrário, ou seja, uma política de formação profissional bastante restrita e desvinculada de uma concepção de educação omnilateral do ser humano.

No Decreto nº. 2.208/97 promoveu-se nos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) um direcionamento que visava reduzir o tecnológico a um upgrade da formação técnico-profissional. Esse caminho inverso está sendo observado na educação tecnológica, que hoje se tornou base ou ainda fundamento científico das diferentes técnicas de formação humana nos campos social, político e cultural. Num outro momento, criou-se também, o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR), que por sua vez foi bastante disputado pelo Sistema S, pelas ONGs, os sindicatos e os escritórios de organização de cursos, que em sua maioria apresenta aos milhares de jovens e adultos trabalhadores, com escolaridade média de quatro anos, cursos profissionalizantes que em sua maioria, são desprovidos de uma base científica, técnica e de cultura humana mais geral, o que faz com que estes não estejam preparados nem para as exigências profissionais, nem para o exercício autônomo da cidadania, conforme nos coloca a LDB em vigor. Acerca desse decreto, Martins (2000, p. 01) nos coloca que ele promoveu a regulamentação do ensino tecnoprofissional, além de ter desvinculado o ensino de segundo grau – atualmente ensino médio – do ensino técnico.

Para Kuenzer (2001), as políticas públicas da educação profissional no Brasil instituídas pela LDB e a partir dela, estão de acordo com os princípios orquestrados pela globalização econômica e orientados pelo Banco Mundial e nos remetem não a melhoria da condição de vida dos pobres e desvalidos, tendo como ferramenta a utilização da educação,

mas sim, a manutenção do *status quo* das classes dominantes em sua condição de superioridade:

... a nova proposta da Educação Profissional se articula às novas políticas nacionais neoliberais orquestradas pelo Banco Mundial por meio do exercício de sua grande “missão”: reduzir a pobreza de forma sustentada nos países em desenvolvimento, o que vale dizer, proteger o mundo para os ricos, da destruição que fazem os pobres (p. 66).

Enquanto que nos países em desenvolvimento – especialmente na América Latina -, segundo Oliveira (2005, p. 9), à educação ocupa um papel de destaque, pois, a ela é atribuída à responsabilidade de promover uma maior competitividade do setor industrial e alterar o quadro de distribuição desigual de riqueza. Porém, cabe ressaltar que aqueles que criam as políticas educacionais de acordo com o referido autor (2005), são os mesmo que ditam as regras do mercado, fazendo com que em nada - de acordo com a ótica capitalista - seja alterada a estrutura social pré-estabelecida:

No sistema capitalista, a compra/venda da força de trabalho e a exclusão social prevalecem em detrimento de interesses daqueles situados na base econômica da sociedade. Em outras palavras, enquanto a democracia privilegia os interesses de todos, inclusive os economicamente em desvantagem, o mercado, ao contrário, favorece os situados no topo da estrutura econômica, fortalecendo, dessa forma, os interesses dos grandes empresários e das elites econômicas (OLIVEIRA, 2005, p. 17).

De acordo com essa visão apresentada, Gentili (2005) nos alerta para os rumos que a educação hoje passa a assumir, pois, de acordo com essa ótica, ela não é mais um direito, mas uma opção individual, assim como ocorre com a oportunidade de emprego e renda. Sanfelice (2000 apud Sanfelice 2009) esclarece esse aspecto confirmando que essa qualificação que o mercado exige na ótica neoliberal deve ser adquirida pelo indivíduo:

Hoje, é notório o financiamento internacional da educação e a intervenção das agências mundiais na estruturação dos sistemas de ensino, mas na lógica de mercado a educação torna-se um produto a ser consumido por quem demonstrar vontade e competência para adquiri-la, em especial a educação ministrada nos níveis médio e superior. As teses neoliberais têm sido pródigas em propor argumentos favoráveis à privatização da educação, como formadora das elites ou para dar a cada um o que sua função social exige, e que não pode ser obtido por meio de uma educação pública comum. (SANFELICE, 2009, p. 10).

Determinados mecanismos são utilizados pelo governo para Frigotto, Ciavata e Ramos (2010, p. 25), para minimizar esses efeitos, porém, não surtem os efeitos desejados, como “o Decreto n. 2.208/97 e outros instrumentos legais (como a portaria n. 646/97) que vem não somente proibir a pretendida formação integrada, mas regulamentar formas fragmentadas e aligeiradas de educação profissional em função das alegadas necessidades do mercado”.

O que se analisa, segundo Ciavata (2010), é que mudanças precisam acontecer urgentemente dentro das escolas – sejam elas públicas ou privadas – mas, especialmente as públicas, para que elas se adaptem ao novo momento social, político e econômico em que a sociedade global se encontra, e não, mas, mantermos uma escola baseada na mesmice e nas tradições de outrora:

Há uma expressão entre séria e jocosa que diz que embora o mundo tenha se transformado, as escolas continuam a educar como antes, como séculos atrás. Descontando o exagero crítico da afirmação, vemos, com certa decepção, que, em razão de seu deterioro, já não se pode dizer, como diz o povo, que “aí tem um fundo de verdade”. A imagem da escola pública, hoje, está extremamente alterada pelas próprias condições do exercício do que seria a educação: o acesso à leitura e à escrita e às abstrações matemáticas para ler os códigos do mundo, para conhecer os fundamentos sociais e científico-tecnológicos dos fenômenos que produzem a vida e a morte, a criação e a destruição presentes em todas as culturas e nas artes (CIAVATA, 2010, p. 94).

Uma reforma precisa ocorrer nas práticas educativas, e a escola segundo Arroyo (1999), tem um merecido papel de destaque para que as mudanças de fato possam vir a acontecer, tanto no âmbito do conhecimento, quanto nas relações de trabalho:

Olhar as relações sociais como educativas, ainda que não seja para denunciar seu papel no aprendizado das relações sociais de produção, mostra entender que a tarefa da escola é colaborar nesses processos formadores-deformadores, humanizadores-desumanizadores. Que o que se espera dela, inclusive pelo capital, vai além do domínio do saber sobre o trabalho e do saber sobre os processos e relações de produção. Aprender é mais do que aprender, seja na concepção positivista ou crítica, na concepção dualista ou unitária (ARROYO, 1999, p. 29).

Logo, percebemos uma nova escola precisa ser construída/reconstruída, nas palavras de Teodoro (2003, p. 154) na linha teórica de Sousa Santos (1999) , “outra gramática da escola, capaz de materializar esse simples desígnio no qual se assenta toda a capacidade de

viver juntos: temos o direito a ser iguais quando a diferença nos inferioriza; temos o direito de ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza”.

1.2 A Educação Básica *versus* Educação Profissionalizante no Brasil

Trazer essa discussão entre esses dois níveis da educação no Brasil é entrar em choque com as leis educacionais e as práticas por elas direcionadas, pois não há um discurso que se desenvolva num nível homogêneo e amplo, sendo motivo de grandes debates e discussões entre estudiosos dessa área, cada vez mais atual da educação e do trabalho.

Essas duas modalidades da temática educacional – educação básica *versus* educação profissional - no Brasil são analisadas por Kuenzer (2000), onde essa estudiosa afirma que mesmo com a generalização da modalidade do ensino médio, caracterizada como educação para a vida (LDB/1996), ainda, há a necessidade de uma maior qualificação para o ingresso desses jovens no mercado de trabalho. Legitimando o que foi dito, na LDB-9.394/96 em seu artigo 2º, temos a seguinte afirmação acerca dessa temática da educação no nível médio no Brasil que a educação brasileira tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Várias tentativas de reformas foram feitas no Brasil, para se chegar a essa legislação, que se travaram através dessa dualidade – educação x trabalho - segundo Ciasca e Santiago (2008) iniciadas com a Reforma de Francisco Campos na década de 1930, onde surge uma série de decretos que contemplavam a organização do ensino superior, médio, secundário e profissional, se amplia com a Reforma de Capanema em 1942 que pela primeira vez no Brasil organizava o ensino técnico-profissional, estendem-se com as Leis de Diretrizes e Bases da Educação nº 4024/1961 que faz a equivalência entre o curso secundário e os cursos técnicos para efeito de ingresso nos cursos superiores e a Lei nº 5692/71 que torna o ensino técnico-industrial modelo para as políticas públicas graças as Escolas Técnicas Federais e culminam na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9394/96, aliada as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) e Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que levantam essa possibilidade de formação para o mercado de trabalho. Essas legislações criam o currículo unificado, nas escolas profissionalizantes e delimitam as áreas de atuação tanto da escola básica quanto das escolas profissionalizantes, que atualmente ocupam papéis distintos.

A reforma do ensino profissional, explica Oliveira (2003), se deu através de um pacote de medidas promovida pelo governo federal explicitada pela resolução n° 3/98 do Conselho Nacional de Educação:

A Reforma do Ensino Profissional é composta por um “pacote de medidas” empreendidas pelo Governo Federal, no âmbito da educação técnica, que mantém grande ligação com a Reforma do Ensino Médio. As novas diretrizes para esse nível de ensino, explicitadas na resolução n° 3/98 do Conselho Nacional de Educação (CNE), pressupõem uma base comum, de amplitude nacional, e uma parte diversificada. A referida legislação permite que, da parte diversificada, 25% podem ser usadas para a formação profissional, por meio da inclusão de disciplinas que favoreçam uma iniciação ao mundo do trabalho (OLIVEIRA, 2003, p. 49).

É interessante notar que a escola no Brasil cumpre um papel secundário no processo de formação profissional de acordo com o Ministério do Trabalho Brasileiro o que representa para os possíveis trabalhadores que eles precisam recorrer a cursos profissionalizantes que garantiriam aos mesmos o ingresso no mercado de trabalho, porém, para participar desses cursos seria preciso alguns conhecimentos prévios que só a escola os poderia fornecer (ler, escrever, abstrair etc.); habilidades específicas (conhecimentos demandados pela reestruturação produtiva); habilidades de gestão (fundamentais para uma atividade autônoma). Porém, para a devida implementação desses objetivos seria preciso uma profunda reestruturação das instituições ligadas ao ensino profissionalizante (como as escolas técnicas federais, o Serviço Nacional da Indústria — Senai — e o Serviço Nacional do Comércio — Senac), que, com relação a qualidade dos serviços prestados, não preenchem as novas exigências coetâneas à globalização econômica.

Já as políticas públicas da educação profissional no Brasil, para Kuenzer (2001), instituídas pela LDB-9.394/96 estão de acordo com os princípios orquestrados pela globalização econômica e orientados pelo Banco Mundial, nos remetem não a melhoria da condição de vida dos pobres e desvalidos tendo como ferramenta a utilização da educação, mas sim, a manutenção do *status quo* das classes dominantes em sua condição de superioridade, pois desde a implantação das primeiras escolas no Brasil há essa separação baseada na educação burguesa:

... A nova proposta da Educação Profissional se articula às novas políticas nacionais neoliberais orquestradas pelo Banco Mundial por meio do exercício de sua grande “missão”: reduzir a pobreza de forma sustentada nos países em desenvolvimento, o que vale dizer, proteger o mundo para os ricos, da destruição que fazem os pobres (KUENZER, 2001, p. 66).

Acerca dessa visão de trabalho, qualificação e educação, afirma Machado (1994), no contexto atual, faz-se necessário um novo perfil de qualificação, onde algumas exigências são impostas tais como: posse de escolaridade básica, capacidade de adaptação a novas situações, compreensão global de tarefas e de funções conexas, entre outras novas competências. Salm (1994) por sua vez, afirma que a partir da revolução tecnológica os conteúdos da educação regular em geral passaram a ser vistos como instrumentos de formação profissional de todos e não mais apenas para os que ocupam postos gerenciais, técnicos ou administrativos.

Outros estudiosos dessa área de educação e trabalho, como Paiva (1999) afirmam que atualmente o conceito de “qualificação” está sendo substituído em alguns momentos pelo de “competência” o que pode gerar novas exigências do mercado para o trabalhador em relação ao processo produtivo:

O conceito de “competência” é, sem dúvida, um conceito construído para uma sociedade menos democrática que aquela que estamos deixando para trás e, como tal, conecta-se à nova feição do conceito de empregabilidade – resultando o nível desta das competências modernas disponíveis do ponto de vista técnico e psicológico. Está fora de dúvida que tem uma base objetiva: a transformação produtiva, a rapidez da comunicação, a internacionalização do capital e correspondente internacionalização da competição, a mudança no perfil do mercado de trabalho (PAIVA, p. 61).

Logo, a noção de *competência* também enfatizada por Deffune e Depresbiteris (2000, p. 29) define que “ser competente não significa necessariamente habilitar-se para competir, mas habilitar-se para participar, colaborar, construir, conviver; pois competência não se reproduz, não se imita não se copia”. Nesse sentido, para as estudiosas (p. 50) “*competência* é a capacidade para aplicar habilidades, conhecimentos e atitudes em tarefas ou combinações de tarefas operacionais”. Outro aspecto destacado (p. 91) é o de “*trabalhabilidade*, definido como o conjunto de competências e capacidades que são desenvolvidas, tornando o profissional apto para o desempenho de atividades com ou sem vínculo empregatício”.

E essa nova ótica educativo-profissional visa um perfil de trabalhador que possui características diferenciadas para empregos também diferenciados, sendo necessário um

currículo adequado para tal fim, neste sentido, Ribeiro (2002) observa que Projetos e problemas a resolver passam a constituir a metodologia compatível com a interdisciplinaridade e a contextualização, já analisadas e adequadas à formação de um trabalhador flexível em funções, em salários, em horários de trabalho, em direitos sociais determinados pelo capital internacional.

No Brasil desde o período da Ditadura Militar (1964-1985), que se vem buscando no campo educacional políticas que visem adequar-se ao mundo capitalista e economicista. A educação passa com essa ideologia a fazer uma separação entre educação básica e educação profissional. Segundo Frigotto (2007) essa ideologia é cada vez mais reforçada pelo sistema S³ e outros estabelecimentos voltados para as práticas profissionalizantes:

O campo da educação teve um ciclo de reformas completo para adaptar-se ao projeto do golpe civil-militar. Sob a égide do economicismo e do pragmatismo, adotou-se a ideologia do capital humano, reiterando nossa vocação de cópia e mimetismo. A *Pedagogia do Oprimido*, ícone de uma concepção de educação emancipadora de jovens e adultos, foi substituída pelo Movimento de Alfabetização de Adultos (MOBRAL) sob a pedagogia do mercado. A profissionalização compulsória do ensino médio e a formação técnico-profissional, por outro lado, efetivou-se dentro da perspectiva de adestrar para o mercado. A pedagogia do Sistema S, em especial do Senai, como pedagogia do capital, foi incorporada como política dos governos militares para o campo da educação (FRIGOTTO, 2007, p. 1136).

As reformas introduzidas na década de 1970 e consolidadas da década de 1990, afirma Ferretti (2004), podem de fato ser efetuadas pelo “Sistema S” e outros segmentos ligados a educação profissional antecipadamente através de uma pressão internacional ligada aos novos rumos da economia se comparados com a educação pública básica:

Os setores envolvidos com a educação profissional, em especial o “Sistema S”, já haviam detectado as mudanças e experimentavam pressões para adequar-se a elas na década de 1980, o que é compreensível dada a sua relação mais imediata com o setor produtivo. Nesse sentido, pode-se dizer, que as instituições ligadas à formação profissional se anteciparam aos educadores, que tinham como alvo de suas preocupações os sistemas públicos de ensino, quanto aos estudos sobre a qualificação profissional demandada pelas mudanças então em curso (FERRETTI, 2004, p. 407).

³ **Sistema S** é o nome pelo qual ficou convencionado de se chamar ao conjunto de onze contribuições de interesse de categorias profissionais, estabelecidas pela Constituição brasileira de 1988.

Porém, essas exigências nos colocam em xeque, pois de acordo com a nova ótica do mercado, afirma Ferretti (idem), é preciso uma educação que proporcione uma formação plena e não apenas técnico-profissional aos trabalhadores e tal educação não era mais defendida por eles, mas pelo próprio capital. Dessa maneira, é preciso termos operários não apenas bem preparados tecnicamente, mas também mais bem educados, no sentido amplo do termo. Martins (2000), analisa a questão da formação profissional a partir da crítica ao sistema vigente que privilegia mais a satisfação das necessidades dos organismos internacionais que a formação geral do cidadão:

O que norteia esse (dês)ajuste no ensino tecnoprofissional não é a preocupação com a formação do trabalhador cidadão e sim com o cumprimento das exigências dos organismos financeiros internacionais que terão a disposição uma mão-de-obra de acordo com o que necessitam de um país de segunda classe. Tal qualificação recai sobre o país pelo fato de não privilegiar a formação de cidadãos, indivíduos capazes de entenderem o processo produtivo alterarem-se e alterarem-no criativamente de acordo com os novos processos. Isso possibilitaria a emergência de condições propícias aos sujeitos de lutarem pelo estabelecimento de uma nova ordem social superando a atual, profundamente dicotomizada entre os que têm conhecimento e os que o aplicam simplesmente (MARTINS, 2000, p. 90).

Diante dessa realidade, Frigotto (2007) afirma que se faz necessário no Brasil uma política educacional que una os dois lados da educação que hoje se fazem antagônica (educação básica e educação profissional), para que a educação de fato cumpra seu papel de formar um cidadão completo, preparado para a vida e para o trabalho:

Para o estabelecimento de um vínculo mais orgânico entre a universalização da educação básica e a formação técnico-profissional, implica resgatar a educação básica (fundamental e média) pública, gratuita, laica e universal na sua concepção unitária e politécnica, ou tecnológica. Portanto, uma educação não-dualista, que articule cultura, conhecimento, tecnologia e trabalho como direito de todos e condição da cidadania e democracia efetivas (FRIGOTTO, 2007, p. 1144).

Confirmando o que é proposto por Frigotto, o Ministério da Educação e Cultura (MEC), desde a criação e implantação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) em 1996, vem tentando cada vez mais separar esses dois ramos da educação, partindo do princípio de que a educação básica de fato deveria ser o primeiro passo para a educação profissional; em artigo

escrito para o jornal folha de São Paulo, Kuenzer (2000, p. 15-16) expõe esta linha do MEC de forma clara:

Aprender para a vida. Esta é a filosofia básica da reforma do Ensino Médio que o Ministério da Educação (MEC) vem implementando no País. A reforma começou com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1996. Um dos pontos principais da reforma é a separação da Educação Profissional do ensino regular. A partir de agora, a formação técnica é um complemento da Educação geral e não um pedaço dela. Com essa mudança, o ensino profissional pode ser cursado ao mesmo tempo em que o Ensino Médio, mas o aluno tem que fazer os dois cursos para receber o diploma (KUENZER, *Folha de S. Paulo*, 19/8/99).

É evidente que na prática há a separação entre os dois níveis de educação no Brasil - Básica e Profissionalizante -, porém, o que se pretende é que a educação profissionalizante seja um complemento da educação básica, fato que só é possível em outra instituição - a exemplo do sistema S, citado anteriormente -, já que a escola pública não oferece este recurso; - e, quando o faz, faz de forma ineficiente, devido aos poucos recursos que lhe são destinados para tal fim - mesmo com o discurso oficial pregando que o ensino médio deve preparar para a vida; mas como isso é possível se ao concluí-lo os jovens não possuem garantia alguma de que poderão efetivamente ingressar no mercado de trabalho? Mas como poderá ingressar num curso profissionalizante se não possui recursos financeiros para essa formação?

Os investimentos na escola e seus conhecimentos se resumem apenas ao ensino fundamental, porque tanto o ensino médio quanto os níveis profissionais e técnicos sugerem um investimento muito alto por parte do governo e de seus investidores, além de exigirem um tempo muito maior para a sua conclusão. E o Brasil por ser um país periférico de acordo com a visão mundial não deve investir tão alto nesse tipo de formação, ou seja, esse investimento pode e deve ser feito pelos próprios interessados nesses fins. Essas e outras questões hoje reforçam cada vez mais a desigualdade de condições nas quais as famílias de baixa renda ainda se deparam em relação às perspectivas de futuro para os seus filhos, pois se a escola não oferece essas condições, então de onde deverão tirá-las?

Esse fato nos é apontado por Frigotto (1994) que mesmo com as afirmações feitas acima a população em geral, ainda acredita que o acesso à escola representa, mesmo que minimamente a condição necessária para a aquisição de determinados direitos fundamentais como a garantia da qualificação e a possível oportunidade para o ingresso no mercado de trabalho:

Para as classes populares, o acesso a essa escola básica é condição necessária, ainda que não o suficiente, para uma qualificação humana que as capacite a lutar por seus direitos fundamentais. Essa qualificação básica não exclui a necessidade de oportunidade de uma formação profissional mais específica feita no mundo de produção, em centros públicos ou privados de formação profissional. Sem a primeira formação de caráter básico, todavia, a segunda se tornará adestramento puro e simples (FRIGOTTO, 1994, p. 51).

A justificativa econômica torna-se a mola propulsora para que a escola se desfaça dessa responsabilidade que deixaria de ser pública passando agora a ter um caráter privado e individual, nesse sentido nas políticas públicas pós-1996 o que se pretende apenas é universalizar o ensino fundamental em idade/série apropriada para que com ele se promova uma suposta escolarização em larga escala devido aos recursos que lhe são destinados pelos governos e Banco Mundial e outras agências internacionais, além de promover a inserção de programas que corrigiriam a distorção entre esses fatores, acabando assim com esse déficit de escolaridade no país. Dale (1998 citado por Teodoro, 2003, p. 86-87) nos alerta sobre os efeitos desses investimentos internacionais:

... os mais claros efeitos da globalização nas políticas educacionais sejam consequência da reorganização das prioridades dos Estados em se tornarem mais competitivos, nomeadamente de forma a atrair os investimentos das corporações transnacionais para os seus territórios. Mas, acrescenta, se a globalização pode mudar os parâmetros e a direcção das políticas estatais no campo educacional, tal não significa inevitavelmente que tenha de se sobrepor, ou mesmo de remover as particularidades nacionais (ou sectoriais) dessas políticas.

Sobre a perspectiva econômica Gilio (2000) nos faz refletir sobre o paralelo educação e desenvolvimento, com o qual atualmente são medidos os índices internacionais⁴, trazendo à reflexão a questão da imbricação entre educação, sociedade e economia:

⁴ Essa avaliação se dá por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que desde 1990, produz o HDI *Human Development Index* (Índice de Desenvolvimento Humano). O HDI é um complexo índice que não se limita às necessidades materiais; e objetiva quantificar o grau de satisfação dos indivíduos através de diversos indicadores de bem-estar (saúde, educação, renda), como renda per capita, taxa de alfabetização, incidência de epidemias, relação leitos hospitalares, índice de desemprego, estrutura de distribuição da renda e grau de liberdade política.

A modernização da economia brasileira passa a exigir, portanto, contínua preocupação com a educação. Melhorar e ampliar o ensino básico e profissionalizante, absorver novas tecnologias, acompanhar o ritmo do avanço tecnológico e promover a flexibilidade do mercado de trabalho são alguns dos principais desafios da economia brasileira que envolve a sociedade como um todo, pois são pré-condições para o aumento da produtividade, para uma maior inserção no mercado internacional e para a retomada do crescimento econômico (GÍLIO, 2000, p. 25).

Quanto à educação e/ou qualificação profissional o que se tem apenas é algumas instituições que se destinam a esse fim e que são regulamentadas por políticas específicas como o Decreto 2.208/97, que institui o Sistema Nacional de Educação Profissional em paralelo ao Sistema Nacional de Educação, onde ambas em nada se aproximam da realidade educacional pública, mas que especialmente visam, segundo Frigotto, Ciavata e Ramos (2010, p. 13), restabelecer “o dualismo, ainda que, em outros termos, da educação dos anos, e assume o ideário pedagógico do capital ou do mercado – pedagogia das competências para a empregabilidade – com base nas Diretrizes e Parâmetros Nacionais Curriculares (PCNs e DCNs)”.

Acerca dessa discussão Segnini (1994) comenta que é perceptível que não podemos medir a educação necessária a qualificação do trabalhador, porém, para o mercado de cunho capitalista, saber ler e escrever representa, mesmo que minimamente uma dessas condições, porém, não o suficiente, é preciso observar atentamente as relações sociais ora estabelecidas.

Essa realidade, comentada por Kuenzer (2000), na qual estamos vivenciando em nosso país, nos mostra que a ausência desse entrosamento entre os dois níveis de educação regular se apresenta como um entrave muito grande aos jovens que precisam ser inseridos no mercado de trabalho e que por não encontrarem na escola os mecanismos que possibilitem esse acesso acabam por abandoná-la, já que por ela – nesse sentido - são abandonados:

Contudo, esse tratamento não será suficiente para certas clientelas, para as quais o Ensino Médio é *mediação necessária* para o mundo do trabalho, e nesses casos condição de sobrevivência. Para atender às necessidades dessa clientela, alguma forma de preparação para a realização de alguma atividade produtiva deverá ser oferecida. Não fazê-lo significará estimular os jovens que precisem trabalhar ao abandono do Ensino Médio, ou mesmo à sua substituição por cursos profissionais, abrindo mão do direito à escolaridade e à continuidade dos estudos (KUENZER, 2000, p. 28).

Com essa visão reducionista do trabalho e da educação ocorre uma perda sensível das capacidades humanas o que propicia a reprodução e manutenção das práticas atuais de mercado e trabalho, como afirma Romão (2002, s. p.):

Há um relativo empobrecimento da Educação, mesmo que considerada na sua dimensão instrumental, quando voltada apenas para os objetivos do sistema ocupacional, qualquer que seja a sociedade, das mais simples às mais complexas. É que os homens e as mulheres de qualquer época não se reduzem a simples agentes do trabalho. Mesmo a politécnica tem um significado mais amplo do que a mera flexibilidade do comportamento produtivo dos trabalhadores.

Mesmo com a oferta desses cursos no mercado para superar a deficiência da escola, é perceptível que a educação em todos os sentidos a que se propõe, continua excludente, pois se destina a poucos que podem de fato dedicar-se a ela, acerca dessa reflexão afirma Kuenzer (2000, p. 35):

O resultado disso tudo é a perpetuação e o aprofundamento da dualidade, justificada pela ideologia presente nas reformas, que nada mais faz do que tentar esconder que a educação proposta como universal é para muito poucos, restando para a grande maioria uma versão piorada da pedagogia taylorista/fordista, da qual os cursos aligeirados de "desqualificação profissional básica" propostos pelo Decreto 2208/97 são o melhor exemplo.

Faz-se necessário uma nova leitura da realidade da educação dos diversos jovens, que buscam cada vez mais na escola alternativas para a sobrevivência, e - que infelizmente - não encontram; novas políticas educacionais precisam ser feitas no sentido dessa realidade ser modificada, ou ainda, transformada se adequando a real demanda da sociedade brasileira contemporânea e globalizada, reafirma Kuenzer (idem, p. 38):

Mais do que nunca, o Ensino Médio deverá superar a concepção dual e conteudista que o tem caracterizado, em face de sua versão predominantemente propedêutica, para promover mediações significativas entre os jovens e o conhecimento científico, articulando saberes tácitos, experiências e atitudes. Essa mudança é imperativo de sobrevivência num mundo imerso em profunda crise econômica, política e ideológica, em que a falta de alternativas de existência com um mínimo de dignidade, articulada à falta de utopia, tem levado os jovens ao individualismo, ao hedonismo e à violência, em virtude da perda de significado da vida individual e coletiva.

Lúcio e Sochaczewski (1998, p. 106-107) nos apontam um grave problema vivenciado pela sociedade, ao afirmarem a partir das perspectivas discutidas ao longo desse texto acerca da busca da qualificação, que essa passou a ser “a panaceia do mundo do trabalho, substituindo muito frequentemente, a busca de alternativas, para as questões do emprego, da exclusão e da renda. Como se hoje uma boa formação fosse à garantia de emprego ou trabalho”. Percebemos com isso que, a qualificação não é essa garantia do emprego tão desejada pelas camadas populares, porém, sem a mesma o ingresso no mercado de trabalho passa a ser cada vez mais difícil, pois o capitalismo é implacável e a economia globalizada nos mostrou de fato isso. Na prática, voltamos àquela máxima de Darwin que diz: “só os mais fortes e aptos sobrevivem”.

Quanto à competitividade profissional e social em que o mundo se encontra Paiva (1999) nos chama a atenção ao fato de que, sem qualificação isso não é possível:

... Na competição intensificada os segmentos profissionais mais preparados, intelectual e pessoalmente são mais capazes de sair ganhando financeiramente ou em outros aspectos da vida. E na moderna combinação de grandes firmas e pequenos produtores independentes (de produtos ou de serviços), as vantagens possíveis dos que ficaram de fora do mercado formal dependem cada vez mais do conhecimento e da qualificação (PAIVA, 1999, p. 55).

E essa qualificação pode e deve ser oferecida a partir de políticas públicas que garantam a população, independente da classe social a que pertençam uma garantia de sobrevivência como nos colocam Frigotto, Ciavata e Ramos (2010, p. 39):

Uma outra indicação relevante é a necessidade de as políticas públicas de formação profissional superarem o viés assistencialista/compensatório e promover a inclusão social. Assim, elas devem estar necessariamente articuladas às políticas de desenvolvimento econômico locais, regionais e nacionais, ao sistema público de emprego, trabalho renda, sem o que não é possível oferecer perspectivas de melhoria da qualidade de vida e possibilidades de a população prover seus próprios meios de existência.

A escola precisa ocupar um papel de destaque nessas mudanças sócio-econômicas, segundo Corrêa (2010), criando novas práticas e conduzindo-as:

O trabalho educativo da escola deve considerar a existência de outras instancias na sociedade mais ampla nas quais se processam relações sociais nas dimensões educativas e socializadoras que também formam os indivíduos. Não são dimensões excludentes, mas dialeticamente articuladas e complementares, contribuindo para alargar o conceito de formação do trabalhador nas suas complexas dimensões, em outras esferas societárias, por meio de diferentes práticas sociais e educativas (CORRÊA, 2010, p. 136).

Deffune e Depresbiteris (2002, p. 85), fazem um paralelo entre a educação geral e a educação profissional:

Não é suficiente conhecer as concepções de educação profissional e ter uma visão crítica sobre elas; é fundamental que as instituições de educação profissional valorizem todas as áreas profissionais que ofereçam em seus currículos. Pois, nem sempre isso ocorre, uma vez que ainda se percebe certa discriminação com áreas rotuladas como “menos nobres” com relação a outras.

Por fim, Deffune e Depresbiteris (2002), afirmam que a educação profissional não resolve o problema do desemprego nem gera trabalho por si mesmo, pois esse é o papel das políticas públicas de trabalho e renda, dentro de uma perspectiva de crescimento econômico, no qual a educação profissional deve estar articulada através da humanização dos currículos.

Cabe lembrar, segundo Sanfelice (2009), que a educação sofre inúmeras influências externas que podem modificar sua estrutura:

[...] A educação não está imune as transformações de base material da sociedade, hoje em processo de globalização e, ao mesmo tempo, não está imune à pós-modernidade cultural que as sinalizam. Pós-modernidade, globalização e educação relacionam-se pela lógica de mercado (SANFELICE, 2009, p. 11).

Acerca da educação profissional no Brasil, Kuenzer e Cunha (1997 e 2000a apud Oliveira, 2003, p. 17) nos colocam que “desde o início ela vem se revestindo de um cunho assistencialista, discriminatório, moralista, por ser destinada às camadas mais carentes da sociedade, se caracterizando por um baixo nível de consistência teórica e empírica” Atualmente, essa afirmação se faz sentir a partir da criação pelo Governo Federal no final de 2011 do Pronatec – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego -, que visa

atender a população de baixa renda através da oferta de cursos técnicos para a população de baixa renda.

1.3 A Qualificação profissional e o mercado de trabalho

Com os argumentos apresentados anteriormente, acerca de uma exigência cada vez maior quanto à qualificação para o trabalho – tanto para os jovens como para os trabalhadores em geral - para que possam ingressar e se manter no mercado de trabalho, isso é fato. Discutiremos a repercussão dessa nova visão do mercado acerca do trabalhador.

Antes de tudo, cabe esclarecer o que é a qualificação profissional? E também saber como a qualificação pode ser oferecida e obtida. São questões que para Ferretti (1993) ainda são motivo de muita discussão e que, nem mesmo os envolvidos nesse tipo de formação são capazes de respondê-las estabelecendo alguns parâmetros que acabam por provocar um reducionismo no seu real conceito:

Alguns definem a qualificação a partir da formação profissional; outros o fazem a partir da experiência profissional; outros, ainda, conceituam-na a partir da hierarquia dos postos de trabalho; e, finalmente, outros a definem a partir da articulação de diferentes saberes do trabalhador. Um dos problemas decorrentes é que se desenvolve a tendência a que cada enfoque privilegie um aspecto específico da qualificação profissional, oferecendo, portanto, uma concepção fragmentada do fenômeno e enfatizando determinados caminhos para se obtê-la [...] (FERRETTI, 1993, p. 90).

Atualmente, ocorre uma exigência do mercado muito maior quanto à qualificação profissional, afirma Oliveira (s.d.)⁵, há uma retomada, mesmo que disfarçada da “teoria do capital humano”, onde se tenta a partir da ótica da competitividade restaurar esses princípios:

No contexto atual, no qual há uma forte diminuição do poder político dos Estados-nações, decorrentes do "fenômeno" da globalização, o capital busca uma nova interpretação ideológica, capaz de justificar as relações de poder e de exploração. Neste sentido, como uma continuidade da Teoria do Capital Humano, mas englobando novas características, próprias de uma economia globalizada, surge o discurso de que vivemos numa "Sociedade do Conhecimento" e que, por conseguinte, neste novo contexto, são exigidas

⁵ Artigo disponível em: <http://www.senac.br/BTS/271/boltec271c.htm>.

dos trabalhadores novas qualificações e habilidades que lhes permitam inserir-se no mercado de trabalho, competindo de forma igualitária com outras pessoas.

Precisamos obter de fato novos conhecimentos, afirma Deluiz (s.d.)⁶, e, esses conhecimentos não se restringem apenas a aprendizagem prática das tarefas a serem executadas, ou seja, as exigências do mercado agora para os profissionais que dele querem fazer parte vão além das práticas do taylorismo/fordismo:

Não se trata mais, portanto, de uma qualificação formal/qualificação prescrita/qualificação do trabalhador para desenvolver tarefas relacionadas a um posto de trabalho, definida pela empresa para estabelecimento das grades salariais, ou pelos sistemas de formação para certificação ou diplomação, onde as tarefas estavam descritas, codificadas e podiam ser visualizadas, mas da qualificação real do trabalhador, compreendida como um conjunto de competências e habilidades, saberes e conhecimentos, que provêm de várias instâncias, tais como, da formação geral (conhecimento científico), da formação profissional (conhecimento técnico) e da experiência de trabalho e social (qualificações tácitas).

Acerca da qualificação profissional e do novo papel da escola nesse contexto de formação/qualificação dos possíveis trabalhadores, Tassigny (2008, p. 4) nos faz o seguinte alerta:

A construção de um saber polivalente depende de educação, mas sem que seja necessária uma grande revolução na escola. Na verdade, o trabalhador polivalente se faz no trabalho, demandando sim, certa exigência de elevação do nível de escolaridade. Embora a educação e a qualificação para a polivalência representem um avanço perante as formas taylorizadas e fordistas, apresenta apenas um avanço relativo, pois o conhecimento tecnológico produzido e empregado nos processos de trabalho, ainda permanece como monopólio do industrial, do empresário (do capital).

Cabe lembrar que a qualificação não é algo acabado, é necessária constante atualização, para Ferreira (2002, p. 219) isso representa algo vital para se manter vivo no crescente e competitivo mercado de trabalho:

[...] Assim, da mesma forma que aumentam as necessidades de qualificação para um conjunto de trabalhadores assalariados, que estão directamente relacionados com a concepção, o planejamento, o controlo, a manutenção e a

⁶ Artigo disponível em: <http://www.senac.br/informativo/bts/222/boltec222b.htm>.

reparação das novas tecnologias, também essas mesmas tecnologias desqualificam e dispensam uma enorme massa de trabalhadores assalariados, que se limitam a executar tarefas rotineiras sem quaisquer exigências de qualificações, tornando-se mero apêndices funcionais dos artefactos e dos mecanismos automáticos [...].

Expondo a visão empresarial acerca desse aspecto, Oliveira (2005) coloca que os empresários possuem uma íntima ligação com a reprodução do capital em nível global, com isso, assimila e propaga valores, ideologias e proposições oriundas das grandes corporações internacionais. Todavia, Ferretti (2005) contrapõe com a seguinte crítica acerca do sistema público de ensino e a intervenção dos empresários:

[...] a ação dos empresários em termos do sistema educacional parece ter se voltado, desde 1995, mais para as tentativas de influenciar os rumos amplos da educação brasileira, seja por meio do discurso, seja pelo fortalecimento de “lobbies” nas legislativas ou nos Ministérios da Educação e do Trabalho para fazer aprovar ou materializar matérias de seu interesse no que se refere à educação, do que para ações específicas no nível de unidades escolares locais [...] (FERRETTI, 2005, p. 105).

Quanto às centrais sindicais, - especialmente a Central Única dos Trabalhadores (CUT) - na discussão acerca da responsabilidade em relação à qualificação profissional conclui Ferretti (idem, p. 107):

As três centrais sindicais afirmam a mesma disposição em defender os interesses dos trabalhadores ante as mudanças. Nesse sentido, embora de forma diferenciada, propõem que os trabalhadores se utilizem da educação geral ou profissional para melhorar sua qualificação, tendo em vista as transformações no campo do trabalho. Mais ainda, reafirmam o ponto de vista defendido pela CUT em 1995 com relação a responsabilidade social pela educação e vão além, pois entendem que a tarefa de promover a educação, não apenas profissional, mas também geral, cabe tanto ao Estado e ao patronato quanto aos trabalhadores.

Nesse contexto, até mesmo a população em geral, atualmente reconhece a necessidade da qualificação profissional, tanto para o ingresso no mercado de trabalho em Pernambuco – especialmente em Suape -, no Brasil e no mundo, quanto para afastar os jovens da violência urbana. Acerca dessa discussão, a Secretaria de Educação do Recife, em reportagem ao Jornal do Commercio (13/02/2011) afirmou que atualmente, a Prefeitura da Cidade do Recife

oferece em parceria com o Governo do Estado, cursos profissionalizantes em 17 localidades, muitas focando as necessidades do Porto de Suape. A qualificação nesse contexto assumiu também um papel social, além do econômico como já foi discutido.

A busca por qualificação hoje representa de fato uma demanda do mercado, pois ser competitivo exige cada vez mais formação, Ferretti (1997) acerca desse novo perfil profissional nos faz o seguinte questionamento:

As fortes demandas por qualificação atualizada e contínua, destinada a um contingente maior de trabalhadores e não apenas aos ocupantes de postos-chave e, ao mesmo tempo, articulada com a introdução de inovações tecnológicas, têm conduzido as agências a promover uma alteração de porte na oferta de modalidades de capacitação, "mudando a ênfase da *formação inicial* [para] a *formação complementar*, a qual inclui cursos de *especialização, atualização e complementação*" (grifos no original). Modifica-se, com isso, o "caráter original da capacitação que, de geral e centrada no ofício, passa a ser focalizada nos contextos de trabalho e tecnológico; e de massa (pelo menos nas intenções), passa a ser mais restritiva" (DUCCI, *apud* CEPAL, 1994, p. 12, *apud* FERRETTI, 1997, p. 234).

No Brasil, segundo Oliveira (2003), a globalização econômica cada vez mais transfere para o indivíduo isoladamente a responsabilidade em determinadas áreas, o que em nada contribui para uma melhoria da condição social em que esse sujeito se encontra atualmente:

A globalização para o povo brasileiro tem significado o isolamento, o empobrecimento e o aumento da marginalização econômica e cultural. Afinal, como ser cidadão do mundo se a satisfação das demandas básicas, como nutrição, saúde e educação, é cada vez mais colocada no plano do mercado e dependente do "esforço individual" (OLIVEIRA, 2003, p. 9).

Baseado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, e nos Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação no Brasil (2000, p. 9-10) - PCNs, o ensino médio precisa se adequar a nova realidade imposta por essa sociedade, sendo definido da seguinte maneira:

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional explicita que o Ensino Médio é a "etapa final da educação básica" (Art.36), o que concorre para a construção de sua identidade. O Ensino Médio passa a ter a característica da terminalidade, o que significa assegurar a todos os cidadãos a oportunidade de consolidar e aprofundar os conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental; aprimorar o educando como pessoa humana; possibilitar o

prosseguimento de estudos; garantir a preparação básica para o trabalho e a cidadania; dotar o educando dos instrumentos que o permitam “continuar aprendendo”, tendo em vista o desenvolvimento da compreensão dos “fundamentos científicos e tecnológicos dos processos produtivos” (Art.35, incisos I a IV).

Acerca da nova LDB, Oliveira (2003, p. 56) nos chama a atenção para analisarmos a condição da “educação profissional que não é considerada competência de nenhuma das instâncias governamentais, isto é, nem da União, nem os Estados, nem os Municípios têm como incumbência a referida educação”. A referida autora levanta ainda a seguinte questão: a quem compete a educação profissional? A lei não nos dá essa resposta, o que pode deixar um vácuo para sua efetivação na prática, já que não temos definido as responsabilidades que competem a cada instância.

Em pleno século XXI assistimos ainda a modelos educacionais com forte influência a atender o mercado e a economia mundial. O que nos faz pensar em como a educação ainda não cumpre o seu papel que é o de emancipar o cidadão e prepará-lo para a vida. Segundo Oliveira (2001), a escola e tudo que a compreende se reduz apenas a ditadura da lógica econômica moldada pela globalização:

Em virtude da dificuldade de a sociedade controlar e definir o que seja uma escola de qualidade, erige-se o cinismo dos que tentam fazer uma vinculação direta do processo educacional com o mercado. Ao entender que o alcance da qualidade educacional necessita de uma nova racionalidade, o Estado brasileiro, por meio de suas políticas, apropria-se apenas das propostas das elites empresariais e das agências de financiamento internacional. Dessa forma, a idéia de qualidade na educação, termo que só pode ser construído dentro de uma historicidade própria de cada nação, resume-se aos ditames impostos pelo capital globalizado, que busca minar todos os possíveis empecilhos no processo de acumulação (OLIVEIRA, 2001, p. 192).

Oliveira (2005) afirma que, para o ingresso no mercado de trabalho atualmente e também para a permanência é preciso possuir qualificação. É evidente que, cada vez mais as desigualdades se acentuam com o advento da globalização econômica o que de acordo com Salm e Medeiros (1999, apud Oliveira, 2005) nos trazem graves problemas como a miséria e a exclusão social⁷, que claro, já existiam, mas que se acentuam cada vez mais na sociedade, principalmente nos países periféricos como é o caso do Brasil:

⁷Acerca da exclusão no Brasil vide o trabalho de Baden Sawaia. As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social (2009).

[...] A miséria das famílias, o trabalho desde criança, o analfabetismo e a baixa escolarização básica excluem hoje, muito mais do que no passado, um imenso contingente de jovens de uma melhor inserção no mercado de trabalho. As condições são degradadas, o poder de barganha é nenhum. Misturados aos agora desempregados de longa duração, forma-se na base do mercado de trabalho não apenas uma super-oferta de trabalhadores não qualificados e rebaixados, mas de indivíduos cujas deficiências os tornam empregáveis (OLIVEIRA, 2005, p. 56-57).

Porém, cabe ressaltar, segundo Paiva (1999), que essa qualificação outrora obtida não representa elevação salarial e, tão pouco profissional, pois há uma tendência do mercado cada vez maior de uma desvalorização do profissional em geral:

Num contexto de re-ordenamento social das profissões, em que assistimos a um processo no qual a qualificação se eleva e se intensifica ao mesmo tempo em que os salários caem e o *status* profissional se esvai (como no caso dos médicos, professores, diversas especializações nas engenharias, etc.) faz-se necessário o acionamento de mecanismos de complementação de renda e de buscas por alternativas profissionais que cada vez mais passam pela descoberta de nichos de mercado e pelo auto-emprego ou pelo exercício de profissões liberais fora das estruturas existentes (PAIVA, 1999, p. 52).

E a escola torna-se a partir daí, um mecanismo cada vez maior de exclusão, pois propicia aos alunos de baixa renda uma desilusão quanto ao processo de ensino-aprendizagem e a busca precoce do mercado de trabalho, engrossando uma parcela significativa no mercado de profissionais de baixa escolaridade e, conseqüentemente que irão receber também, baixos salários, devido a sua desqualificação ou mesmo, acabarão por fazer parte do mercado informal, já que não lhes são dadas oportunidades devido a essa falta de escolaridade e qualificação. Afirma ainda Paiva (1999, p. 53):

[...] Mais que isso: se o trabalho – à exceção dos quadros ultra-especializados e inseridos cabalmente no mercado formal, onde as tarefas tendem a se aglutinar e o trabalho a se intensificar – pode objetivamente ocupar menos tempo, subjetivamente a insegurança na obtenção de meios de vida faz com que os indivíduos estejam todo o tempo disponíveis para o trabalho que apareça e se ocupem com a mera manutenção desta disponibilidade.

Cabe também lembrar que mesmo que se obtenha a qualificação desejada, isso ainda não quer dizer condição suficiente para o mercado de trabalho, pois, só lhes dará apenas competitividade para o mercado de trabalho cada vez mais exigente e excludente. Gentili (2005, p. 54) nos faz a seguinte afirmação:

Um incremento no capital humano individual aumenta as condições de empregabilidade do indivíduo, o que não significa, necessariamente, que, por aumentar suas condições de empregabilidade, todo indivíduo terá seu lugar garantido no mercado... Simplesmente, porque no mercado não há lugar para todos. “Empregabilidade” não significa, então, para o discurso dominante, garantia de integração, senão melhores condições de competição para sobreviver na luta pelos poucos empregos disponíveis: alguns sobreviverão, outros não.

Uma solução sugerida por Frigotto, Ciavatta e Ramos (2010) é a implantação do ensino médio integrado, pois este representaria a possibilidade de superação da dualidade existente entre as classes e a possibilidade real de uma redução da desigualdade existente e mantida através da escola dual:

A possibilidade de integrar formação geral e formação técnica no ensino médio, visando a uma formação integral do ser humano é, por essas determinações concretas, condição necessária para a travessia em direção ao ensino médio politécnico e à superação da dualidade educacional pela superação da dualidade entre classes (FRIGOTTO, CIAVATTA e RAMOS, 2010, p. 45).

E esse ensino médio integrado à educação profissional possibilitaria segundo Ferreira e Garcia (2010, p. 170) mudanças profundas no âmbito da relação educação e trabalho, especialmente entre as classes populares, o que levaria de fato a produção do conhecimento:

O trabalho é uma das questões cruciais que enfrentam os jovens e adultos das classes populares, maioria esmagadora que frequenta a escola pública. Mudanças profundas no âmbito das tecnologias, das relações econômicas, sociais, políticas e culturais afetam o cotidiano da escola direta ou indiretamente. A crise estrutural do desemprego aprofunda o clima de tensão permanente nesse âmbito, em face das necessidades de sobrevivência familiar. Além dessa dimensão histórica, inserido no sistema capitalista, o trabalho tem também uma dimensão ontológica, como forma pela qual a humanidade produz sua própria existência na relação com a natureza e com seus pares, produzindo assim conhecimento.

Corroborando a análise sobre o papel da qualificação do trabalhador, Arroyo (1999, p. 37), aponta que:

O trabalhador não se qualifica ou desqualifica só na fábrica, assim como a criança, o adolescente ou o jovem não se socializa só na escola. Há outros tempos, espaços, práticas sociais e pedagógicas, marcadas ou não pelas mudanças na fábrica e na escola.

Kuenzer (1999), por sua vez, coloca que atualmente há avanços no âmbito educacional e na sua relação com a qualificação profissional, graças às facilidades promovidas pelo processo de globalização não apenas econômica mais também sociocultural e política:

Do ponto de vista da concepção de qualificação para o trabalho há avanços, embora já se tenha registrado que não são para todos. Solidamente fundamentada sobre a educação básica, ela não repousa mais sobre a aquisição de modos de fazer, deixando de ser compreendida, como o faz o taylorismo/fordismo como conjunto de atributos individuais, psicofísicos, comportamentais e teóricos. Ao contrário, passa a ser concebida como resultante da articulação de diferentes elementos, através da mediação das relações que ocorrem no trabalho coletivo, resultando de vários determinantes subjetivos e objetivos, como a natureza das relações sociais vividas e suas articulações: escolaridade, acesso a informações, domínio do método científico, riqueza, duração e profundidade das experiências vivenciadas, tanto laborais quanto sociais, acesso a espaços, saberes, manifestações científicas e culturais e assim por diante (KUENZER, 1999, p. 130).

Porém, cabe salientar que esses avanços promovidos não atingem parcela significativa da sociedade, ficando restrita a uma minoria, que são atendidas por instituições renomadas como é o caso dos Cefets – hoje Institutos Tecnológicos – que formam em sua maioria a classe média com um ensino público e de qualidade. Nesse sentido, Kuenzer (1999, p. 133) coloca:

... a clientela padrão das Escolas Técnicas e Cefet's tem sido a classe média, que nelas encontra uma escola pública de qualidade e que lhe permite acesso ao ensino superior sem o custo dos cursinhos privados e, ao mesmo tempo, lhe facilita inserção no mercado de trabalho, com salários competitivos.

De uma maneira geral, Forrastier (1996, apud Ferreira, 2002, p. 224) justifica a questão da constante qualificação como fator determinante para a permanência no mercado de

trabalho de forma competitiva fazendo um paralelo entre aqueles que possuem qualificação profissional e aqueles que não a possui:

... Todos aqueles que possuam altas qualificações e competências profissionais, se conseguirem competir com a proficiência devida no processo de aprendizagem, de formação e reciclagem profissional, poderão usufruir de estabilidade no emprego, de salários altos, de poder, de prestígio social, e daí usufruir de uma hipótese de mobilidade social ascendente. No sentido contrário, todos aqueles que não possuam qualificações, não sejam suficientemente competitivos, flexíveis e polivalentes, que não consigam adequar-se às exigências do mercado de trabalho no capítulo da formação, da educação e da reciclagem profissional, tenderão a engrossar o exército do desemprego e da precariedade da vinculação contratual. Como usufruem de baixos salários, pouca ou nenhuma mobilidade social, sem qualquer poder ou prestígio social, mergulham facilmente na miséria, na pobreza e na exclusão social (FERREIRA, 2002, p. 224).

1.4 O Currículo e a educação na sociedade globalizada

1.4.1 Currículo, escola e educação

Sobre a definição de currículo, Moreira (2009, p. 11) trabalha sua instrumentalidade frente às sociedades e aponta para a diversidade e o papel cultural do currículo, observando que o mesmo:

constitui significativo instrumento utilizado por diferentes sociedades tanto para desenvolver os processos de conservação, transformação e renovação dos conhecimentos historicamente acumulados como para socializar as crianças e os jovens seguindo valores tidos como desejáveis [...].

Afirma ainda acerca da nova visão de currículo pregada atualmente por diversos estudiosos (Giroux, 1993; McLare, 1993) que, o desenvolvimento do currículo pode assumir várias representações:

[...] o fato de que no currículo desenvolvem-se representações, codificadas de forma complexa nos documentos, a partir de interesses, disputas e alianças, e decodificadas nas escolas, também de modo complexo, pelos indivíduos nelas presentes. Sugere ainda, a visão do currículo como um campo de lutas e conflitos em torno de símbolos e significados. (Moreira, 2009, p. 15).

Nos estudos de Pinar (2006, apud Lopes e Macedo, 2006, p. 14), evidencia-se a relevância dos estudos curriculares, enfocando sua trajetória, uma vez que para o autor estudar “a história do currículo nos habilita a entender como o passado habita o presente, apesar de políticos e elaboradores de políticas públicas para a Educação fingirem que suas propostas são novas e sem precedentes”. Ainda assim, conclui, “essas políticas são impostas”.

Essa crítica se refere à situação dos Estados Unidos, onde Pinar (idem, p. 16) coloca que “compreender a política de currículo habilita professores de escolas públicas a perceberem como a situação política degradada (pelo menos nos Estados Unidos) expõe não só seu profissionalismo, mas também o processo de educação em si”. Porém, os estudos do currículo como um campo de pesquisa, não estão somente relacionados à crítica do *status quo*; pois ele está comprometido com o entendimento de seus determinantes sociais e também os determinantes históricos.

Reafirma ainda, a importância de uma nova teoria do currículo que seja mais ampla, enfocando várias temáticas (p. 26):

[...] a teoria do currículo tem como objetivo a compreensão global das implicações educacionais do currículo, enfocando, principalmente, temas interdisciplinares, tais como gênero, multiculturalismo ou crise ecológica, assim como as relações entre currículo, indivíduo, sociedade e história.

Dewey (1916 apud Pinar, 2006, p. 31) nos fala sobre a importância da relação educação/currículo:

Nesses tempos de triunfo da vocação para o acadêmico, na qual o currículo é assumido como cursos de estudo conduzidos para aumentar a competência nas disciplinas acadêmicas, a teoria do currículo testemunha a progressiva insistência em dizer que a educação tem valor para a sociedade e para o indivíduo; que seu fim não está em si mesma, mas, em vez disso, ela deve também engajar e aumentar os interesses intelectuais, psicológicos e sociais dos estudantes.

Conclui Pinar (p. 31) que em momentos distintos da história da sociedade, o papel da teoria do currículo “é, então, descobrir e articular, para si mesma e para os outros, o

significado educacional das disciplinas escolares, num momento histórico em constante transformação”.

Acerca do espaço ocupado pela escola e o sistema de ensino dentro da sociedade atualmente, afirma Libâneo (2006, p. 70; 71):

A escola tem sido abordada como espaço de realização tanto dos objetivos do sistema de ensino quanto dos objetivos da aprendizagem. [...] As análises críticas das políticas educacionais e do sistema de ensino perdem a força analítica se não tiverem como referência a escola e suas funções sociais e pedagógicas [...].

Sobre as políticas educacionais e o papel que ocupam, assim avalia Libâneo (idem, p. 73):

[...] a tese de que os processos educativos, imersos em contextos socioculturais e, institucionais, têm caráter endógeno, de dentro para fora e, por isso, mesmo, as políticas educacionais devem ser precedidas de políticas para a escola e para a aprendizagem [...].

Na linha teórica das políticas públicas em educação, Ball (2011, p 45) observa que “a visão prevalente, embora normalmente implícita, é que a política é algo que é “feito” para as pessoas. Como beneficiários de primeira ordem, “eles” “implementam” políticas; como beneficiários de segunda ordem, “eles” são afetados positiva ou negativamente pelas políticas”.

Trazendo esta análise para a realidade brasileira, Libâneo (2006,p. 75) faz uma crítica à situação atual presenciadas na realidade escolar:

[...] frequentemente se observa que as políticas educacionais não estão a serviço das escolas e dos professores, não decorrem das necessidades e demandas efetivas da realidade das escolas e dos alunos. [...] A educação e o ensino continuam prestando-se muito mais a clientelismos, a trocas de favores eleitorais, ao jogo de interesses do que ao efetivo desenvolvimento social e cultural [...].

Para esse estudioso, podemos perceber com essa crítica que mesmo com desenvolvimento global que o mundo hoje vivencia, ainda prevalece (2006, p. 75):

[...] uma cultura educacional elitista, com interesse mínimo pela educação pública popular e com quase total ignorância das questões propriamente operacionais do ensino como os currículos, as metodologias de ensino, a efetivação das aprendizagens, a avaliação de processos e resultados. [...].

Libâneo (2006, p. 78) ainda se coloca a partir dessa dura realidade das escolas e dos sistemas de ensino que,

[...] o que se vê é a desconexão entre o sistema escolar e as escolas, tornando essas duas instâncias impenetráveis, acabando por comprometer um projeto de educação de nação, à medida que o sistema escolar (com seus agentes) desconsidera o motor da instituição escolar: os processos de aprendizagem e de ensino que levam a mudanças qualitativas no desenvolvimento e na aprendizagem dos alunos.

Continua ainda, afirmando (idem, p. 81-82) que as políticas educacionais devem ser criadas a partir das realidades vivenciadas dentro da escola:

As políticas educacionais pressupõem políticas para a escola, e estas devem basear-se em necessidades e em demandas originadas nos contextos concretos de ensino e na aprendizagem das escolas e das salas de aula. Chamo de políticas para a escola a definição de objetivos sociais e culturais para a escola, as capacidades a formar, as competências cognitivas e habilidades, os formatos curriculares, as metodologias de ensino, as práticas de organização e de gestão da escola, as condições profissionais que asseguram os objetivos e os melhores resultados de aprendizagem, os níveis esperados de desempenho escolar dos alunos. [...].

Nesse sentido, conclui esse estudioso: não há políticas educacionais viáveis sem levar em conta necessidades a serem atendidas a partir das desigualdades de aproveitamento escolar encontrada dentro da própria escola.

Corroborando estas análises, Roldão (2010) aponta que escola ao longo do tempo não sofreu muitas alterações, pois ainda mantém velhas estruturas de funcionamento:

A escola mantém até hoje a estrutura organizativa e as lógicas de ensino que a instituíram em épocas passadas, quando os públicos eram muito mais restritos e homogêneos e as finalidades menos ambiciosas para a maioria, embora mais selectivas para um leque restrito. É nessa lógica que toda a orgânica da escola ainda funciona, bem como as suas metodologias dominantes (Roldão, 1999; Barroso, 1999 citados por Roldão, 2010, p. 234)

Sobre o desenvolvimento do currículo baseado na prática cotidiana afirma Santomé (1998, apud Libâneo, 2006, p. 86):

No desenvolvimento do currículo, na prática cotidiana na instituição escolar, as diferentes áreas do conhecimento e experiência deverão entrelaçar-se, complementar-se e reforçar-se mutuamente, para contribuir de modo mais eficaz e significativo com esse trabalho de construção e reconstrução do conhecimento e dos conceitos, habilidades, atitudes, valores, hábitos que uma sociedade estabelece democraticamente ao considerá-los necessários para uma vida mais digna, ativa, autônoma, solidária e democrática.

Nesse sentido, esse teórico faz questão de lembrar quais são de fato os objetivos para os quais a escola deve se guiar, destacando que determinadas inovações não surtem os efeitos desejados quando de fato não são direcionadas aos agentes constituintes dessa mesma escola. Assim,

... O objetivo primordial da escola é promover a aprendizagem dos alunos, e isso se realiza pela atividade dos professores e pelas condições oferecidas pelas práticas de organização e de gestão. Dentro dessa lógica, vale afirmar que são de pouca valia inovações administrativas, gestão democrática, práticas participativas de gestão, eleições para diretor, instalação de equipamentos informacionais e outras coisas, se os alunos continuam apresentando baixo rendimento escolar e aprendizagem não consolidadas (LIBÂNEO, 2006, p. 90-91)

Sobre o real papel das escolas e da educação dentro da sociedade e na vida das pessoas, analisa e conclui Libâneo (idem, p. 104; 105):

[...] A escola é o lugar da apropriação ativa da cultura, da ciência, da arte, o que não se assegura sem parâmetros mínimos de organização, rigor e acompanhamento sistemático. Democratizar o ensino é assegurar melhores níveis de aprendizagem a todos os alunos pela apropriação dos conteúdos e das habilidades cognitivas fundamentais para que possam instrumentalizar-se para enfrentar o mundo do trabalho, da cultura, da política [...] A melhor forma de evitar a exclusão é assegurar condições físicas, materiais, pedagógicas, psicológicas, para uma efetiva aprendizagem, assim como professores bem pagos e profissionalmente bem formados [...] a tarefa das escolas fica muito clara: assegurar as condições para que a aprendizagem escolar torne-se mais eficaz, mais sólida, mais consolidada, enquanto ferramenta para as pessoas lidarem com a vida.

Young (2001, p. 400), trabalhando a questão da construção do currículo e do seu lugar na pedagogia, pontua:

Currículo e pedagogia, eu proponho, devem ser vistos como conceitualmente distintos. Eles se referem às diferentes responsabilidades dos elaboradores de currículo e dos professores, e um depende do outro. Os professores não podem eles mesmos, criar um currículo, mas precisam dele para guiá-los naquilo que devem ensinar; os elaboradores de currículo, por sua vez, apenas podem estipular os conceitos importantes aos quais os estudantes precisam ter acesso – mas dependem dos professores para motivar os alunos e tornar aqueles conceitos realidades para eles.

Nesse sentido, percebemos que como a produção hoje se encontra num nível globalizado o currículo, a educação e a sociedade se enquadram nesse processo de transformação. Lembramos aqui as palavras de Arroyo (1999, p. 20):

[...] A insegurança atual quanto aos aparelhos e instituições da modernidade e da reprodução social e cultural afetam em cheio nosso campo educacional e também nossa visão sobre as relações entre trabalho-educação. Nem tudo é socializável e, menos ainda, controlável quando se trata de constituição de seres humanos. Não é só o trabalho que está em crise; a educação escolar e as certezas de seu papel também estão e, sobretudo, as certezas sobre o que tem movido socialmente a constituição histórica dos sistemas educativos. Estes não estariam movidos por outra racionalidade, menos lógica e menos ajustada ao que pede a produção?

1.4.2 A Sociedade Globalizada, a Educação e o Currículo

Atualmente, temos a seguinte classificação segundo Sacristán (2008, p. 45) para o fenômeno denominado globalização:

[...] A globalização é o termo escolhido para expressar as inter-relações econômicas, políticas, de segurança, culturais e pessoais que se estabelecem entre indivíduos, países e povos, dos mais próximos aos mais afastados lugares do planeta. [...].

Ao caracterizar a Globalização, Sacristán (Idem, p. 50-51) nos faz um comentário crítico sobre esse fenômeno:

A *globalização* é uma forma de nos representar e de explicar em que consiste essa nova condição; um termo que se entrelaça com outros conceitos e expressões igualmente manejadas em profusão: O *neoliberalismo*, *as novas tecnologias da comunicação e o mundo da informação*. Todos eles tratam de explicar fenômenos diferentes, embora também se entrelacem estreitamente, e por isso não podemos nos referir a qualquer um deles sem relacioná-los com os demais, embora nenhum deles esgote os outros. Na medida em que cada um envolve temas, problemas e consequências peculiares podemos estruturar o discurso centrando-o em alguns deles. Entrelaçados, constituem um sistema intelectual para captar o sistema-mundo.

A globalização é um aspecto do mundo contemporâneo que para Sacristán (ibidem, p. 54) “aparece como se fosse uma onda expansiva que inunda, coloniza, transforma e unifica o mundo, partindo de um ponto de origem a partir do qual se coloniza os que se alcança”. Nesse sentido, percebemos que no mundo globalizado – fato que estamos vivenciando – não existem limites, o que faz com que novas relações se estabeleçam (p. 55):

Cada grupo humano globaliza ou tem generalizado algo entre seus membros, precisamente para poder se constituir como tal grupo, seja eles uma tribo, um Estado, uma nação, uma comunidade de língua ou de religião, uma civilização, um império, etc. Cada um desses âmbitos comunitários e sociais se constituiu graças ao estabelecimento de laços, vínculos, interdependências e imposições. [...].

É importante ressaltar o papel desempenhado pela educação e o currículo nesse processo de globalização, pois para Sacristán (2008), ela não foi renegada, mas passou a ocupar um lugar de destaque nessa nova realidade:

[...] Sobre que conteúdos culturais devemos nos apoiar? Dependendo da amplitude do “nós”. A educação pode ser instrumento para dar consciência dessa realidade e colaborar para desvendá-la. Esse seria o novo horizonte para o moderno princípio de “educar para a vida” que requer agora uma alfabetização cultural mais exigente, de horizontes muito mais amplos (SACRISTÁN, 2008, p. 56).

A partir dessa nova visão da educação, Sacristán (idem, p. 58) faz algumas considerações:

Muitos dos processos que as dinâmicas de globalização implicam são difíceis de avaliar, pois é complicado escolher um ponto de vista para fazer

as avaliações. Suas consequências são ambivalentes (com elas, alguns podem perder e outros podem ganhar), e só a médio e longo prazo adquirimos consciência do que representam seus efeitos [...].

Outro aspecto destacado por Sacristán (2008) é a influência sofrida pela educação através desse processo de globalização, pois mesmo com as trocas obtidas, em caráter econômico, social e cultural, não podemos esquecer as particularidades locais de cada região que continuam sendo preservadas nos sistemas educativos. Nesse processo de globalização acrescenta ainda que nas políticas neoliberais, a educação não ocupa um papel de destaque, ocorrendo assim certa desvalorização dos sistemas educativos, além da transferência de determinadas decisões da política educacional da incumbência do âmbito do Estado para o âmbito das decisões privadas.

Nesse sentido, Young (2011, p. 398-399) comenta a situação do Reino Unido perante as influências sofridas pelo processo de globalização na primeira década do século XXI:

Políticas curriculares são desenvolvidas, inevitavelmente, em contextos sociais, políticos e econômicos. O que discuto é o fato de que, na última década, sob pressões globais bem conhecidas, os elaboradores de currículos no Reino Unido têm atendido em demasia a esses contextos, em dois sentidos. Primeiro, têm respondido à pressão governamental para contribuir com a resolução de problemas sócias tais como o desemprego. Segundo, têm também respondido àquilo que, percebem como necessidades e interesses dos alunos, especialmente daqueles que têm pouco êxito na escola ou que a abandonam cedo. Em consequência disso, as propostas têm negligenciado, ou pelo menos minimizado, o papel educacional fundamental do currículo, que decorre tanto daquilo para que as escolas servem quanto do que elas podem ou não podem fazer [...].

Por fim, conclui Sacristán (2008) a globalização não é uma coisa de outro mundo – fato este que convivemos com ela tão bem -, logo há possibilidade de pensar a educação de uma maneira diferenciada, superando as dificuldades que lhe são impostas, mesmo nos lugares em que a realidade econômica não é tão favorável assim:

[...] É preciso resgatar a ideia de que os sistemas de educação precisam estar a serviço de um tipo de sociedade aceitável, um princípio que caiu por terra com a decadência dos sistemas públicos. Se não há um projeto geral, é difícil dar uma resposta coerente à nova situação. A globalização, configurando realidades mais complexas e novas fontes de desigualdade, precisa de mais intervenção para “domesticá-la” em benefício de todos, não de que nos

abstenhamos como se ela constituísse um processo desencadeado por extraterrestres (SACRISTÁN, 2008, p. 76).

Moreira (2009, p. 25) nos dá uma visão utópica acerca das análises e propostas de currículo a partir das tentativas de integrar os ideais da modernidade com a pós-modernidade:

[...] Se ainda se pretende a educação a favor de um mundo social mais justo, é preciso orientar o trabalho pedagógico com base em uma visão de futuro, em uma perspectiva utópica que desafie os limites do estabelecido, que afrente o real, que esboce um novo horizonte de possibilidades. Julgo que essa perspectiva reforça o caráter político da educação e revaloriza o papel da escola e do currículo no desenvolvimento de um projeto de transformação da ordem social.

A visão de uma nova educação adequada às práticas da economia globalizada pode ser apreciada no texto de Martins e outros (2008, p. 263-264):

A acelerada mudança tecnológica e a globalização dos mercados exige cidadãos com uma educação em diversas áreas, aptos a demonstrar flexibilidade, capacidade de comunicação e de aprendizagem ao longo da vida. Estas competências pressupõem que o ensino em geral e o das Ciências, em particular, se apresentem de forma integrada e holística, estabelecendo articulações entre as aprendizagens e a realidade sócio-cultural dos alunos.

1.4.3 O currículo e a educação profissional no Brasil

A história da educação profissional no Brasil segundo Bento (2008, s. p.) se iniciou em 1909 com o Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, onde ocorreu à criação das Escolas de Aprendizes Artífices nas capitais dos Estados Brasileiros e estas atendiam as necessidades locais de mão-de-obra com formação escolar. Nos anos 20 e 30 ocorrem transformações sociais e essas escolas se tornaram liceus industriais. Em 1942 surgem instituições de ensino industrial em todo o território nacional a partir do Decreto-Lei nº 4.127, onde essas instituições teriam como missão proporcionar a preparação profissional da mão-de-obra para a industrialização do país.

Na década de 40 com a gestão de Gustavo Capanema foram editadas as “Leis Orgânicas”, com destaque para a Lei Orgânica do Ensino Industrial, onde os Liceus receberam novas denominações, passando agora a serem chamados de Escolas Técnicas.

Com a Lei 3.552/59 regulamentada pelo Decreto 47.038/59 o ensino técnico foi unificado em todo o território nacional, surgiu a partir daí as Escolas Técnicas Federais. Em 1961, com a Lei de Diretrizes e Bases nº 4.024 o ensino técnico industrial recebeu a equivalência de um curso secundário, o que provocou certa diversificação na oferta de cursos técnicos, além da qualidade docente. Logo, a partir daí, a procura passou a ser muito grande a essas instituições. Em 1971 com a Lei nº 5.692 ganharam status de escolas de referência. Com a Lei nº 6.545/78 através da criação de cursos alternativos aos cursos universitários no país, algumas escolas técnicas – do Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro - foram transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica.

Recentemente no período entre 1995 e 2002 as políticas neoliberais dos governos estabelecidos no Brasil estabeleceram uma redução da intervenção do Estado na construção de políticas públicas para a educação, o que provocou uma abertura muito maior as regras de mercado no campo educacional. Porém novas leis foram criadas para esse ramo do ensino como a Lei de Diretrizes e Bases 9394/96 em seu artigo 36-A parágrafo único, que acerca da educação profissional nos trás a seguinte informação, quanto a quem compete oferecer esse nível de ensino, afirma que a preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional poderão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional.

A LDB coloca ainda em seu artigo 36-D que a formação e qualificação para o trabalho é promovida através de cursos de educação profissional técnica de nível médio, em suas formas articulada, concomitante e subsequente, estruturadas e organizadas em etapas com terminalidade, que possibilitarão a obtenção de certificados de qualificação para o trabalho após a sua conclusão, com o aproveitamento, de cada etapa que caracterize uma qualificação para o trabalho. Posteriormente o texto Lei de Diretrizes e Bases – LDB - Nº 9394/96 no que compete a Educação Profissional foi alterado e incluído pela Lei nº 11.741/08.

Outros instrumentos legais também foram utilizados para legitimar essa modalidade de ensino no Brasil como o Decreto 2.208/97 que regulamenta o § 2º do art.36 e os artigos 39 a 42 da Lei n.º 9.394. Esse Decreto estabelece em seu artigo 2º que a educação profissional será desenvolvida em articulação como o ensino regular ou em modalidades que contemplem estratégias de educação continuada, podendo ser realizada em escolas do ensino regular, em instituições especializadas ou nos ambientes de trabalho. Afirma ainda em seu artigo 3º que a

Educação profissional pode ser oferecida em três níveis *básico, técnico e tecnológico*. Onde assim define cada um desses níveis em seus incisos I, II e III:

I - básico: destinado à qualificação, requalificação e reprofissionalização de trabalhos, independentes de escolaridade prévia;

II - técnico: destinado a proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados ou egressos de ensino médio, devendo ser ministrado na forma estabelecida por este Decreto;

III - tecnológico: corresponde a cursos de nível superior na área tecnológica, destinados a egressos do ensino médio e técnico.

Já o Decreto 5.254/04 coloca em seu artigo 1º que complementando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e as Diretrizes Curriculares Nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação que a educação profissional deve ser oferecida a partir de cursos e programas conforme seus incisos I, II e III:

I - formação inicial e continuada de trabalhadores;

II - educação profissional técnica de nível médio; e

III - educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação.

Atualmente, foi criado através da Lei 12.513/11 pelo Governo Federal o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC – que tem como objetivo principal expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) para a população brasileira. Portanto, prevê uma série de subprogramas, projetos e ações de assistência técnica e financeira que juntos oferecerão oito milhões de vagas a brasileiros de diferentes perfis nos próximos quatro anos.

Essa Lei cria um sistema nacional de aprendizagem profissional onde de acordo com o artigo 20 afirma que:

Os serviços nacionais de aprendizagem passam a integrar o sistema federal de ensino, com autonomia para a criação e oferta de cursos e programas de educação profissional e tecnológica, mediante autorização do órgão colegiado superior do respectivo departamento regional da entidade, resguardada a competência de supervisão e avaliação da União prevista no inciso IX do art. 9º da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Nesse sentido, podemos observar que a partir da implementação desse programa em todos os estados da União ocorrerá parcerias entre o governo federal e entidades privadas – como Senai, Senac, etc. – visando uma maior preparação para ocupação de vagas com a devida qualificação para as vagas que estão surgindo em cada região de acordo com as demandas do mercado de trabalho.

Cabe lembrar, conforme coloca Arruda (s.d.)⁸ acerca da qualificação e das competências exigidas para o ingresso e permanência no mercado trabalho, além da importância da escolarização:

A demanda do setor produtivo por uma força de trabalho mais educada traz embutido um ganho para o conjunto da sociedade, que pode ser traduzido pelo aumento da qualificação média dos trabalhadores. Aumentos este que pode abrir espaço uma reflexão crítica sobre o modelo econômico atual e para a articulação de alternativas, pois apesar da importância atribuída pelo setor produtivo ao conhecimento, a hierarquização e verticalização (capitalistas) ainda se fazem presentes. Dentro dessa dinâmica, a autonomia, a mobilidade e a flexibilidade parecem ter traduções diversas e diversificadas, que não são automaticamente congruentes ou interrelacionais. O grande desafio parece residir na identificação e valorização de articulações que resultem em ganhos que abarquem todos os atores sociais.

Várias críticas são feitas quanto aos efeitos da globalização na educação, merece destaque a fala de Apple (2009, p. 52) relacionada a essa temática:

Não posso aceitar uma sociedade em que mais do que uma entre cada cinco crianças nasce na pobreza, condição essa que está se agravando a cada dia. Tampouco posso aceitar como legítima uma definição de educação que estabeleça como nossa tarefa a preparação de alunos para funcionar sem problemas nos “negócios” dessa sociedade. Nações não são empresas. E escolas não fazem parte de empresas; para ficarem eficientemente produzindo em série o “capital humano” necessário para dirigi-las.

⁸ Disponível em: <http://www.senac.br/INFORMATIVO/BTS/262/boltec262b.htm>

CAPÍTULO II

METODOLOGIA DA PESQUISA

“Todo o homem recebe duas espécies de educação: a que lhe é dada pelos outros, e, muito mais importante, a que ele dá a si mesmo.”

Edward Gibbon

2 METODOLOGIA DA PESQUISA

2.1 Hipótese

Acreditamos que a escola pública não está preparando adequadamente os alunos para a ocupação das vagas que estão surgindo em escala cada vez maior no Complexo Industrial de Suape/PE, ocasionando assim, um déficit de mão-de-obra qualificada para esse mercado de trabalho.

2.2 Objetivos

2.2.1 Objetivo Geral

Analisar a concepção dos alunos e dos gestores do estado de Pernambuco acerca da Educação Profissionalizante na formação para o ingresso e permanência no mercado de trabalho.

2.2.2 Objetivos Específicos

- Identificar as causas que levam à falta de qualificação/capacitação dos jovens trabalhadores das camadas populares, egressos das escolas públicas;
- Verificar os motivos que levam esses mesmos jovens a buscarem formação para o trabalho nas Escolas Profissionalizantes;
- Analisar o papel das Escolas Profissionalizantes do Sistema S no processo de ingresso dos jovens no mercado de trabalho em Pernambuco.

2.3 Métodos da pesquisa

Em se tratando de ciência, quanto à investigação numa pesquisa são conhecidos dois métodos para que a mesma ocorra com eficácia, são: *Quantitativo e Qualitativo*. Que podem ser utilizados individualmente ou conjuntamente nas pesquisas dependendo de sua

abordagem. Quando utilizados ao mesmo tempo, proporcionam um vasto e abrangente material para o pesquisador. Warner (1990, p. 74) a esse respeito nos dá a seguinte informação:

O método não é só a via e o processo de construção do sujeito que conhece e do objeto do conhecimento. O método é a consciência dessa via e desse processo. Se as 'rupturas' teóricas e metodológicas estão ocorrendo sem método – ou seja, sem a consciência de ruptura – não é difícil entender porque o resultado é um produto sincrético, onde predomina o formalismo teórico impotente para articular a empiria dispersa.

De uma maneira geral, atribui-se ao *Método Quantitativo*, o caráter positivista e mecânico da análise numérica de dados acumulados ao longo da pesquisa, o que ocasionaria uma fria e distante análise do objeto estudado. Quanto ao *Método Qualitativo*, obteríamos uma análise muito mais voltada para o social, encontrando vários meios para a obtenção de resultados propostos no início da pesquisa. Nesse sentido, afirma ainda Warner (1990, p. 74):

... Mas entendo que, qualquer que seja o modelo a ser adotado pelos programas, a pesquisa deve estar na base de sustentação das tarefas que pretendam realizar e que seja definida com precisão em seus níveis, alcances e objetivos, todos eles passíveis de serem efetivamente atingidos.

Para um melhor esclarecimento quanto ao procedimento a ser adotado nessa pesquisa precisamos diferenciá-los e/ou detalhá-los. Entende-se por método quantitativo aquele voltado para a quantificação. Esse método é bastante utilizado devido à confiabilidade na qual lhe é dado devido ao elemento numérico de quantificação dos objetos estudados. Segundo Richardson (2008, p. 70) podemos assim defini-lo:

... O método quantitativo, como o próprio nome indica, caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples como percentual, média, desvio-padrão, às mais complexas, como coeficiente de correlação, de análise de regressão etc.

Dessa maneira, com a utilização desse método, tentaríamos em tese evitar distorções quanto à análise e interpretação dos dados estudados. Geralmente esse método é utilizado nos estudos descritivos. Que por sua vez, fazem uso na coleta de dados de questionários, testes

estandardizados, entrevistas e observações, instrumentos que também podem ser utilizados em outros estudos. Ainda nos reportando a Richardson, nesse sentido, o que varia é a forma como o pesquisador elabora e aplica esses instrumentos na coleta das informações.

Já o método qualitativo, é caracterizado como a compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos objetos estudados, já que as observações são feitas de forma não estruturadas, além desse aspecto diz-se da pesquisa qualitativa que ela é a construção da realidade, sendo percebida como um ato subjetivo de construção (Günther, 2006), baseada em textos que são analisados hermeneuticamente. Constituem técnicas utilizadas por essa abordagem, a observação participante, a pesquisa-ação, pesquisa de campo, análise documental, as histórias de vida, a etnografia, os estudos culturais, etc. Numa percepção abrangente do termo qualitativo em pesquisa pontua Chizzotti (2003, p. 221):

O termo qualitativo implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível e, após este tirocínio, o autor interpreta e traduz em um texto, zelosamente escrito, com perspicácia e competência científicas, os significados patentes ou ocultos do seu objeto de pesquisa.

Logo, no método qualitativo a diferença em relação ao Método Quantitativo é que, não se aplica nesse método o elemento estatístico, pois não se pretendem com a pesquisa numerar ou medir unidades, o que se busca é entender a natureza do problema, representando situações complexas ou particulares a serem estudadas e, que, se fossem quantificáveis se tornariam pobres em seu significado. São exemplos desse fato: estudos de fatos do passado ou referentes a grupos que se dispõe de poucas informações a seu respeito; estudo de aspectos psicológicos referentes à análise de atitudes, motivações, expectativas e valores; além de estudos de indicadores do funcionamento de estruturas sociais. Nesses casos, não quer dizer que esses aspectos não podem ser estudados quantitativamente, mas, que se o fossem se tornariam irrelevantes.

Acerca do método qualitativo e seus procedimentos, Richardson (2008, p. 82) nos faz a seguinte observação: “No que diz respeito a procedimentos metodológicos, as pesquisas qualitativas de campo exploram particularmente as técnicas de observação e entrevistas

devido a propriedade com que esses instrumentos penetram na complexidade de um problema”. As pesquisas documentárias exploram a análise de conteúdo e a análise histórica.

Na pesquisa qualitativa afirma Minayo (2010, p. 21) podemos encontrar um universo muito particular típico do universo humano e que não pode ser traduzido em números:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes.

Por fim, expostos, os dois métodos que podem ser adotados nas pesquisas acadêmicas, nos resta agora, explicitarmos o tipo de abordagem que foi utilizada nessa pesquisa. Devido a nossa escolha pelos instrumentos de pesquisa que abrangem a linha quantitativa (questionários) e a linha qualitativa (entrevistas), fez-se a opção pela junção dos dois métodos, o que se configura que com essa pesquisa se pretende fazer um estudo Qualiquanti, ou seja, baseado em princípios Qualitativos e Quantitativos.

2.4 Locus da pesquisa

Essa pesquisa foi realizada em duas escolas da rede estadual de ensino de Pernambuco localizadas no município de Ipojuca/PE a 57 Km do Recife, capital do Estado – destacado no mapa abaixo, concentradas em dois bairros diferentes. As escolas foram classificadas como Escola A e Escola B, para que com isso possamos manter sigilo quanto aos participantes da pesquisa de acordo com o que coloca a lei 196/96 do Conselho de Ética em Pesquisa envolvendo seres humanos. Justifica-se o Locus com a cidade escolhida por ser atualmente um local de grande demanda de mão-de-obra – por possuir o complexo industrial de Suape - suprido em sua maioria por essas instituições de ensino, além do sistema S.

Mapa 1 - Mapa do estado de Pernambuco com destaque para a cidade de Ipojuca e o Complexo Industrial de Suape- PE



Fonte: Auta Laurentino (2011)

Onde uma das escolas que participaram da pesquisa constitui-se em uma Escola de Referência em Ensino Médio de tempo integral, o que segundo o Governo do Estado é assim descrita:

A Educação Integral é um programa criado pelo Governo do Estado de Pernambuco, por meio da Secretaria de Educação, com objetivo de reestruturar o ensino médio pernambucano, oferecendo jornada ampliada de ensino aos jovens pernambucanos. O Programa de Educação Integral pauta-se pela visão da educação interdimensional como espaço privilegiado do exercício da cidadania e empenha-se no sentido de fazer do protagonismo juvenil um traço importante de sua estratégia educativa. Por três anos, nessa escola, o jovem que quiser chegar ao mundo privilegiado do conhecimento, da pesquisa e da especialização profissional não fica na fronteira tradicional do conhecimento, memorizando fórmulas estranhas. Sua formação nessa escola propõe-se a torná-lo autônomo, solidário e produtivo⁹.

2.4.1 Contextualizando o local e a População de estudo

Nossa pesquisa foi realizada em **Ipojuca**¹⁰ Município Brasileiro do Estado de Pernambuco, formado pelo distrito sede, e também, pelos distritos de Camela, Nossa Senhora do Ó e pelos povoados das praias de Porto de Galinhas, Muro Alto, Cupe, Maracaípe, Serrambi, Touquinho, Suape e seus engenhos.

⁹ Fonte: Site da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco: <http://www.educacao.pe.gov.br/?pag=1&men=70>.

¹⁰ Estas informações foram obtidas a partir do site oficial da Prefeitura do município em questão. <http://www.ipojuca.pe.gov.br/>

O distrito de Ipojuca foi criado pela lei municipal de nº 02, de 12 de novembro de 1895. Essa vila surgiu com sede na povoação de Nossa Senhora do Ó e, que depois foi transferida para a povoação de São Miguel de Ipojuca.

A partir do Decreto estadual de nº 23, de 4 de outubro de 1890, a sede foi restabelecida em Nossa Senhora do Ó. Cabe lembrar que, há inúmeras controvérsias sobre a data de fundação de Ipojuca, mas, segundo um vigário que atuava na freguesia seria no ano de 1596.

A origem do nome do Município vem do tupi guarani Iapajuque, que significa Água Escura.

A população de Ipojuca de acordo com o censo do IBGE em 2000 foi de 59.281 habitantes, distribuída em Três distritos: Ipojuca-sede (22.200 habitantes, que inclui Suape), Nossa Senhora do Ó (que inclui Porto de Galinhas e possui 21.391 habitantes) e Camela (15.690 habitantes que inclui Serrambi).

Em 1997 a contagem populacional do IBGE registrou 48.479 habitantes em Ipojuca. Essa contagem populacional realizada em 2007 a partir da mesma metodologia obteve 66.384 habitantes, o que faz com que detectemos que houve uma aceleração da taxa de crescimento da população atingindo 2,9% a/a, perceptível no gráfico de evolução da população de Ipojuca (que consta no site da prefeitura do município citado anteriormente).

Este crescimento populacional de quase 3% ao ano (detectada nos últimos 10 anos) é resultante do crescente interesse turístico que esse destino despertou no mundo e no Brasil e, também, do acentuado ritmo de crescimento do Complexo Industrial e Portuário de Suape, situado no limite norte do município, a cerca de 35 km do Recife.

Distribuição da população por sexo – IBGE 2000

Distritos	Total	Homens	(%)	Mulheres	(%)
Camela	15.690	7.799	49,7	7.891	50,3
Ipojuca	22.200	11.031	49,7	11.169	50,3
N Sa. do Ó	21.391	10.532	49,2	10.859	50,8
Total	59.281	29.362	49,5	29.919	50,5

Fonte: <http://www.ipojuca.pe.gov.br/>

2.5 Sujeitos da pesquisa

Para a realização dessa pesquisa participaram cento e trinta (130) alunos que estavam cursando o 3º Ano do Ensino Médio em 2011 nas escolas públicas da Rede Estadual de Ensino de Pernambuco no Município de Ipojuca – nas escolas denominadas A e B -, com idades entre dezesseis (16) e vinte e cinco (25) anos, além de sete (07) profissionais e autoridades – Secretários de Governo e da Educação, diretores-gerentes de instituições, etc. -, oriundas da Escola Regular Básica e também aqueles ligados às Escolas Profissionalizantes.

Quanto aos alunos, são aqueles que fazem parte das camadas populares (classes C e D), pertencentes a bairros de periferia e/ou favelas, que geralmente veem nos estudos uma possibilidade de ingresso no mercado de trabalho e, assim, ajudar na renda familiar.

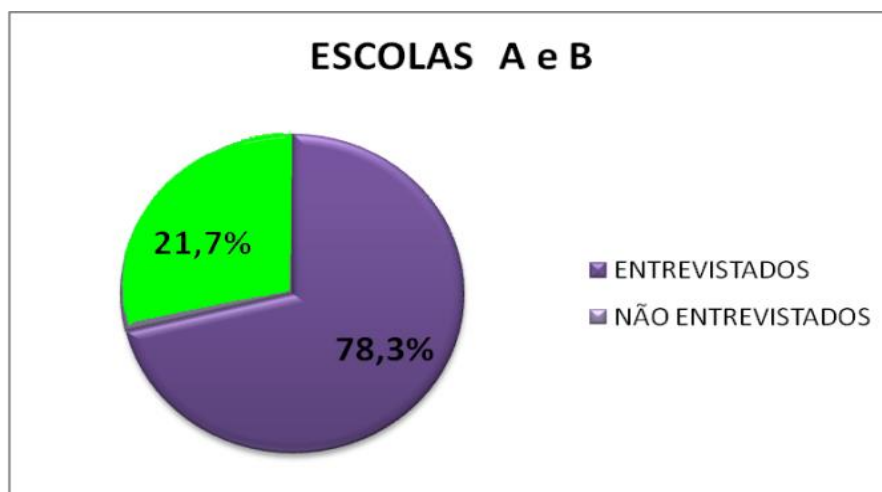
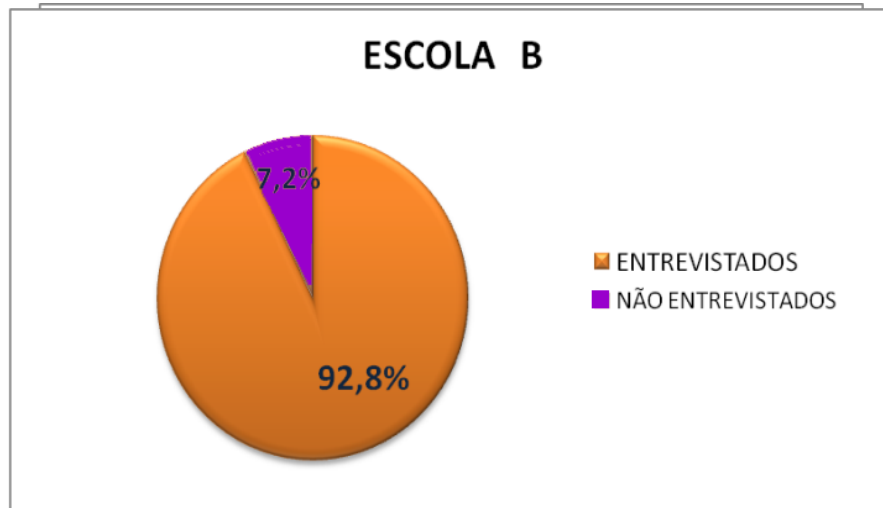
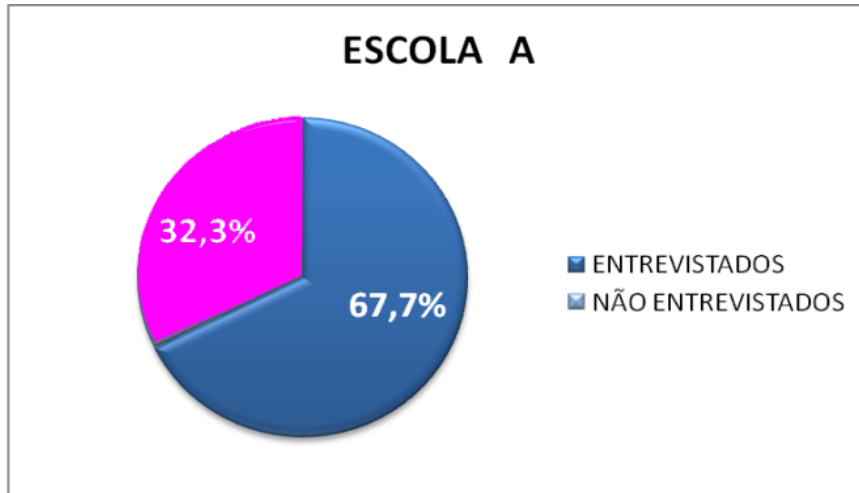
2.5.1 Caracterizando a amostra utilizada na Pesquisa

Nesse estudo, fizeram parte da amostra 130 alunos do 3º Ano do Ensino Médio das duas escolas públicas da rede estadual de ensino de Pernambuco escolhidas.

Ao definirmos o local de estudo nos restou apenas conhecermos por meio do censo a quantidade de pessoas que lá habitavam e definirmos qual a amostra adequada para o estudo. Segundo Cavalcante (s.d., p. 3) “a amostragem é o processo de determinação de uma amostra a ser pesquisada”. Enquanto que demonstra uma parte de elementos selecionada de uma população estatística. Afirma ainda que, existem duas grandes divisões no processo de amostragem: a probabilística e a não-probabilística (p. 7):

- Probabilística – é também chamada de amostragem aleatória ou ao acaso, pois nesse tipo de amostragem se aplica o tratamento estatístico que permite compensar erros amostrais;
- Não-probabilística – neste tipo de amostragem o pesquisador se interessa apenas pela opinião de determinados elementos da população estatística. O tipo mais comum desse tipo de amostragem é a intencional. Cabe ressaltar que como não há uma seleção aleatória, não é apropriado generalizar seus resultados.

Na Escola A tínhamos como universo a ser pesquisados Alunos do 3° A – 27, do 3° B – 33 e do 3° C - 36. Enquanto que na Escola B tínhamos no 3° A – 33 e no 3° B – 37. A partir daí, obtivemos os seguintes resultados conforme gráficos abaixo, quanto aos estudantes pesquisados:



Cabe ressaltar que em toda pesquisa pode ocorrer erros de amostragem, o que segundo Richardson (2008, p. 166): “são aqueles que se produzem pelo fato de se trabalhar com parte dos elementos que compõem a população e não com a totalidade deles”.

Logo nesse sentido, obtivemos a partir dos questionários aplicados os seguintes resultados quanto ao Erro amostral – Margem:

- 2% - 123,6 alunos devem ser entrevistados
- 1% - 128 alunos devem ser entrevistados

A participação na pesquisa foi facultativa, porém, contou com a participação da quase totalidade dos alunos do 3º ano das duas instituições de ensino pesquisadas. Dos 130 (cento e trinta) questionários aplicados, só não participaram da pesquisa os alunos que não se encontravam na faixa etária delimitada para o estudo. Por estes fatores, a amostra utilizada foi a não-probabilística por conveniência, após sensibilização prévia.

Esta pesquisa se caracteriza por possuir uma amostra não probabilística. A amostra se constitui por 78,3% do universo, o que pode ser considerado significativo. As técnicas de amostragem não-probabilística segundo Richardson (2008, p. 160-161) podem ser divididas em dois tipos: acidentais – “quando se utiliza de um subconjunto da população formada pelos elementos que se pôde obter, porém sem nenhuma segurança de que constituam uma amostra exaustiva de todos os possíveis subconjuntos do universo” - ou intencionais – “quando se utiliza de elementos que formam a amostra relacionada intencionalmente com certas características estabelecidas no plano e nas hipóteses formuladas pelo pesquisador”. Logo, nossa pesquisa possui a característica em sua amostra não-probabilística e intencional.

2.6 Instrumentos de coleta da investigação

2.6.1 Pesquisa documental

Gil (2010, p. 30) nos coloca que “a pesquisa documental é utilizada em praticamente todas as ciências sociais e, por sua vez, se constitui em um dos delineamentos mais importantes no campo da história e da economia”. Para ele, a pesquisa documental “vale-se de toda a sorte de documentos elaborados com finalidades diversas, tais como assentamento, autorização, comunicação etc.”. A pesquisa documental para Pádua (2011, p. 68) “é aquela

realizada a partir de documentos contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos (não fraudados)”.

Acerca da pesquisa documental Severino (2007), completa, este tipo de pesquisa tem como fonte documentos no sentido amplo, se utilizando não apenas de documentos impressos, mas sobretudo, de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais.

No caso da pesquisa documental, nossa pesquisa se utilizou da Legislação educacional – LDB, PCNs, etc. – para legitimar e analisar as práticas adotadas nas instituições pesquisadas.

2.6.2 Pesquisa de Campo

Para Carnevalli e Miguel (s.d.)¹¹ “a pesquisa de campo se constitui por uma fase que é realizada após o estudo bibliográfico, nela o pesquisador deve ter um bom conhecimento sobre o assunto, pois nesta etapa ele vai definir os objetivos da pesquisa, as hipóteses, além de definir ainda, qual é o meio de coleta de dados, tamanho da amostra e como os dados serão tabulados e analisados”.

Acerca do trabalho de campo completa Minayo (2010), ele consiste em levar para a prática empírica a construção teórica elaborada após a pesquisa documental e bibliográfica. Nessa fase, ocorre a combinação de instrumentos de observação, entrevistas ou outras modalidades de comunicação e interlocução com os pesquisados, podendo fazer a confirmação ou refutação de hipóteses, além de promover a construção de teoria.

Minayo (2010, p. 76), sobre o trabalho de campo faz uma consistente defesa desse procedimento destacando sua importância para a pesquisa:

O trabalho de campo é, portanto, uma porta de entrada para o novo, sem, contudo, apresentar-nos essa novidade claramente. *São as perguntas que fazemos para a realidade*¹², a partir da teoria que apresentamos e dos conceitos transformados em tópicos de pesquisa que nos fornecerão a grade ou a perspectiva de observação e de compreensão. Por tudo isso, o trabalho de campo, além de ser uma etapa importantíssima da pesquisa, é o contraponto dialético da teoria social.

¹¹ Acerca dessa temática ver artigo dos autores no seguinte site: http://www.etecagricoladeiguape.com.br/projetousp/Biblioteca/ENEGEP2001_TR21_0672.pdf

¹² Grifos da autora.

2.6.3 Entrevista semi estruturada

A entrevista coloca Minayo (2010, p. 64), pode ser “tomada como o sentido amplo de comunicação verbal, e no sentido restrito de coleta de informações sobre determinado tema científico, é a estratégia mais usada no processo de trabalho de campo”. Afirmar ainda que a entrevista seja acima de tudo uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador. Quanto ao seu objetivo ela pode construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa, e abordagem pelo entrevistador, a partir de temas igualmente pertinentes com vistas a este objetivo.

Segundo Severino (2007, p. 124), “entrevista é a técnica de coleta de informações sobre um determinado assunto, diretamente solicitadas aos sujeitos pesquisados. Para ele, trata-se, portanto, de uma interação entre pesquisador e pesquisado”. Essa técnica, afirma ainda, é “muito utilizada nas pesquisas da área das ciências humanas”, pois “o pesquisador visa apreender o que os sujeitos pensam, sabem, representam, fazem e argumentam”.

Para Gil (2010), a entrevista dentre todas as técnicas de interrogação é a que apresenta maior flexibilidade, pois pode assumir as mais variadas formas, como: informal, focalizada, parcialmente estruturada e estruturada.

Entre os vários tipos de entrevista, a opção escolhida para essa pesquisa foi à entrevista semiestruturada.

O que segundo Pádua (2011, p. 70) “podem ser definidas como um conjunto de questões sobre o tema que está sendo estudado, que permite, e às vezes até incentiva, para que o entrevistado fale livremente sobre assuntos que vão surgindo como desdobramentos do tema principal”. Completa Minayo (2010), a entrevista semiestruturada combina perguntas fechadas e abertas, onde o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagações formuladas.

Fizemos a opção por esse tipo de entrevista por ser no caso dessa pesquisa a mais adequada, já que trabalhamos com autoridades ligadas a área de educação tanto a nível estadual, quanto a nível local, o que propiciou por essa técnica uma maior apreensão do tema abordado nas entrevistas realizadas.

2.6.4 Questionário

Quanto aos questionários afirma Pádua (2011, p. 72-73) “que são instrumentos de coleta de dados que são preenchidos pelos informantes, sem a presença do pesquisador”. Afirma ainda que “por se constituírem de perguntas fechadas, padronizadas, são instrumentos adequados à quantificação, porque são mais fáceis de codificar e tabular, propiciando comparações com outros dados relacionados ao tema pesquisado”. Gil (2010, p. 103) por sua vez, afirma que “a elaboração do questionário consiste basicamente em traduzir os objetivos específicos da pesquisa em itens bem redigidos”.

Acerca dessa técnica classifica Severino (2007, p. 125), “o questionário é um conjunto de questões que sistematicamente articuladas se destinam a levantar informações escritas por parte dos sujeitos pesquisados, com vistas a conhecer a opinião dos mesmos sobre os assuntos em estudo”. Para ele, completa, “as questões devem ser pertinentes ao objeto e claramente formuladas, de modo a serem bem compreendidas pelos sujeitos”.

Laville e Dionne (1999), sobre a técnica do questionário conclui que, a uniformização assegura que cada um dos pesquisados veja as questões formuladas da mesma maneira, na mesma ordem e acompanhadas da mesma opção de respostas, o que facilita a compilação e a comparação das respostas escolhidas e permite recorrer ao aparelho estatístico quando chega o momento da análise.

Nessa fase da pesquisa buscamos através dos jovens do 3º ano do Ensino Médio – último ano no Brasil do Ensino Básico -, perceber com a aplicação dos questionários padronizados se há interesse dos mesmos no ingresso a essas vagas de emprego na região de Suape.

2.7 Procedimentos da pesquisa

Acerca dos procedimentos da pesquisa, inicialmente, entrou-se em contato com a direção das escolas cogitadas para a pesquisa, pois na região de Ipojuca, só existem 04 instituições públicas da rede estadual de ensino – onde dessas quatro, apenas duas oferecem ensino médio – e foi nas mesmas que a pesquisa foi realizada. Em seguida, com a autorização por telefone dos representantes legais dessas instituições, ocorreu a realização do presente estudo, nos dias e horários marcados previamente e com a apresentação de uma carta de

Anuência (onde havia uma apresentação formal) fornecida pela Fatin – Faculdade de Teologia Integrada - com os objetivos da pesquisa e o nome da pesquisadora, foi realizada a aplicação dos questionários aos alunos do 3º Ano do Ensino Médio.

Os questionários foram entregues aos alunos de cada Instituição em sala de aula, e coletados no mesmo dia – na escola A, a pesquisa foi realizado no final de Novembro em duas visitas uma pela manhã e a outra no horário da tarde, na escola B os questionários foram aplicados no início de Dezembro, em um único dia nos turnos da tarde e noite. A pesquisadora explicou os objetivos do estudo e deu as instruções para o preenchimento para que não houvesse dúvidas. Os alunos foram instruídos a marcar um “x” para cada resposta. O tempo médio de preenchimento do questionário foi de 15 minutos.

Quanto às entrevistas foram realizadas com marcação prévia via telefone ou e-mail, entre os meses de Janeiro e Abril/2012, comparecendo no dia e horário agendados, apresentando uma carta de livre consentimento aos possíveis entrevistados, onde havia esclarecimentos acerca da pesquisa, e o pedido de autorização para que os mesmos permitissem a gravação de áudio das referidas entrevistas. Todas as informações obtidas através das entrevistas organizadas a partir do guião (anexo) seguindo a ordem estabelecida pelas questões, além de outras perguntas pertinentes que surgiram dentro da temática estudada podendo enriquecer a pesquisa. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas de forma fidedigna para análise. As entrevistas tiveram uma duração média entre 15 e 20 minutos (encontram-se na íntegra nos apêndices dessa investigação).

2.8 Instrumentos de análise dos dados

2.8.1 Instrumento de análise quantitativa

2.8.1.1 SPSS

Na análise dos dados quantitativos foi utilizado o pacote estatístico SPSS (Statistical Package for the Social Sciences) um poderoso sistema de análises estatísticas e manuseamento de dados, em um ambiente gráfico, cuja utilização mais frequente é para efetuar a maioria das análises, onde se resume à seleção das respectivas opções em menus e caixas de diálogo. Cabe ressaltar que o sistema dispõe de um editor de comandos, que o utilizador mais avançado poderá recorrer, no sentido de realizar determinados tipos de análises mais complexas e elaboradas.

Para esta pesquisa utilizando o programa SPSS foram feitas as frequências de todas as variáveis que são as perguntas dos questionários. Em seguida foi feita a edição dos quadros de frequências e a elaboração dos gráficos de barra no Excel 2007.

Nessa fase, os dados adquiridos através dos questionários ganharam uma forma mais prática para a realização das análises.

2.8.2 Instrumento de análise qualitativa

2.8.2.1 Análise do discurso

Relacionado aos instrumentos de análise, se fez uso de Análise do Discurso (AD) na pesquisa qualitativa, ou seja, nos dados coletados a partir das entrevistas realizadas.

Antes de falarmos em Análise do Discurso objeto bastante utilizado nessa pesquisa, cabe definirmos o que é o discurso, para tanto tomamos a definição dada por Orlandi (2010, p. 21), que diz: “o discurso é efeito de sentido entre locutores”.

Quanto a Análise do Discurso (AD), fez-se necessário observar a partir dos dados que foram coletado, qual o discurso que foi utilizado pelos entrevistados, conforme nos coloca Orlandi (2010, p. 15):

A Análise do Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a idéia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando.

Acerca da Análise do Discurso e sua função de transformar o homem e a realidade em que vive afirma ainda Orlandi (idem, p. 15):

... A Análise do Discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive. O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana.

Nesse sentido, continua Orlandi (ibidem, p. 17) afirmando que “o discurso é o lugar onde se pode observar a relação língua e ideologia, além da compreensão de que a língua

produz sentidos por/para os sujeitos”. Para a autora, “a Análise de Discurso considera que a linguagem não é transparente. Desse modo ela não procura atravessar o texto para encontrar um sentido do outro lado. A questão que ela coloca é: como este texto significa?”.

Caregnato & Mutti (2006, p. 681) acerca da AD levanta alguns elementos que são primordiais para seus estudos, como o interdiscurso e o intradiscurso:

... na AD a linguagem vai além do texto, trazendo sentidos pré-construídos que são ecos da memória do dizer. Entende-se como memória do dizer o interdiscurso, ou seja, a memória coletiva construída socialmente; o sujeito tem a ilusão de ser o dono do seu discurso e de ter controle sobre ele, porém não percebe estar dentro de um contínuo, porque todo o discurso já foi dito antes... O interdiscurso significa os saberes construídos na memória, do dizer; sentidos do que é dizível e circula na sociedade; saberes que existem antes do sujeito; saberes pré-construídos constituídos pela construção coletiva. O intradiscurso é materialidade (fala), ou seja, a formulação do texto; o fio do discurso; a linearização do discurso.

Acerca do Interdiscurso completa Orlandi (2010, p. 33), é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos, ou seja, para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido. Já o Intradiscurso, seria o eixo da formulação, isto é aquilo que estamos dizendo naquele momento dado, em condições dadas.

Tavares (2009, p. 19) sobre a importância da análise do discurso afirma que é preciso estar bem atento àquilo que os discursos apresentam para que possamos entender de fato o seu real significado:

Os discursos não têm um principio nem um fim nem fronteiras fortemente demarcadas, assim como não são apenas um conjunto de enunciados visíveis, mas são um entrecruzamento de dizeres e também de não ditos. Como se percebe, o discurso não é um espaço estável, é, sim, um lugar de produção de sentido.

Segundo Orlandi (1994, p. 54), é no discurso que se pode aprender a relação entre linguagem e ideologia, tendo a noção de sujeito como mediadora, pois, não há discurso sem sujeito e, nem sujeito sem ideologia.

Uma técnica bastante utilizada para se fazer uma análise em AD pontuada por Orlandi (2010, p. 31) é o interdiscurso, recurso que visa ir além daquilo que é mostrado:

... Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos de memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada.

Pretendeu-se ainda, trabalhar a partir dos sentidos construídos nas discussões, o que nas palavras de Orlandi (idem, p. 32) podem assim ser esclarecidos:

... o dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas “nossas” palavras. O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele. Por isso é inútil, do ponto de vista discursivo, perguntar para o sujeito o que ele quis dizer quando disse “x” (ilusão da entrevista in loco). O que ele sabe não é suficiente para compreendermos que efeitos de sentidos estão ali presentificados.

A Paráfrase e a Polissemia são relevantes na AD. Nesse sentido, Orlandi (ibidem, p. 36) nos fornece alguns esclarecimentos acerca desses procedimentos:

... Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. A paráfrase está do lado da estabilização. Ao passo que, na polissemia, o que temos é deslocamento, ruptura de processos de significação. Ela joga com o equívoco.

Quanto a Paráfrase e a Polissemia, a autora conclui que essas duas forças trabalham continuamente o dizer, de tal modo que todo o discurso se faz nessa tensão entre o mesmo e o diferente. Nesse sentido, a paráfrase e a polissemia produzem um jogo entre o mesmo e o diferente, entre os elementos já-ditos e o a se dizer que os sujeitos e os sentidos se movimentam, fazem seus percursos, (se) significam. Adiante, Orlandi (idem, p. 38) assim os classifica:

... a paráfrase é a matriz do sentido, pois não há sentido sem repetição, sem sustentação no saber discursivo, e a polissemia é a fonte da linguagem uma vez que ela é a própria condição de existência dos discursos pois se os sentidos – e os sujeitos – não fossem múltiplos, não pudessem ser outros, não haveria necessidade de dizer. A polissemia é justamente a simultaneidade de movimentos distintos de sentido no mesmo objeto simbólico.

A análise das entrevistas realizadas para essa investigação será feita através das Formações Discursivas (FD), o que segundo Orlandi (ibidem, p. 42-43) ao utilizar esse recurso “o sentido atribuído não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas”. Logo, essa estudiosa define a formação discursiva como “aquilo que numa formação ideológica dada determina o que pode e deve ser dito”.

Percebemos, então, a importância da AD para a concretude deste trabalho, pois ela nos abre um “leque” de oportunidades para a observação do material que deve ser coletado, sua análise e também as conclusões que podem e devem ser tirados quando do seu término (Macedo, 2008):

Na AD é importante observar que algumas situações pressupõem compartilhar a discursividade como ordem própria, diversa da materialidade da língua, mas, ao mesmo tempo, por ela realizada, ou seja, um desequilíbrio perpétuo; assim, não existe harmonia preestabelecida entre os objetos que podem ser investigados pela AD, mas hipóteses passíveis de análise, que repousam temporalmente sobre o conhecimento do corpus textual e o conhecimento das possibilidades oferecidas ao analista do discurso pelo estudo de fatos da linguagem (p. 655).

Porém, não devemos esquecer conforme nos alerta Caregnato & Mutti (2006, p. 682) que “o analista é um intérprete, pois faz uma leitura também discursiva influenciada pelo seu afeto, sua posição, suas crenças, suas experiências vivenciadas; nesse sentido, a interpretação nunca será absoluta e única, portanto esta também produzirá seu sentido”. E segundo afirma Orlandi (2010, p. 39), “todo discurso é visto como um estado de um processo discursivo mais amplo, contínuo. Onde, não há desse modo, começo absoluto nem ponto final para o discurso, pois um dizer tem relação com outros dizeres realizados, imaginados ou possíveis”.

Por isso, em nossa pesquisa procuramos nos utilizar do dito e do não dito para entendermos qual a visão dada pelos entrevistados à temática pesquisada.

CAPÍTULO III

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

“A educação é um processo social, é desenvolvimento. Não é a preparação para a vida, é a própria vida.”

John Dewey

3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

3.1 Análise quantitativa

3.1.1 Identificação pessoal dos estudantes

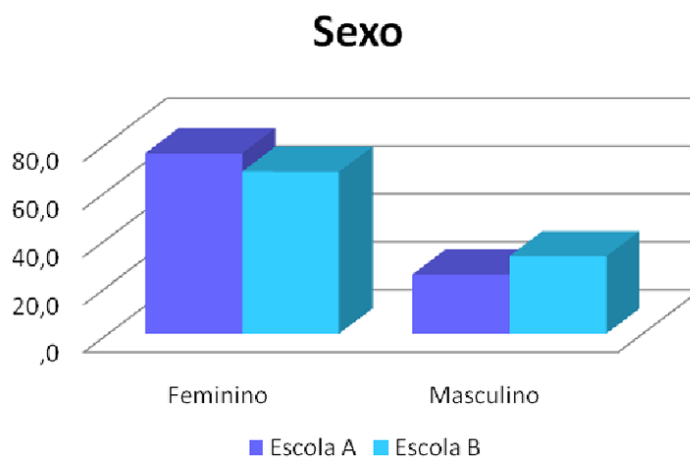
Na amostra a qual foi realizada a pesquisa, houve predominância de estudantes do gênero feminino, representando na escola A 75,4% (n = 49) e na escola B 67,7% (n = 44) dos respondentes; contra 24,6% (n = 16) na escola A e 32,3% (n = 21) na escola B dos estudantes da amostra eram do gênero masculino, conforme Quadro 1 e Gráfico 1.

Quadro 1. Distribuição dos estudantes por gênero.

Gênero

Resposta	Escola A		Escola B	
	N	%	N	%
Feminino	49	75,4	44	67,7
Masculino	16	24,6	21	32,3
Total	65	100,0	65	100,0

Fonte: Questionário aplicado (Nov/2011).



Fonte: questionários aplicados em escolas do município de Ipojuca, Pernambuco

Gráfico 1. Distribuição gráfica dos estudantes por gênero.

Fonte: Questionário aplicado (Nov/2011).

Idade

Observou-se predominância de estudantes nas duas instituições pesquisadas, com idade mínima de 16 anos e máxima de 22 anos, conforme observado no Quadro 2 e Gráfico 2.

Quadro 2. Distribuição dos estudantes por faixa Etária e idade.

Resposta	Escola A		Escola B	
	N	%	N	%
16 anos	4	6,2	3	4,6
17 anos	25	38,5	23	35,4
18 anos	24	36,9	20	30,8
19 anos	10	15,4	10	15,4
20 anos	2	3,1	7	10,8
22 anos	,0	,0	1	1,5
Não informado	,0	,0	1	1,5
Total	65	100,0	65	100,0

Fonte: Questionário aplicado (Nov/2011).

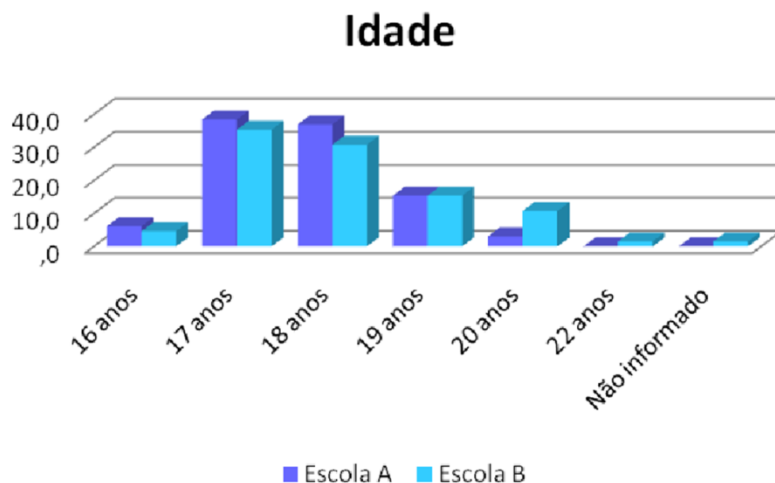


Gráfico 2. Distribuição gráfica dos estudantes por idade.

Fonte: Questionário aplicado (Nov/2011).

O resultado encontrado nos remete ao levantamento da questão principal da pesquisa: os jovens que estão cursando o 3º ano do ensino médio se preocupam de fato com a qualificação e o ingresso no mercado de trabalho? Será que para esses mesmos jovens a escola cumpre realmente o papel de prepará-los para o exercício da cidadania e o ingresso no

mercado de trabalho como nos coloca a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (lei nº 9.394/96)?

A partir deste questionamento analisaremos o paralelo formação/qualificação dos jovens e o mercado de trabalho em Ipojuca – Complexo Industrial de Suape – e o interesse desses jovens em serem inseridos nesse mercado.

Analisaremos ainda, o fato dos jovens serem o principal foco de nossa pesquisa, constituindo uma amostra bastante significativa por ter sido feita em 50% das escolas de ensino médio público da região e na quase totalidade com os alunos das duas escolas pesquisadas.

3.1.2 A educação básica, o ensino público e a qualificação profissional dos estudantes

A escola e a preparação para o trabalho

Foi registrado na escola A que a grande maioria dos estudantes acredita que a escola não os prepara para o mercado de trabalho, respondendo assim mais ou menos 61,5% (n = 40) e não 18,5% (n = 12), enquanto que o sim representou apenas 20% (n = 13); já na escola B temos os seguintes resultados, aqueles estudantes que responderam mais ou menos são de 49,2% (n = 32), os que responderam sim são de 36,9% e os que responderam não representam 12,3% (n = 24) e ainda, temos 1,5% (n = 1) que não informou sua opinião, como pode ser observado no Quadro 3.

Quadro 3. Distribuição das respostas dos estudantes acerca da escola e da preparação para o trabalho.

Resposta	Escola A		Escola B	
	N	%	N	%
Mais ou menos	40	61,5	32	49,2
Não	12	18,5	8	12,3
Sim	13	20,0	24	36,9
Não informado	0	,0	1	1,5
Total	65	100,0	65	100,0

Fonte: Questionário aplicado (Nov/2011).

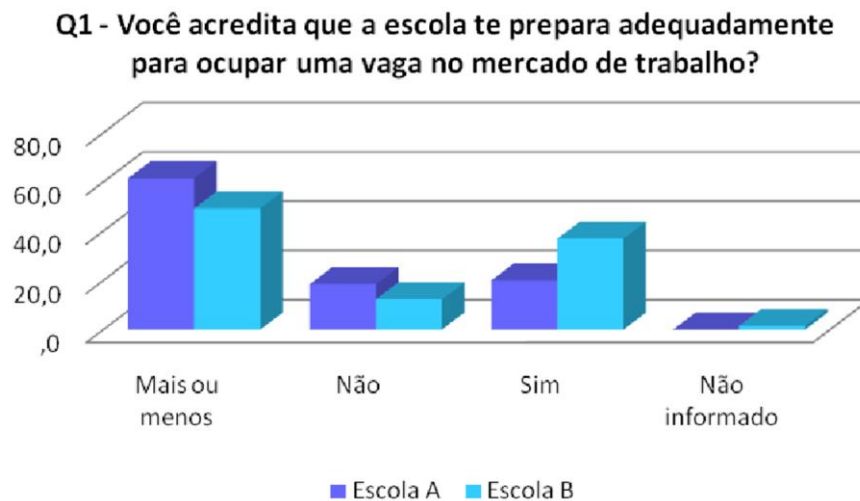


Gráfico 3. Distribuição gráfica das respostas dadas pelos estudantes acerca da preparação dada pela escola quanto ao ingresso no mercado de trabalho.

Segundo Kuenzer (2000) a escola como se apresenta hoje a esses jovens pesquisados não lhes dá o suporte necessário para que sintam seguros quanto a sua formação e o consequente ingresso no mercado de trabalho como nos foi confirmado através dos dados obtidos com a pesquisa:

... Para atender às necessidades dessa clientela, alguma forma de preparação para a realização de alguma atividade produtiva deverá ser oferecida. Não fazê-lo significará estimular os jovens que precisem trabalhar ao abandono do ensino médio, ou mesmo à sua substituição por cursos profissionais, abrindo mão do direito à escolaridade e à continuidade dos estudos (p.28).

Nessa afirmação, podemos concluir que enquanto a escola permanecer com a mesma visão de outrora, conteudista e metódica, esta não vai alcançar a realidade dos jovens e muito menos os novos objetivos requeridos pelo mercado de trabalho, que busca cada vez mais um homem onilateral munido de competências amplas para a realização de tarefas diversificadas.

A escola e o papel ocupado na sociedade

Para Libâneo (2006, p. 96-97), “as escolas têm uma tarefa muito clara que é a transmissão e a construção da cultura, da ciência, da arte, preparar os alunos para o trabalho, para a cidadania, para a vida cultural, para a vida moral etc.”. Afirma ainda que “a educação

escolar consiste em promover mudanças qualitativas no desenvolvimento e na aprendizagem”, pois a aprendizagem escolar tem suas especificidades e requer determinadas condições e exigências tanto dos alunos quanto dos professores e da própria escola, sob o risco de se comprometer o que de fato a escola se propõe.

Logo, quanto ao papel desempenhado pela escola atualmente foram obtidos dos estudantes os seguintes resultados, na escola A 35, 4% afirmaram que a escola não possui o papel de preparar para o mercado de trabalho, 41,5% colocaram que falta um maior investimento em educação para o país por isso, ela não prepara adequadamente para o trabalho e 23,1% denunciaram que faltam profissionais qualificados por isso a escola não os prepara adequadamente para o mercado de trabalho; já na escola B obtivemos os seguintes resultados, 30,8% afirmaram que a escola não possui o papel de prepará-los pra o mercado de trabalho, 38,5% colocaram que falta um maior investimento em educação no Brasil e 30,8% informaram que não ocorre uma preparação adequada pela escola porque faltam profissionais qualificados para oferecer esse serviço, conforme justificado através do Quadro 4.

Quadro 4. Distribuição das respostas dos estudantes acerca da escola e do papel ocupado na sociedade em relação a preparação para o trabalho.

Resposta	Escola A		Escola B	
	N	%	N	%
Esse não é o papel da escola, por isso, precisamos de escolas especializadas para tal fim.	23	35,4	20	30,8
Por que falta um maior investimento para a educação.	27	41,5	25	38,5
Por que faltam profissionais qualificados para oferecer esse serviço.	15	23,1	20	30,8
Total	65	100,0	65	100,0

Fonte: Questionário aplicado (Nov/2011).

Q2. Por que você tem essa opinião?

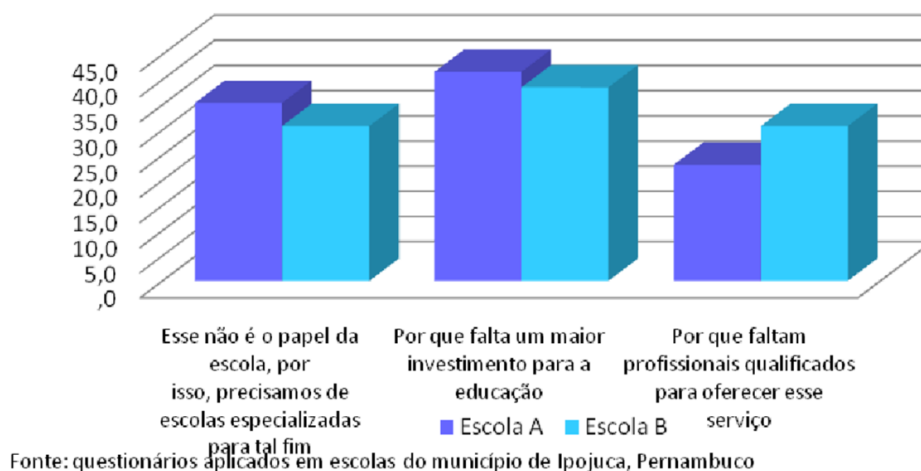


Gráfico 4. Distribuição gráfica dos estudantes acerca da opinião dada quanto a falta de qualificação oferecida pelas escolas da rede pública.

Podemos concluir sobre a escola e a preparação para o trabalho que bem como afirma Kuenzer (2000, p. 37) embora “a educação para a cidadania e para o trabalho se confundam, ela é para poucos; cada vez para menos”. Embora atualmente possamos contar com programas de governo como o Pronatec que buscam ampliar esses números. Quanto à escola pública, critica ainda Kuenzer (2000, p. 29):

A escola pública de Ensino Médio só será efetivamente democrática quando seu projeto pedagógico, sem pretender ingenuamente ser compensatório, propiciar as necessárias mediações para que os filhos de trabalhadores e excluídos estejam em condições de identificar, compreender e buscar suprir, ao longo de sua vida, suas necessidades em relação à produção científica, tecnológica e cultural.

Segundo Ferreira e Garcia (2010, p. 168), novas propostas de educação precisam e devem ser criadas e analisadas, porém, o sujeito precisa estar no centro do trabalho educativo e pedagógico e não mais o mercado de trabalho:

A proposta de um currículo integrado em 4 anos de escolarização tenta assegurar o domínio dos conhecimentos que perfazem o itinerário cognitivo e formativo de um aluno-cidadão-trabalhador. Mas a superação de visão produtivista e mecanicista da educação e da escola somente poderá ser alcançada colocando o sujeito no centro da organização do trabalho educativo e pedagógico, e não mais o mercado de trabalho.

Os Estudantes e a busca por cursos profissionalizantes

Para Ferretti (2003, p. 419) “as atuais políticas tendem no presente momento a valorizar sobremaneira a formação continuada se valendo cada vez mais do modelo de competências”. Nesse sentido Ferretti e Silva Jr. (2000, p. 53) afirmam ainda que “atualmente nas empresas para possuir uma carreira individual, o sujeito tem que se tornar gerente de sua carteira de competências e, que esta por sua vez precisa ser continuamente renovada”.

Nesse sentido, acerca da busca pela qualificação profissional, vimos que a maioria dos estudantes não acredita que a escola os prepara para o mercado de trabalho, na escola A 93,8% desses estudantes informaram que gostariam de fazer um curso profissionalizante, enquanto que 6,2% afirmaram que talvez fizessem um curso profissionalizante; já na escola B, temos 90,8% dos estudantes afirmando que gostariam de fazer um curso profissionalizante, 4,6% disseram que tal vez fará um curso profissionalizante enquanto que, 4,6% informaram que não gostariam de fazer um curso profissionalizante, conforme disposto no Quadro 5 e no Gráfico 4.

Quadro 5. Distribuição das respostas dos estudantes acerca da busca por cursos profissionalizantes.

Resposta	Escola A		Escola B	
	N	%	N	%
Não	0	,0	3	4,6
Sim	61	93,8	59	90,8
Talvez	4	6,2	3	4,6
Total	65	100,0	65	100,0

Fonte: Questionário aplicado (Nov/2011).



Fonte: questionários aplicados em escolas do município de Ipojuca, Pernambuco

Gráfico 5. Distribuição das respostas dos estudantes acerca da busca por cursos profissionalizantes.

Fonte: Questionário aplicado (Nov/2011).

Para Ferretti e Silva Jr. (2000, p. 57), as novas políticas educacionais nos remetem a busca individual pela qualificação e conseqüentemente pela aquisição das competências desejadas para o ingresso e permanência no mercado de trabalho:

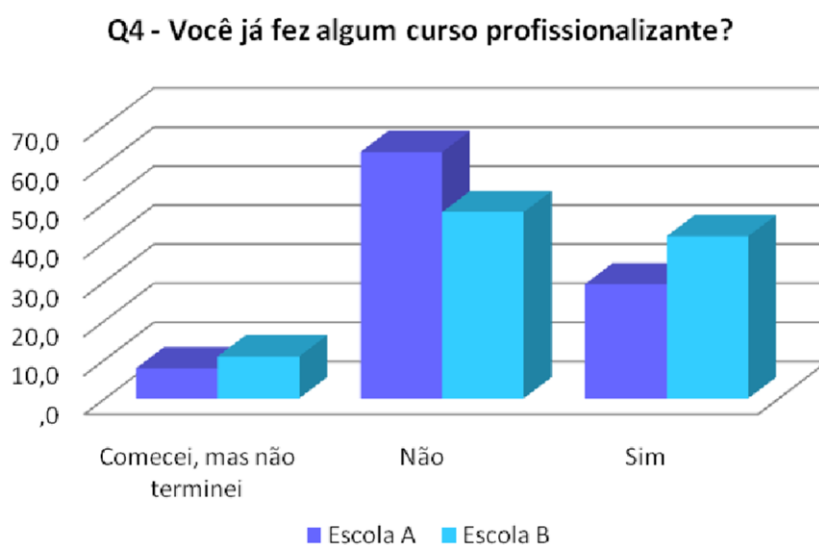
... as novas políticas educacionais derivam de um novo *contrato social*, pautado no individualismo, no empreendedorismo e na busca da inclusão social por meio de ações privadas pontuais, de orientação assistencialista. Busca-se, por vários meios, transformar a educação em um bem privado, em uma mercadoria, que por alguma via se adquire e se torna propriedade privada do possuidor, acentuando ainda mais o individualismo. Nesse contexto, o modelo de competência parece encaixar-se de forma adequada, pois, como, já dito, busca transferir os direitos sociais do trabalho, de responsabilidade do Estado, para o trabalhador.

Quando perguntados se já fizeram um curso profissionalizante, obtivemos como resposta dos estudantes da escola A que 29,2% já fizeram um curso profissionalizante, 63,1% ainda não fez um curso profissionalizante, enquanto que 7,7% começaram, mas não concluíram o curso. Já na escola B obtivemos os seguintes resultados, 41,5% dos estudantes já fizeram um curso profissionalizante, 47,7% ainda não fizeram um curso enquanto que 10,8% começaram, mas não concluíram os cursos nos quais se submeteram. Conforme demonstrado no Quadro 6 e Gráfico 5.

Quadro 6. Distribuição das respostas dos estudantes acerca dos cursos profissionalizantes.

Resposta	Escola A		Escola B	
	N	%	N	%
Comecei, mas não terminei	5	7,7	7	10,8
Não	41	63,1	31	47,7
Sim	19	29,2	27	41,5
Total	65	100,0	65	100,0

Fonte: Questionário aplicado (Nov/2011).



Fonte: questionários aplicados em escolas do município de Ipojuca, Pernambuco

Gráfico 6. Distribuição das respostas dos estudantes acerca dos cursos profissionalizantes.

Fonte: Questionário aplicado (Nov/2011).

Os Estudantes e o mercado de trabalho em Suape/PE

Corrêa (2010, p. 130), reforça cada vez mais a necessidade de escolarização/qualificação para o ingresso no mercado de trabalho:

... há uma clara percepção de que alterações nas condições materiais de produção se fazem presente na definição da própria produção da existência humana, da qualificação/desqualificação dos trabalhadores, das possibilidades e necessidades de escolarização, moldando valores, condutas e identidades.

E o Complexo Industrial de Suape/PE por estar em pleno desenvolvimento, requer de fato na prática determinadas exigências. Lima, Sicsú e Padilha (2007, p. 534), sobre o mercado de Suape nos fazem as seguintes colocações:

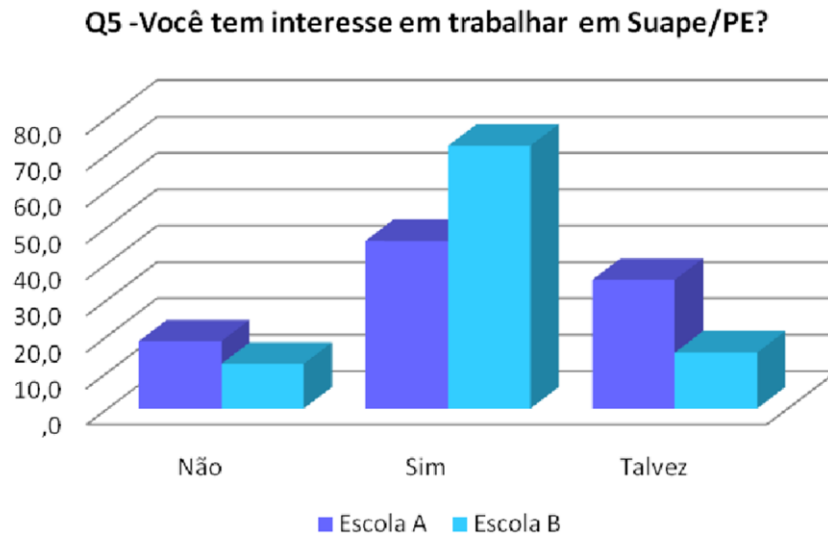
O Complexo Industrial e Portuário de Suape é o mais completo polo para a localização de negócios industriais e portuários da Região Nordeste. Dispondo de uma infraestrutura completa para atender às necessidades dos mais diversos empreendimentos, Suape tem atraído um número cada vez maior de empresas interessadas em colocar seus produtos no mercado regional ou exportá-los para outros países.

Percebemos que o Complexo Industrial de Suape/PE, representa um mercado amplo em relação às oportunidades de trabalho em Pernambuco, pois oferece muitas vagas em funções diferenciadas e salários bastante compensatórios, logo como os estudantes pesquisados se encontram numa região privilegiada, pois Ipojuca se encontra circunvizinha à região, representando assim para eles um mercado bastante promissor, então, obtivemos dos estudantes as seguintes respostas acerca dessa nova realidade econômica que Pernambuco está vivenciando, na escola A temos 46,2% dos estudantes afirmando que gostariam de trabalhar em Suape/PE, 18,5% informando que não gostariam de trabalhar lá e 35,4% respondendo que talvez poderiam trabalhar em Suape/PE. Na escola B temos, 72,3% afirmando que querem trabalhar em Suape/PE, 12,3% informando que não querem trabalhar lá, enquanto que 15,4% responderam que talvez busquem ocupar um posto de trabalho em Suape. Como pode ser verificado no Quadro 7 e Gráfico 6.

Quadro 7. Distribuição das respostas dos estudantes acerca da busca por um posto de trabalho em Suape/PE.

Resposta	Escola A		Escola B	
	N	%	N	%
Não	12	18,5	8	12,3
Sim	30	46,2	47	72,3
Talvez	23	35,4	10	15,4
Total	65	100,0	65	100,0

Fonte: Questionário aplicado (Nov/2011).



Fonte: questionários aplicados em escolas do município de Ipojuca, Pernambuco

Gráfico 7. Distribuição das respostas dos estudantes acerca da busca por um posto de trabalho em Suape/PE.

Fonte: Questionário aplicado (Nov/2011).

Para Bento (2011), Suape se constitui num mercado bastante promissor concordando com a posição defendida anteriormente por Lima, Sicsú e Padilha:

O Complexo Industrial e Portuário de Suape constitui-se num importante pólo de desenvolvimento para o estado de Pernambuco, abrindo novas frentes de trabalho. O estado de Pernambuco, cada vez mais se destaca com sua cadeia produtiva, crescimento econômico e apoio logístico oferecido pelo Porto de Suape, o que acaba estimulando a vinda de empreendimentos.

Quanto à região de Ipojuca, e o possível aproveitamento das oportunidades que estão surgindo em Suape a autora nos faz um alerta:

O município do Ipojuca passa por profundas transformações estruturais, o ritmo de crescimento econômico é acelerado, porém a concentração de renda no município ainda persiste. Diante disso, faz-se necessário uma reflexão cada vez maior sobre o tipo de desenvolvimento que está se instaurando no estado de Pernambuco - seus limites e possibilidades - para que a população local possa aproveitar da melhor forma e da maneira mais igualitária possível as oportunidades.

Os estudantes foram ainda questionados sobre o porquê de optarem pelo ingresso no mercado de trabalho em Suape/PE e na escola A, 15,4% responderam que fizeram essa escolha graças à quantidade de vagas existente, 35,4% pelo destaque dado pela mídia a esse mercado, 40% optaram pelo valor da remuneração oferecida aos trabalhadores e 9,2% informaram que não pensaram na possibilidade de trabalhar lá. Na escola B, 27,7% responderam que essa escolha se dá pela quantidade de vagas oferecida, 15,4% disseram que era pelo destaque da pela mídia, 41,5% pela remuneração oferecida aos empregados e 15,4% afirmaram que não pensaram na possibilidade de trabalhar em Suape/PE, conforme Quadro 8.

Quadro 8. Distribuição das respostas dos estudantes acerca da busca por um posto de trabalho em Suape/PE.

Resposta	Escola A		Escola B	
	N	%	N	%
Pela quantidade de vagas existente	10	15,4	18	27,7
Pelo destaque dado pela mídia a esse mercado oferecido	23	35,4	10	15,4
Pelo valor da remuneração salarial oferecida	26	40,0	27	41,5
Realmente, não pensei nessa possibilidade.	6	9,2	10	15,4
Total	65	100,0	65	100,0

Fonte: Questionário aplicado (Nov/2011).

Oliveira (2003) nos faz uma crítica bastante acentuada ao modelo seguido pelas políticas educacionais, que insistem em continuar seguindo o modelo da teoria do capital humano, onde a escola permanece submissa à produção, o que não contribui para a inserção das novas gerações no mercado de trabalho. Acerca desse paralelo, Charlot e Beillerot (1995, citado por Teodoro 2003, p. 30) afirmam que:

... As políticas de educação, sobretudo nas sociedades contemporâneas, são construídas em meios marcados pela heterogeneidade e pela complexidade, sujeitas a procuras sociais nem sempre compatíveis e muitas vezes contraditórias, e que obrigam a definir prioridades, a excluir caminhos e a ultrapassar compromissos.

Nesse sentido, quando perguntados se acreditavam que conseguiriam ocupar uma vaga em Suape/PE sem um curso profissionalizante específico, obtivemos as seguintes respostas, na escola A 47,7% afirmaram que não era possível ser inserido nesse mercado sem um curso profissionalizante, 16,9% disseram que sim e 35,4% responderam que talvez fosse possível conseguir um emprego lá. Na escola B, 49,2% afirmaram que não é possível ocupar um posto de trabalho em Suape sem um curso profissionalizante, 29,2% responderam que é possível sim ocupar um posto de trabalho sem um curso específico e 21,5% disseram que talvez seja possível ingressar no mercado de trabalho em Suape/PE sem um curso específico para a função a ser ocupada. Conforme Quadro 9 e Gráfico 7:

Quadro 9. Distribuição das respostas dos estudantes acerca da busca por um posto de trabalho em Suape/PE e a qualificação profissional.

Resposta	Escola A		Escola B	
	N	%	N	%
Não	31	47,7	32	49,2
Sim	11	16,9	19	29,2
Talvez	23	35,4	14	21,5
Total	65	100,0	65	100,0

Fonte: Questionário aplicado (Nov/2011).

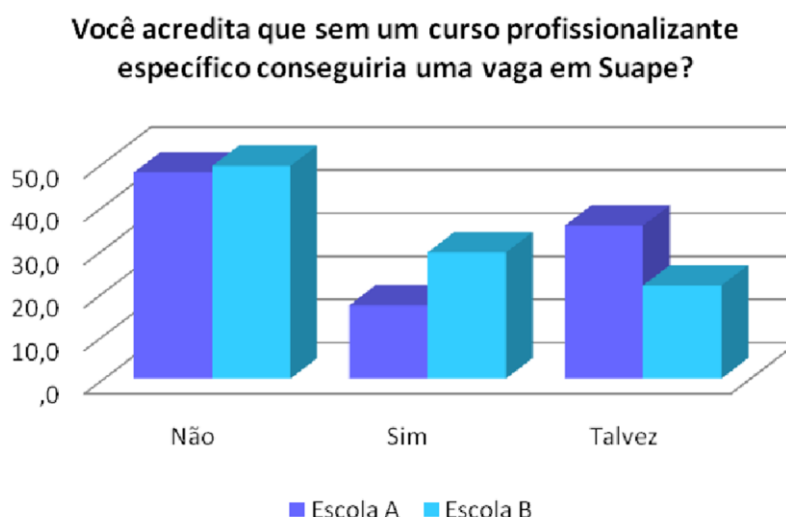


Gráfico 8. Distribuição das respostas dos estudantes acerca da busca por um posto de trabalho em Suape/PE e a qualificação profissional.

Fonte: Questionário aplicado (Nov/2011).

A partir das considerações obtidas dos alunos, encontramos em Oliveira (2003, p. 66) alguns esclarecimentos quanto ao discurso da escolarização e suas consequências:

Continuar insistindo no discurso de que o processo de escolarização representa única saída para os setores populares implica ocultar que as impossibilidade de inserção no mercado de trabalho não decorrem da incapacidade dos indivíduos, mas são consequências de um modelo econômico que tem como base o aumento da exclusão em escala cada vez maior. Desta forma, aqueles que fortalecem este discurso terminam por, consciente ou inconscientemente, assegurar, por meio de práticas ideológicas, a sua continuidade.

As políticas públicas e o mercado de trabalho em Suape/PE

Sobre a educação brasileira Oliveira (2003, p. 26) coloca que “a qualidade de ensino não vem sendo uma prioridade da nossa política educacional, principalmente no que se refere à educação pública, em relação ao ensino fundamental e médio e, mais especificamente, no campo da educação profissional”.

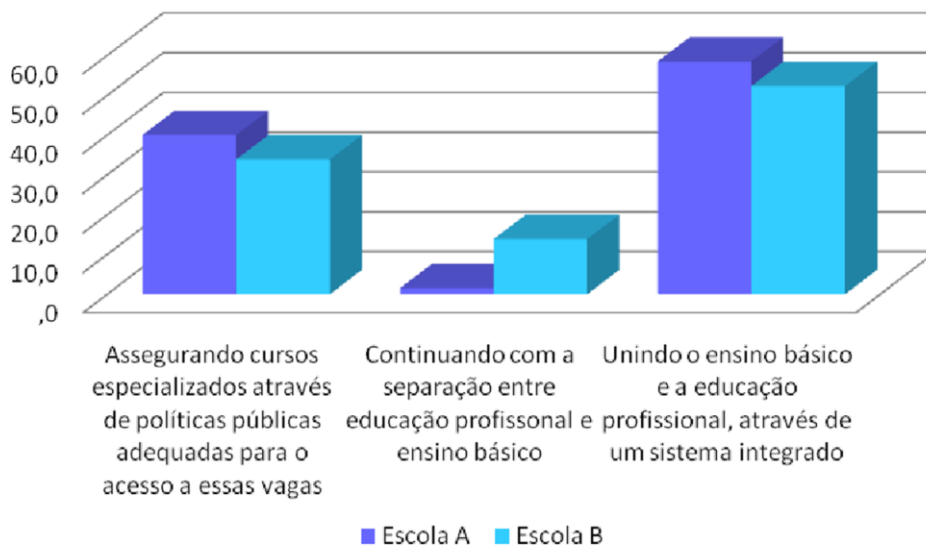
Acerca da ocupação das vagas ociosas em Suape/PE e o papel desempenhado pelo Governo do Estado de Pernambuco nesse processo, obtivemos as seguintes respostas dos estudantes da escola A, 40% afirmaram que esse problema poderia ser sanado a partir da criação de políticas públicas que viabilizassem a ocupação dessas vagas, 1,5% responderam que deveria continua a existir a separação entre a educação básica e a educação profissional e 58,5% disseram que deveria haver a união entre o ensino básico e a educação profissional através da criação de um sistema integrado de ensino. Na escola B obtivemos o seguinte resultado, 33,8% responderam que o governo do estado deveria criar políticas públicas para esse fim, 13,8% afirmaram que deveria continuar a separação entre o ensino básico e a educação profissional e 52,3% disseram que deveria ser criado um sistema integrado de ensino que unisse a educação básica e a educação profissional, conforme Quadro 10 e Gráfico 9.

Quadro 10. Distribuição das respostas dos estudantes acerca do papel do estado na ocupação dos postos de trabalho ociosos em Suape/PE.

Resposta	Escola A		Escola B	
	N	%	N	%
Assegurando cursos especializados através de políticas públicas adequadas para o acesso a essas vagas	26	40,0	22	33,8
Continuando com a separação entre educação profissional e ensino básico	1	1,5	9	13,8
Unindo o ensino básico e a educação profissional, através de um sistema integrado	38	58,5	34	52,3
Total	65	100,0	65	100,0

Fonte: Questionário aplicado (Nov/2011).

Q8 - Como poderíamos resolver esse problema da falta de qualificação para o mercado de trabalho?



Fonte: questionários aplicados em escolas do município de Ipojuca, Pernambuco

Gráfico 9. Distribuição das respostas dos estudantes acerca do papel do estado na ocupação dos postos de trabalho ociosos em Suape/PE.

Fonte: Questionário aplicado (Nov/2011).

Uma das alternativas encontradas pelo Governo do Estado de Pernambuco foi o aumento no número existente de Escolas Técnicas para que com isso, conseguíssemos a

qualificação desejada para suprir a demanda do mercado de Suape/PE. Os estudantes foram perguntados a esse respeito, na escola A 27,7% disseram que essa decisão não seria suficiente para suprimir o déficit de mão-de-obra especializada e 72,3% afirmaram que sim, essa medida de fato seria suficiente. Na escola B 38,5% afirmaram que não essa medida não é suficiente para acabar com déficit de mão-de-obra em Suape e 61,5% afirmaram que sim, essa medida é de fato suficiente para o fim que se destina, conforme Quadro 11 e Gráfico 10.

Quadro 11. Distribuição das respostas dos estudantes acerca da criação de novas escolas técnicas em Pernambuco.

Resposta	Escola A		Escola B	
	N	%	N	%
Não	18	27,7	25	38,5
Sim	47	72,3	40	61,5
Total	65	100,0	65	100,0

Fonte: Questionário aplicado (Nov/2011).

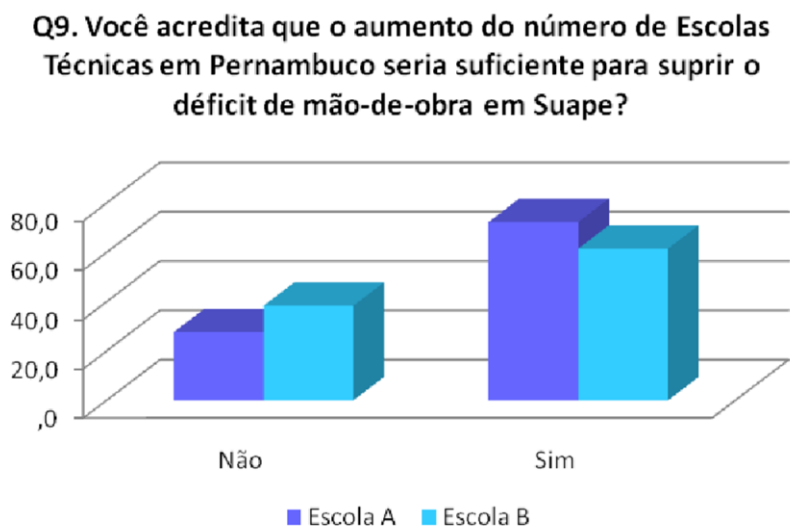


Gráfico 10. Distribuição das respostas dos estudantes acerca da criação de novas escolas técnicas em Pernambuco.

Fonte: Questionário aplicado (Nov/2011).

Os estudantes foram também perguntados sobre a credibilidade que possuíam nos governantes quanto à preocupação com a formação especializada em Pernambuco. Na escola

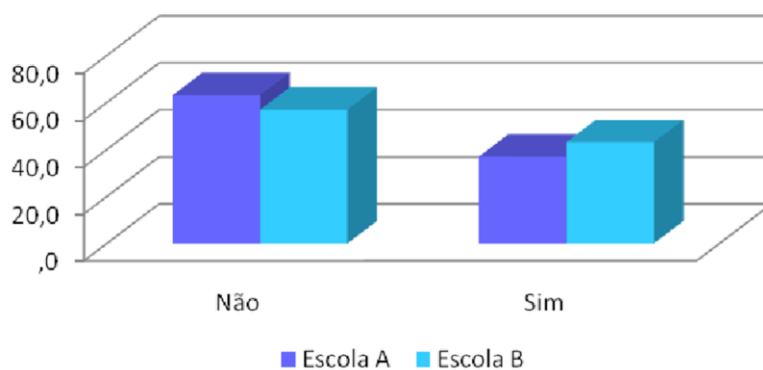
A obtivemos que 63,1% dos estudantes não acreditavam que os governantes tinham essa preocupação como primordial, enquanto que 36,9% afirmaram que a especialização de mão-de-obra era uma prioridade sim para os governantes; já na escola B, 56,9% acreditam que isso não é uma prioridade dos governantes, contra 43,1% dos estudantes que afirmaram que a mão-de-obra especializada é uma prioridade sim para os governantes. Conforme Quadro 12 e Gráfico 11.

Quadro 12. Distribuição das respostas dos estudantes acerca da credibilidade nos Governantes quanto a sua preocupação com a formação de mão-de-obra especializada.

Resposta	Escola A		Escola B	
	N	%	N	%
Não	41	63,1	37	56,9
Sim	24	36,9	28	43,1
Total	65	100,0	65	100,0

Fonte: Questionário aplicado (Nov/2011).

Q10. Na sua opinião os governantes estão realmente preocupados com a formação de mão-de-obra especializada em Pernambuco?



Fonte: questionários aplicados em escolas do município de Ipojuca, Pernambuco

Gráfico 11. Distribuição das respostas dos estudantes acerca da credibilidade nos Governantes quanto a sua preocupação com a formação de mão-de-obra especializada.

Fonte: Questionário aplicado (Nov/2011).

A educação profissional atualmente é uma preocupação geral no Brasil desde a União aos Estados e Municípios, merecendo bastante destaque pelos meios de comunicação e

políticas de governo, porém, destaca Oliveira (2003) que essa preocupação não se apenas no nível da escolarização e formação, mas por meio de uma exigência internacional que cobra maiores investimentos na qualificação dos trabalhadores:

Pode-se afirmar que a educação profissional tem sido o campo preferencial das intervenções massivas, verticalizadas e radicais do Governo Federal, “orientado” pelos organismos financeiros transnacionais para promover modificações substantivas no seu *ethos* organizacional, estrutural e didático-pedagógico, a fim de adequar a formação da força laboral ao cenário globalizado, que impõe uma nova organização internacional do trabalho, fundada na premissa básica da diferenciação dos países, que se distinguiriam entre aqueles que produzem tecnologia e aqueles que a consomem (p. 85-86).

Os estudantes também foram questionados acerca da construção de novas escolas técnicas se seriam suficientes para sanar o problema da falta de qualificação dos pernambucanos para os postos de trabalho no Complexo Industrial de Suape, na escola A, 26,2% afirmaram que essa medida seria a solução para o problema da mão-de-obra especializada, 35,4% disseram que essa atitude não irá resolver o problema, apenas amenizá-lo, enquanto que 38,5% concluíram que essa atitude não irá resolver o problema a menos que os governantes passem de fato a priorizar a educação. Na escola B obtivemos que 36,9% acreditam que essa medida será a solução para o problema da mão-de-obra especializada, 38,5% afirmaram que não irá resolver o problema, apenas amenizá-lo, por fim, 24,6% disseram que a construção de novas escolas técnicas não irá resolver o problema a menos que os governantes priorizem de fato a educação no país. Conforme Quadro 13 e Gráfico 12.

Quadro 13. Distribuição das respostas dos estudantes acerca da construção de novas escolas técnicas em Pernambuco.

Resposta	Escola A		Escola B	
	N	%	N	%
A solução para o problema da mão-de-obra especializada	17	26,2	24	36,9
Não irá resolver o problema, apenas amenizá-lo	23	35,4	25	38,5
Não irá resolver problema algum a menos que os governantes passem de fato a priorizar a educação	25	38,5	16	24,6
Total	65	100,0	65	100,0

Fonte: Questionário aplicado (Nov/2011).

Como você vê os projetos do governo para a construção de novas escolas técnicas?

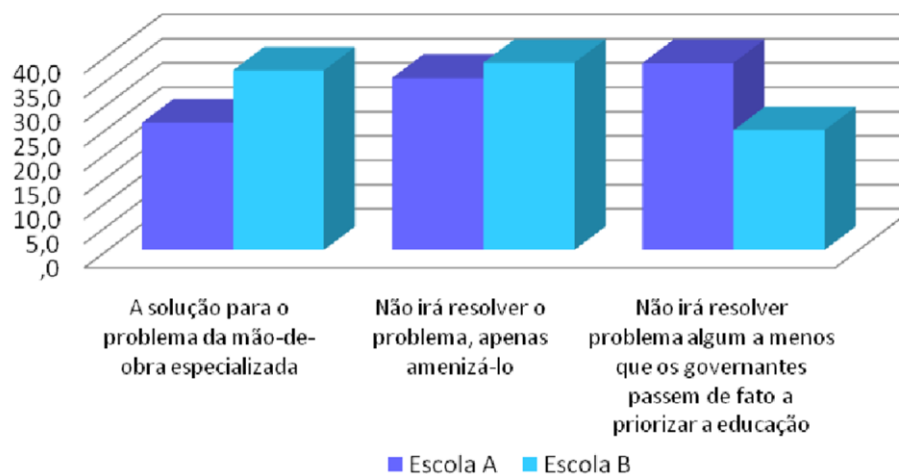


Gráfico 12. Distribuição das respostas dos estudantes acerca da construção de novas escolas técnicas em Pernambuco.

Fonte: Questionário aplicado (Nov/2011).

Oliveira (2003) destaca ainda que, há um empenho do governo federal através do discurso oficial em implantar de forma massiva a reforma da educação profissional no país como uma necessidade iminente do trabalhador e, com isso o Brasil conseguir se integrar no *ranking* mundial da pós-modernidade.

O mercado de trabalho e a qualificação profissional

Para Oliveira (2003, p. 84), acerca do ingresso e permanência no mercado de trabalho nos faz as seguintes colocações que servem de alerta para a realidade encontrada pelos jovens atualmente:

A certeza de que o emprego, no momento atual, é um sonho difícil de se concretizar coloca para as pessoas – particularmente a juventude – poucas possibilidades de visualizarem a vida em sociedade, a não ser como uma grande arena de disputa e de individualismo. Nesta competição, aqueles que dispuserem de melhores estratégias de sobrevivência poderão, pelo menos, desfrutar do direito de serem explorados pelo capital ao venderem sua força de trabalho.

No que se refere à candidatura e ocupação das vagas de emprego no Complexo Industrial Suape/PE perguntamos aos estudantes que tipo de pessoas teriam mais condições de

ocupá-las, na escola A 9,2% responderam que deveriam ser privilegiadas pessoas que eram assistidas por programas sociais dos governos federal, estadual e municipal, 86,2% afirmaram que essas vagas deveriam ser ocupadas por pessoas com recursos e tempo disponível para se especializar e 4,6% disseram que qualquer pessoa que se candidate as vagas. Na escola B 21,5% dos estudantes afirmaram que deveriam ocupar postos de trabalho em Suape pessoas assistidas por programas sociais, 63,1% responderam que deveriam ser pessoas com recursos e tempo disponível para se especializar e 15,4% disseram que qualquer pessoa poderia se candidatar as vagas. Conforme Quadro 14.

Quadro 14. Distribuição das respostas dos estudantes acerca da candidatura as vagas em Suape/PE.

Resposta	Escola A		Escola B	
	N	%	N	%
Pessoas assistidas por programas sociais dos governos federal, estadual e municipal.	6	9,2	14	21,5
Pessoas com recursos e tempo disponível para se especializar.	53	86,2	41	63,1
Qualquer pessoa que se candidate as vagas.	3	4,6	10	15,4
Total	65	100,0	65	100,0

Fonte: Questionário aplicado (Nov/2011).

Acerca da qualificação profissional e sua importância para o mercado de trabalho, Oliveira (2005, p.54), afirma que “o processo de desigualdade social se estabelece no próprio mercado de trabalho, visto que um contingente enorme de trabalhadores sem qualificação não estará em condições de manter-se no emprego ou retornar ao mercado de trabalho”. Com isso, Gentili (2005), reforça que mesmo que o indivíduo possua qualificação, esse fato não é a garantia do ingresso no mercado de trabalho, mas apenas a oportunidade de se tornar competitivo dentro dele.

Logo, com isso, concluímos que, atualmente o mercado de trabalho exige profissionais que possuam habilidades múltiplas para as funções que serão desempenhadas, com isso, exigindo cada vez mais profissionais qualificados; a partir dessa visão perguntamos aos referidos estudantes se a qualificação profissional realmente é importante e obtivemos na escola A que 4,7% afirmaram que a qualificação não era importante, enquanto que 95,3%, ou

seja, a grande maioria da amostra afirmou que a qualificação é tudo no ingresso ao mercado de trabalho. Já na escola B, 7,7% afirmaram que a qualificação não era importante para o ingresso no mercado de trabalho, enquanto que 92,3% confirmaram que a qualificação profissional é de fato importante para esse processo. Conforme Quadro 15 e Gráfico 13.

Quadro 15. Distribuição das respostas dos estudantes acerca da Qualificação Profissional.

Resposta	Escola A		Escola B	
	N	%	N	%
Não	3	4,7	5	7,7
Sim	62	95,3	60	92,3
Total	65	100,0	65	100,0

Fonte: Questionário aplicado (Nov/2011).

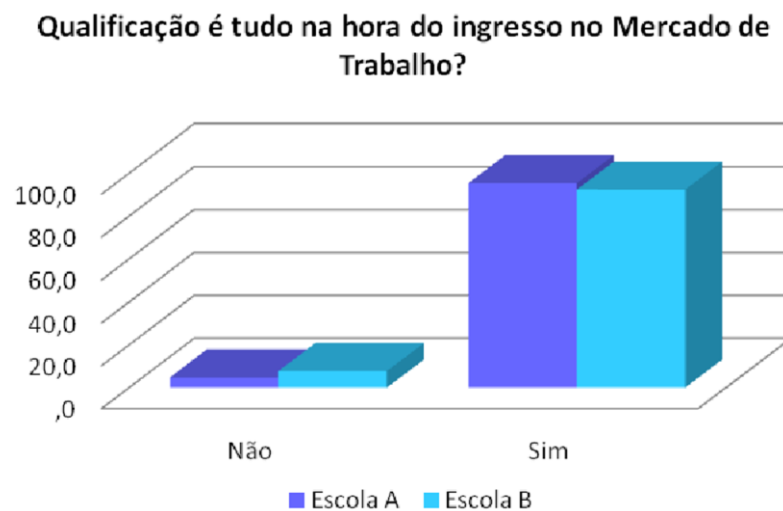


Gráfico 13. Distribuição das respostas dos estudantes acerca da Qualificação Profissional.

Fonte: Questionário aplicado (Nov/2011).

Oliveira (2005, p. 72), nos coloca a posição do empresariado, constatada também na pesquisa através da resposta obtida dos estudantes quanto à questão da qualificação e ingresso no mercado de trabalho, coloca ele que, a utilização do mérito individual deve ser levada em conta para a explicação das diferenças sociais legitimada no sistema capitalista – “e reforça, por parte do empresariado, as argumentações, segundo as quais o mercado é o espaço próprio para a realização individual”. Continua destacando que, afinal, para o neoliberalismo, os indivíduos, a partir de seus méritos, são responsáveis pela sua realização pessoal.

Ciavatta (2005, p. 94), por sua vez, afirma que a escola nesse processo, permanece com práticas de séculos atrás tendo um reflexo na escola pública e na sua prática:

Há uma expressão entre séria e jocosa que diz que embora o mundo tenha se transformado, as escolas continuam a educar como antes, como em séculos atrás. Descontado o exagero crítico da afirmação, vemos com certa decepção, que em razão de seu deterioro, já não se pode dizer, como diz o povo, que “aí tem um fundo de verdade”. A imagem da escola pública, hoje, está extremamente alterada pelas condições do exercício do que seria a educação: o acesso à leitura e a à escrita e às abstrações matemáticas para ler os códigos do mundo, para conhecer os fundamentos sociais e científico-tecnológicos dos fenômenos que produzem a vida e a morte, a criação e a destruição presentes em todas as culturas e nas artes.

Perguntados se a educação pública da rede estadual de ensino cumpre com o papel de qualificar para a vida e o mercado de trabalho, obtivemos como resposta na escola A que 6,2% avaliaram que a educação pública é boa, pois prepara para a vida e o mercado de trabalho, 83,1% informou que ela precisa de alguns ajustes para se adequar a nova realidade sócio-econômica que o estado de Pernambuco está inserido, 6,2% disse que a educação pública é deficiente em todos os aspectos e 4,6% preferiram não opinar a esse respeito. Na escola B, 24,6% disseram que acreditam que a escola pública os prepara adequadamente para a vida cidadã e o mercado de trabalho, enquanto que 61,5% disseram que a escola precisa de alguns ajustes, 7,7% acreditam que o ensino é deficiente e 6,2% não opinaram. Conforme Quadro 16 e Gráfico 14.

Quadro 16. Distribuição das respostas dos estudantes acerca da Avaliação que fazem da Escola Pública em Pernambuco.

Resposta	Escola A		Escola B	
	N	%	N	%
Boa, pois prepara adequadamente para a vida cidadã e o mercado de trabalho	4	6,2	16	24,6
Precisa de alguns ajustes para se adequar a nova realidade socio-econômica no qual Pernambuco está inserido	54	83,1	40	61,5
Ruim, pois é deficiente em todos os aspectos	4	6,2	5	7,7
Não informado	3	4,6	4	6,2
Total	65	100,0	65	100,0

Fonte: Questionário aplicado (Nov/2011).

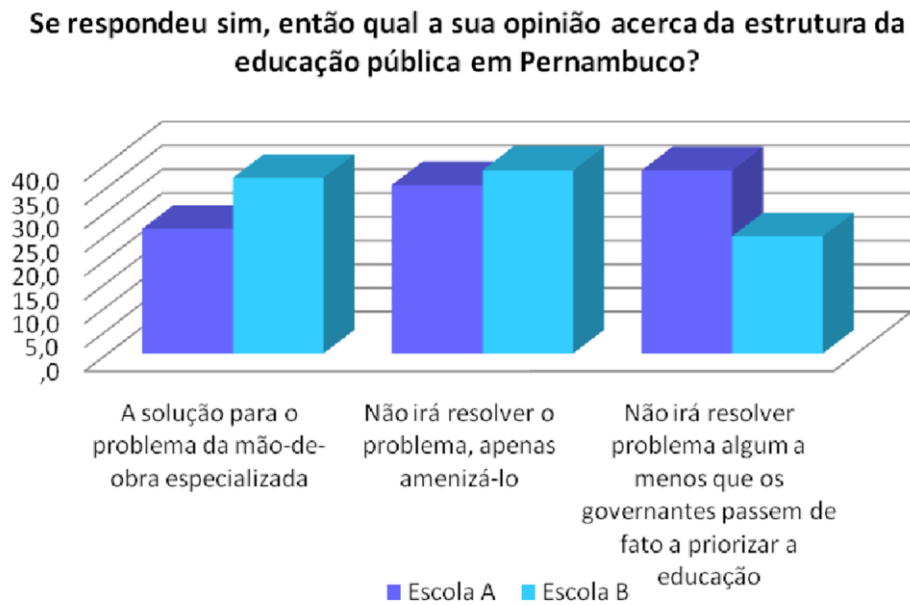


Gráfico 14. Distribuição das respostas dos estudantes acerca da Avaliação que fazem da Escola Pública em Pernambuco.

Fonte: Questionário aplicado (Nov/2011).

Podemos afirmar que chegamos a esses resultados, pois a escola pública como foi colocada precisa de alguns ajustes e, Ferretti (2005, p. 105), nos explica que tudo o que é vivenciado pelas escolas partem de um grupo de empresários que estrutura os sistemas educativos de acordo com suas respectivas necessidades de mercado:

... a ação dos empresários em termos do sistema educacional parece ter se voltado, desde 1995, mais para as tentativas de influenciar os rumos amplos da educação brasileira, seja por meio do discurso, seja pelo fortalecimento de “lobbies” nas casas legislativas ou nos Ministérios da Educação e do Trabalho para fazer aprovar ou materializar matérias de seu interesse no que se refere à educação, do que para ações específicas no nível de unidades escolares locais.

Nosella (2002), por sua vez, critica a formação para o mercado de trabalho de forma aligeirada e contundente. Adianta que cada vez mais atualmente sua importância vem sendo reforçada, especialmente nas camadas populares:

... Conseqüentemente, sugerem abstratas pedagogias de formação de mão de obra para o mercado de trabalho. Quiçá, pensam, os miseráveis das nossas favelas não consigam entrar no mercado de trabalho porque lhes falta um preparo técnico e cívico adequados. Daí sua preocupação em melhorar a “embalagem” dessa mercadoria, mão de obra que ninguém quer. Logo, sugerem a criação de mais cursos técnicos, mais especializações ou estudos e estágios qualificados. (p.39).

3.2 Análise qualitativa

As formações discursivas (FD) que compõem essa análise representam o produto de sete (07) entrevistas realizadas com gestores ligados a educação no estado de Pernambuco. A produção de discurso foi agrupada em 4 Formações Discursivas (FD): 3.2.1 – Políticas Públicas para a Educação e Trabalho: o Discurso Oficial, 3.2.2 – Educação Profissionalizante x Educação Acadêmica: a demanda de Suape/PE, 3.2.3 – Qualificação, Competências e Trabalho: a demanda empresarial e 3.2.4 – Formação Profissional: o discurso do Sistema S e das Escolas Profissionalizantes da região.

3.2.1 Identificação Pessoal e Profissional dos Entrevistados

Em nossas entrevistas realizadas com dois secretários de estado, uma secretaria municipal de educação, uma gestora regional, um gerente de unidade de ensino do Senac, um diretor da Escola Técnica Senai e uma coordenadora de Prédio de uma Escola Profissionalizante Mista de educação que fizeram parte dessa pesquisa, procuramos traçar um breve perfil, agrupando questões sobre idade, gênero, tempo de formação e tempo de função na Formação Discursiva (FD) identificação pessoal e profissional dos entrevistados (Quadro 17).

Quadro 17. Distribuição das respostas obtidas através das entrevistas realizadas com pessoas ligadas a educação pública e profissional em Pernambuco e na região do Complexo Industrial de Suape/PE.

Entrevistado	Idade	Gênero	Tempo de Formação	Tempo de Função
E1	?	Feminino	30 anos	5 anos
E2	40 anos	Masculino	12 anos	2 anos
E3	?	Masculino	24 anos	9 anos
E4	?	Feminino	15 anos	4 anos
E5	55 anos	Masculino	?	1 ano
E6	69 anos	Masculino	47 anos	1 ano
E7	34 anos	Feminino	15 anos	1 ano

Os entrevistados são representados pela letra “E” seguido por um número arábico para facilitar a identificação dos mesmos e com isso, garantir o anonimato da pesquisa em questão. Percebe-se a partir desse levantamento que há uma predominância mesmo que minimamente nesse universo de homens o que ainda representa que este gênero ainda se constitui em maioria no Brasil nos cargos executivos.

Percebemos ainda que nesse breve levantamento há uma diferença de idade muito acentuada o que nos leva a algumas considerações, tais como a de que atualmente exercer determinadas funções não é preciso apenas experiência, mas também competência para tal intento.

3.2.1.1 FD: Políticas Públicas para a Educação e Trabalho: O Discurso Oficial

Sobre as Políticas de Governo acerca da preparação para o trabalho, podemos perceber quais são exatamente as ações desenvolvidas por meio dos entrevistados ligados a cargos públicos na área da educação oficial. Procuramos agrupar alguns depoimentos para melhor desenvolver a discussão:

FD: Políticas Públicas para a Educação e Trabalho: O Discurso Oficial	
Entrevistados	Depoimentos (ED)
E1	Há uma preocupação recente desse governo em preparar pra isso, a prova disso é que por conta dessa quantidade de empresas que está chegando a Pernambuco foi criado um programa de correção de fluxo que é o Travessia, para que os alunos acelerem os estudos e eles tenham tempo suficiente além de acelerar os estudos, andam com a questão da distorção idade-série, onde os estudantes que não concluíram seus estudos na idade considerada própria. Esse programa dá pra eles a oportunidade de acelerar os seus estudos, preenchendo o vácuo que ficou com a sua idade e série correspondente e ainda dá tempo de ele terminar o ensino médio num período menor, ele se qualificar numa outra língua, ele pode fazer algum curso de aperfeiçoamento em alguma área que ele precisar.
E4	Enquanto o meu governo, na gestão atual, começou com cursos profissionalizantes, que além de melhorar a qualidade do ensino com investimentos no aluno, nos profissionais da escola de maneira geral, no material didático, materiais tecnológicos, a preparação desses profissionais com formação continuada, agente oferece também outros projetos e programas para aquelas pessoas que já são adultas e estão aí sem conseguir se inserir no mercado de trabalho, por falta de qualificação, aí agente tem o “Rumo ao mercado de trabalho” que oferece cursos profissionalizantes de curto, médio e longo prazo, e agente também tem o “Rumo à universidade” que é um programa municipal, que tem levado muitos jovens a cursar um curso superior em universidades públicas, coisa que no município era muito difícil e olhe lá, hoje agente tem experiência, com mais de 100 alunos em universidades públicas e na rede particular agente já vai a mais de 500, as pessoas quando vem o investimento, despertaram para isso aí, é uma forma de também estar

	preparando; em curto prazo, com os cursos técnicos e em longo prazo investindo em cursos superiores.
E5	É uma questão só de tempo, pois quando foi montado esse complexo, foi pensado e foi corrigido, Pernambuco tinha apenas 6 Escolas Técnicas e, não tinha nenhuma escola técnica formando ninguém naquela região, isso foi assim até 2007, de 2007 pra hoje, nós estamos com 14 Escolas Técnicas funcionando, mas no segundo semestre estaremos com 25 Escolas Técnicas funcionando, e até 2014 teremos 60 Escolas Técnicas, naquela região ali próxima a Suape, e toda a região do Cabo, Ipojuca por ali, vão ter algumas Escolas Técnicas Estaduais, além do Instituto Federal que já existe, então, é uma questão de tempo, pra gente ter mão de obra qualificada, formada que só vá atender a necessidade daquela região (...)
E6	A qualificação é necessária, mas não é suficiente, ela se transforma numa condição necessária e suficiente se atrelada a educação, hoje o mundo do trabalho requer uma escolaridade de no mínimo 11 anos, ensino fundamental e ensino médio completos, como agente incorporou mais 1 ano ao ensino fundamental na matemática legal, então isso passa de 11 pra 12 anos, porque o ensino fundamental agora com a incorporação da pré-escola, o último ano da pré-escola ao ensino fundamental, ele passa a ter 9 anos, essa é uma exigência hoje, eu não tenho nenhum receio de dizer que essa exigência hoje será insuficiente no futuro, então, o que eu digo hoje que essa é a diretriz atual do governo, é atrelar aos últimos anos do ensino médio uma qualificação ou habilitação profissional, ou seja um curso de qualificação profissional ou um curso de habilitação técnica, é o esforço que o governo está fazendo inicialmente para transformar todas as suas escolas de ensino médio em escolas de tempo integral (...).

A partir dos depoimentos colhidos, percebemos que há uma preocupação dos governos tanto no nível estadual, como no nível municipal em investir na qualificação profissional desses jovens através de programas de correção de fluxo, de cursos profissionalizantes, de cursos de idiomas, além também da preocupação com o ingresso aos cursos superiores. Nesse sentido, Oliveira (2003, p. 40) nos alerta que:

Atribuir à escola a responsabilidade de garantir um novo tipo de formação, permitindo aos indivíduos que se apropriem de novas competências cognitivas e comportamentais acarreta sua descaracterização como um espaço responsável pela formação dos seus alunos em âmbito mais expansivo que apenas a preparação para o trabalho.

Logo podemos concluir que quando fazemos da escola um espaço que se subordina as demandas do mercado continua o autor, ela se descaracteriza, pois as políticas educacionais, ao estarem subordinadas a conceitos restauradores da teoria do capital humano, projetarão objetivos educacionais que, além de produzirem uma vinculação submissa da escola à produção, em nada contribuirão para as novas gerações conseguirem sua inserção no mercado de trabalho.

Não que as ações estabelecidas não sejam positivas, elas são um fator que poderemos dizer que constituem um paliativo para as reais necessidades da conjuntura atual vivenciadas pelo Complexo Industrial de Suape e de outras do Estado. Só com políticas sérias de estado para a educação é que conseguiremos de fato uma educação de qualidade que atenda não apenas a questão da formação profissional, mas também a formação do cidadão em todos os campos do conhecimento.

3.2.2 FD: Educação profissionalizante x educação acadêmica: a demanda de Suape/PE

Quanto ao dualismo entre a formação profissionalizante e a formação acadêmica, continuamos analisando os depoimentos coletados das autoridades responsáveis pela educação na área do Complexo Industrial de Suape.

FD: Educação Profissionalizante x Educação Acadêmica: A demanda de Suape/PE	
Entrevistados	Depoimentos (ED)
E1	A ideia do governo é exatamente essa, é a mão de obra qualificada dos nossos pernambucanos porque, o que eu penso e que eu acredito nessa política que esse governo está implantando é que o desenvolvimento econômico, como ele próprio diz e agente acredita nisso, ele só terá sucesso, se agente caminhar junto com o desenvolvimento da educação, então quando o governo se predispõe a colocar programas de correção de fluxo, a oferecer trabalhos, cursos profissionalizantes como já ofereceu, a abrir vagas para eles, a colocar os alunos em programas como o “Ganhe o mundo” para fazer as conexões internacionais, ele quer que esses estudantes pernambucanos, esses jovens pernambucanos se garantam nessas empresas, e isso é tão importante que aconteça, e a política desse estado agora, recentemente é aproveitar, não precisar trazer a pessoa de fora, então a empresa pode vir da Finlândia, ou de onde quiser vir, mas é ela chegar aqui e encontrar a mão de obra qualificada (...)
E4	(...) se não tiver escolas que preparem isso, como é que as classes menos favorecidas vão conseguir enxergar isso aí e trabalhar, galgar algo melhor, então é importante sim, é importante que se dê as duas oportunidades; abrir cursos profissionalizantes para aquele que de imediato necessita, quer adquirir uma vaga de emprego e se preparar para o mercado de trabalho e também tenha a opção daqueles que querem subir um degrau a mais para cursar uma universidade, uma especialização, então os dois lados têm que ser demonstrados, que mesmo a pessoa pobre, de classe pobre tenha a oportunidade de escolha e possa escolher.
E5	O curso profissionalizante, ele é necessário para muitas das vagas que são oferecidas lá, talvez não necessariamente para 100% das vagas, pode ser que tenha um tipo de profissional, que o estudante que tenha o curso médio, que tenha algumas habilidades, alguma qualificação profissional que seja adequada, mas certamente se o estudante tiver uma habilitação técnica, vai

	estar muito mais bem aproveitado, principalmente se for para um cargo técnico, agora esses os estudantes que saem das nossas escolas técnicas para o foco de Suape, nas escolas da redondeza, mais tem foco para outras atividades também.
E6	A escola só pode estar preparando quando os professores forem preparados, então nessa cadeia a mudança começa na universidade, como é que estão os cursos de licenciatura, como é que está a formação dos novos professores, continua apenas uma formação de transmissão de conhecimentos ou professor começa a se integrar na inquietude que é a maior característica dessa área do conhecimento e competência do mundo moderno, o professor é o único que sabe na sala, se ele for o único que sabe na sala, ele não pode, ou se ele acha que é o único que sabe na sala, ele não pode preparar o profissional do futuro, então, essa mudança não começa dentro da escola, começa dentro da universidade.

Cabe ressaltar que a escola a partir da introdução das práticas neoliberais acarretadas pelo processo de globalização da economia, faz retornar as escolas uma nova visão economicista, o que nos reforça Sampaio (2010, p. 157):

Nessa perspectiva, as instituições de ensino se tornam empresas produtoras de serviços educacionais, seus educandos são clientes e as políticas educacionais são controladas e formuladas por interesses corporativos mais amplos. A educação segue o Estado mercadológico, em que as estratégias são voltadas para os interesses de reestruturação do capital, e a economia é que dita os conteúdos, as normas e o processo em educação.

Afirma ainda Sampaio que essa lógica agora instituída é de ação individual, devendo o sujeito assumir responsabilidades que seriam das políticas de Estado:

Há um processo de despolitização em favor dos interesses ideológicos do mercado, que busca estabelecer desigualdade social como responsabilidade da ação individual dos sujeitos. Nessa lógica, encontram-se as políticas de reforma educacional, que procuram estar relacionadas com as demandas do mercado de trabalho, com a descentralização administrativa da gestão interna e externa dos estabelecimentos de ensino.

Outro aspecto bastante colocado pelos entrevistados foi à questão da oferta para que os estudantes pudessem ter o poder de escolha. Mas, será que essa escolha realmente lhes compete? Será que é de fato uma escolha individual, ou será que essa foi à visão como vimos anteriormente que deve ser introduzida e apreendida para/por esses jovens a partir das demandas do mercado?

Nos discursos oficiais ora impetrados percebemos que de fato a lógica introduzida nas políticas de governo em relação à educação profissional e a educação acadêmica nos remontam a nova teoria do capital humano com bases neoliberais, onde de fato o sujeito (estudante) assume todo o “fardo” do sucesso ou fracasso em suas escolhas para o ingresso e permanência no mercado de trabalho. Podemos encontrar uma justificativa a esse discurso em Silva (1999, p.80) que afirma:

A questão central para as estratégias culturais do novo capitalismo consiste em produzir um tipo de pessoa que seja compatível com seus valores e objetivos. Ao novo capitalismo correspondem uma nova identidade, uma nova subjetividade. Os meios pedagógicos do novo capitalismo (em todas as suas formas) estão ativamente, agitadamente, envolvidos num processo de interpelação, de mobilização do eu. Sua descrição do trabalhador ideal, daquele trabalhador apropriado às novas condições de produção, não teria nenhuma importância, nenhum efeito, senão se dirigissem imperativamente aos sujeitos que querem transformar, dizendo: “você é isso” ou, mais precisamente, “você deve ser isso”. Um exemplo disso é dado pela ênfase que atualmente se dá ao conceito de empregabilidade.

3.2.3 FD: Qualificação, competências e trabalho: a demanda empresarial

Outro fator bastante importante a ser trabalhado nesta investigação diz respeito ao mercado de trabalho e a questão da qualificação e das novas competências exigidas dos trabalhadores pelo setor empresarial. A partir dos depoimentos das autoridades educacionais procuramos analisar esses aspectos.

FD: Qualificação, Competências e Trabalho: A demanda Empresarial	
Entrevistados	Depoimentos (ED)
E1	É muito amplo, porque, assim, o que é que agente quer hoje, o mundo para o trabalho, o mundo para o trabalho exige o mínimo de qualificação, você pode até entrar, o que isso tá difícil também, porque hoje todo o trabalho está ligado a um processo seletivo, pra fazer a seleção é preciso ter preparo e, pra se preparar e, na medida em que ele está se preparando, ele se qualifica, agora eu acho que ainda precisa despertar mais o jovem, é que as políticas são feitas, mas elas não acontecem sozinhas, tem que ter quem queira ingressar nos programas, nos cursos e nos concursos, enfim, eu acho que agente tem muita coisa pra fazer, em termos de educação, agente não faz as coisas de um dia para outro, ainda tem muita coisa; agora cabe ao jovem entrar nessa sistemática, ele entrar nesse caminho e ir buscar mesmo.
E4	(...) é um pouco difícil, porque mesmo enquanto na realidade atual que se está investindo muito na educação profissionalizante, o ingresso no mercado de trabalho não é tão fácil, principalmente pela exigência da experiência, então, a

	<p>coisa que agente acredita é que precisa ter uma integração maior, principalmente em nível de estado para que se busque essa questão da oportunidade, no primeiro emprego, mesmo quando a pessoa é mais velha, que não teve oportunidade de estudar mais cedo, por que se ela estudar e não tiver essa oportunidade, ela vai se tornar uma pessoa frustrada por que ela não conseguiu e, se as empresas não der experiência, aquela pessoa que tem potencial, estão preparados, elas precisam ter oportunidade e talvez se colocando ela de início como ajudante daquela função, depois se tornar pra pegar experiência, mas se tivesse uma forma de resolver, um jeito de que essas pessoas ingressassem no mercado de trabalho, mas ainda tem aquela resistência por algumas empresas prestadoras de serviços da área por causa da questão da experiência, experiência longa naquela área.</p>
E5	<p>Do ponto de vista geral, é bem defensivo, é fato que quanto mais qualificado mais fácil o estudante ser absorvido, eu não tenho nenhum número de cabeça pra te informar, mas o que agente tem percebido, que dos nossos estudantes daquela região, e mesmo de outras regiões das escolas técnicas mais de 70%, 80% se empregam sem nenhum problema, e outros preferem fazer um curso superior, onde também se dão muito bem, porque ter um curso técnico de eletrônica e fazer um curso de engenharia eletrônica, já vai ter uma habilidade prática que é fundamental pro curso, então eu posso certamente garantir que mais de 95% dos estudantes que terminam o curso técnico, eles ou estão empregados ou seguem numa carreira acadêmica com outra visão do mundo e do curso deles.</p>
E6	<p>O mundo do trabalho não valoriza mais a qualificação, a profissionalização sem educação, todas as estatísticas comprovam isso, se você pegar, por exemplo, a região metropolitana do Recife nos últimos 6 anos, houve uma mudança nos últimos 7 anos, houve uma mudança muito grande, o emprego está cada vez mais difícil para quem não tem escolaridade média, em 2003 por exemplo, 38% dos postos de trabalho da região metropolitana do Recife, estavam nas mãos de quem tinha menos de 7 anos de estudo, e, hoje em 2011, esses 38% passaram pra 25%, enquanto isso, quem tem mais de 11 anos de escolaridade, ou seja, quem tem pelo menos o ensino médio completo que eram 44,9% dos postos de trabalho da região metropolitana do Recife em 2003 passaram em 2011 para 59%, no Brasil nesse mesmo período foram gerado 14,5 milhões de novos empregos com carteira assinada, quem não tinha o ensino fundamental completo, quem tinha menos de 8 anos de escolaridade perdeu 700 mil empregos, apesar de terem sido gerados 14,5 milhões, então a coisa mais importante para o futuro é escolarizar adequadamente quem hoje está entrando na escola.</p>

Nesse aspecto, Sampaio (2010, p. 158) coloca que novos valores foram incorporados para que o sujeito agora possa atender as demandas do mercado buscando essa qualificação dita necessária:

Os valores humanísticos, que deveriam ser aprendidos nas instituições de ensino, são substituídos por termos como competitividade, atitude, individualidade e criatividade, transferidos pelo meio empresarial diretamente para esses estabelecimentos em forma de mercadoria. A corrida por tais habilidades e competências provoca, no sistema educacional, uma precarização que se define no propósito de certificação, ‘no atacado de diplomas’.

Essa autora destaca ainda que (p. 159), mais uma vez os aspectos econômicos devem “ditar” os rumos que a educação deve tomar:

A transposição de fatores já muito utilizados nas empresas para o âmbito da escola é herança do que os economicistas e os gestores do capital pensam sobre a educação, pois acreditam que a qualidade do ensino deve estar relacionada com âmbito externo do processo educacional e não com os critérios pedagógicos e sociais. Isso significa a centralização de ações no produto final, como parte das novas tendências mundiais e do contexto de reestruturação produtiva.

Cabe lembrar que nesse aspecto, Oliveira (2005, p. 63) afirma que a “união, a cooperação ou a concertação social são as palavras-chaves do projeto empresarial. A ordem como elemento primordial para a conquista do progresso ainda é a referencia que media a relação capital e trabalho”.

Há claramente estabelecidos nos discursos colocados à supervalorização da educação, com a justificativa de que ela se constitui no fator mais importante para o ingresso e permanência no mercado de trabalho, além de outro fator que é a permanente busca pela qualificação que não pode e nem deve estar estagnada constituindo-se um diferencial no amplo mercado competitivo de trabalho atualmente. Kovács (2002, p. 153) expõe de forma bastante clara como a demanda empresarial e os modelos de trabalhadores estão sendo colocados atualmente em termos globais:

No contexto da instabilidade do mercado global as empresas têm de ser capazes de responder as exigências de flexibilidade, rapidez e custos reduzidos. Os empregadores procuram uma força de trabalho que responda rapidamente, com facilidade e com baixo custo aos requerimentos do mercado. As estratégias de reestruturação inspiram-se largamente na *lean production* e na reengenharia, cujo lema é “produzir mais, melhor e mais rapidamente com menos”. A empresa idealizada é a empresa flexível constituída por um núcleo estável e reduzido de gestores; de profissionais e empregados qualificados bastante polivalentes e por diversos grupos de trabalhadores flexíveis (a tempo parcial, trabalhadores temporários, contratados a prazo, contratados para tarefas). Este modelo procura assegurar a flexibilidade requerida pela variação de mercado.

Nos ED analisados podemos perceber claramente como esse modelo chegou até Pernambuco e está cada vez mais enraizado na região que configura o Complexo Industrial de Suape.

3.2.4 FD: Formação profissional: O discurso do sistema S e das escolas profissionalizantes da região

Partimos agora para o discurso desenvolvido pelas Escolas técnicas e profissionalizantes de maior importância da região, que se preocupam com a demanda estabelecida pelos empresários, suprimindo a carência de mão de obra necessária através de cursos específicos.

FD: Formação Profissional: O discurso do Sistema S e das Escolas Profissionalizantes da Região	
Entrevistados	Depoimentos (ED)
E2	Por qualificação nós acreditamos ser a espinha dorsal para a inserção no mercado de trabalho, ela vai ser alicerçada exatamente com diversas competências, visto que nós trabalhamos exatamente com esse pensamento da competência, a competência é construída com bases teóricas, ela é construída com o conhecimento que está atrelado a esse, que nós chamamos de “Chá da competência”, que o SENAC já vem trabalhando há alguns anos que é o <i>conhecimento, habilidades e atitudes</i> , então essa competência que nós buscamos do profissional, é o que vai diante do curso, diante da questão dos estágios que estão surgindo de alguns cursos que nós oferecemos para alicerçar exatamente essa perspectiva de entrada e permanência no mercado de trabalho e aí, nós buscamos que os alunos saiam daqui com a consciência de inserção, que ele está preparado para ser inserido nesse mercado de trabalho, mais acima de tudo, que ele também saia com aquele pensamento que permanecer nesse mercado de trabalho, não é somente a qualificação que vai proporcionar isso, mais sim, a formação continuada, a educação continuada, aí ele tem que buscar a todo tempo, passa a ter a responsabilidade dele e, não exclusiva da empresa para a formação continuada.
E3	(...) todo o empreendimento ele vai demandar ocupações de aplicação universal, isso não resta dúvida, agora o que me preocupa são as especificidades de cada empreendimento desse e o nível de profissionalização e de formação que ele demanda em algumas situações muito específicas, infelizmente, nós vamos ter que aprender com os próprios empreendimentos e com o passar do tempo, nós teremos condições de formar de maneira mais aderente, ter uma oferta de mão de obra pra essas demandas mais específicas, eu acho que isso daí vai levar certo tempo para acontecer, no máximo um gape de 10 anos, mas em linhas gerais, o que deve ser feito nesse momento é investir nessas qualificações plenamente aproveitáveis conforme cada fase dessas.
E7	Hoje além de ter cursos profissionalizantes tanto aqui, como na prefeitura do município, agente tem vagas de cursos também, eu acho que investimento na educação de forma que os jovens do município entrem numa faculdade, num curso técnico, então esse investimento eu vejo hoje.

Cabe lembrar, segundo Deffune & Depresbiteris (2002, p. 61) que a idéia de competência não é um conceito novo, mais que se tornou um campo bastante explorado nos tempos da globalização econômica em todas as partes do mundo:

A idéia de competência surgiu inicialmente na Alemanha, por volta dos anos 70. As competências diziam respeito aos conhecimentos, habilidades e atitudes do campo profissional do futuro trabalhador; depois a educação geral incorporou essa idéia ao seu processo pedagógico. Assim, ambas, educação geral e educação profissional, partiam de competências definidas por um conjunto de representantes da sociedade, empresários, sindicatos e educadores, o que ainda hoje acontece.

Outro conceito também pode estar atrelado aos discursos colocados pelas instituições de ensino profissional ora elencado, que para as autoras (idem, p. 91) é no contexto atual interessante ser analisado, o conceito de *trabalhabilidade*, “definida como o conjunto de competências e capacidades que são desenvolvidas, tornando o profissional apto para o desempenho de atividades com ou sem vínculo empregatício”.

Nesse cenário a fala do entrevistado E2 - nesta FD - se mostra bastante atento a expectativa do mercado, quando se coloca que a Instituição na qual faz parte promove o chamado “Chá das Competências” onde ocorre para ele um conjunto de atitudes a serem desenvolvidas que se o aluno conseguir desenvolver se tornará de fato um excelente “produto” para o mercado, pois, atenderá as demandas ora estabelecidas pelas empresas.

Deffune & Depresbiteris (2002, p. 100), colocam que “a educação profissional não resolve o problema do desemprego nem gera trabalho por si mesma. Esse é o papel das políticas públicas de trabalho e renda, dentro de uma perspectiva de crescimento econômico, no qual a educação profissional deve estar articulada”. Logo, é relevante levar em consideração segundo Kovács (2002, p. 155) a demanda empresarial para tal argumento:

Numa economia onde as forças podem funcionar livremente, as empresas tendem a assumir claramente o seu objectivo, que é produzir lucro para ser competitiva. É este que se torna o principal critério que dita a utilização dos recursos humanos, quer em termos quantitativos quer em termos qualitativos. Criam empregos, dá-se formação, mudam-se as formas de organização do trabalho e os métodos da gestão, desde que a empresa se torne competitiva face aos seus concorrentes.

A utilização do mérito individual como foi colocado nos discursos, afirma Oliveira (2005, p. 72) representa um papel bastante importante nesse novo contexto que o jovem deve estar inserido como já foi dito anteriormente:

A utilização do mérito individual para explicação das diferenças sociais legitima o sistema capitalista – e reforça, por parte do empresariado, as argumentações, segundo as quais o mercado é o espaço próprio para a realização individual. Afinal, para o neoliberalismo, os indivíduos, a partir de seus méritos, são os responsáveis pela sua realização pessoal.

A partir dos discursos E3 e E7, percebemos que há uma preocupação na formação imediata para as vagas que estão surgindo, logo, nesse aspecto, o que ocorre é uma concentração de tempo e de recursos em cursos que atendam essa demanda, mas que na realidade não houve uma preparação prévia para atender nascente e crescente demanda da região estudada. Nesse sentido, Oliveira (2005, p. 100) coloca que o conhecimento considerado válido é somente aquele que tenha uma utilidade econômica.

Por fim, acerca da educação básica e da educação profissional com relação à preocupação com a questão econômica, Ferretti, Silva Jr & Oliveira (1999, p. 160) nos fazem a seguinte constatação:

(...) No âmbito da vida social, a educação (inclusive a escolar) mesmo que não se proponha explicitamente a formação para o trabalho, traz valiosas contribuições para várias dimensões da vida, inclusive a dimensão econômica. Independentemente dos fins a que a educação se proponha uma dada sociedade (e particularmente a educação escolar), os indivíduos educados que resultam de diversas ações educativas (realizadas pela família, pela igreja, pela escola, etc.) vão se inserir, de alguma forma, na vida econômica e aí exercerão as capacidades desenvolvidas através dessas ações, seja na esfera da produção (nas suas mais variadas formas) ou na da circulação. É inquestionável, desse ponto de vista, que a educação contribui para a vida econômica.

Percebemos que através da educação o homem se torna sujeito ativo ou passivo na sociedade, porém, o papel da educação precisa ser resgatado em sua plenitude, pois não pode e não deve ser reduzido apenas aos interesses econômicos de determinados grupos ligados ao capital que pretendem a todo custo retomar valores de outrora – como a teoria do capital humano – e, com isso, relegando a educação ao mero papel de fornecedora de mão de obra “qualificada” apenas para o exercício e ocupação de determinadas vagas no mercado de

trabalho retirando do homem a consciência crítica e o poder de escolha que são instituídos pela condição humana.

3.3 Resultados e discussão da abordagem quantitativa e qualitativa – triangulação de métodos

Acerca da concepção de variável em pesquisa Richardson (2008, p. 65) nos coloca que “essas variáveis deverão ser isoladas para serem conceptualizadas e operacionalizadas”. Para uma melhor compreensão dos dados obtidos ao longo dessa pesquisa, organizamos a triangulação em quadros comparativos com os dados obtidos a partir dos questionários aplicados aos alunos e das entrevistas realizadas com as autoridades ligadas a educação tanto a nível local quanto a nível estadual:

1. Triangulação da Caracterização dos Grupos;
2. Triangulação da análise feita acerca das Políticas Públicas para a Educação e o Trabalho;
3. Triangulação acerca da Educação Profissional x Educação Acadêmica;
4. Triangulação acerca da concepção de qualificação profissional e o mercado de trabalho;
5. Triangulação das concepções de Formação Profissional e do Sistema S.

3.3.1 Triangulação da Caracterização dos Grupos

Quadro I

FONTES	QUESTIONÁRIOS	ENTREVISTAS
Resultados Obtidos		
Gênero	A maioria é do sexo feminino	A maioria é do sexo masculino
Faixa Etária	De 16 a 22 anos	34 a 69 anos
Formação	Alunos concluintes do 3º ano do Ensino Médio (Escola Pública – Rede Estadual de Ensino)	Graduados, Especialistas, Mestres e Doutores.

A partir dos dados apresentados, percebemos que no caso dos estudantes, ocorre uma predominância do sexo feminino entre os alunos, o que representa um reflexo do quantitativo da distribuição populacional apresentada pelo censo brasileiro realizado em 2010, onde temos na cidade de Ipojuca nas faixas etárias entre 15 e 19 anos – 4.246 homens e 4.177 mulheres – e entre 20 e 24 anos – 4.016 homens e 4.152 mulheres¹³. Totalizando um quantitativo do sexo masculino 8.262 e do sexo feminino 8.329. Logo, podemos afirmar que há uma supremacia feminina na região, também confirmada nessa pesquisa.

Já na questão dos entrevistados houve uma maioria de homens com uma escolaridade cada vez maior e ocupando cargos de gestão e, essa escolaridade constatamos que aumenta à medida que a idade dos entrevistados também cresce, além da exigência do posto de trabalho que essas pessoas ocupam.

3.3.2 Triangulação da análise feita acerca das políticas públicas para a educação e o trabalho

Quadro II

FONTES	QUESTIONÁRIOS	ENTREVISTAS
Resultados Obtidos	Os estudantes afirmaram que o governo do estado de Pernambuco deve cada vez mais investir numa Educação Integrada unindo os aspectos acadêmicos com os aspectos profissionais. Afirmam ainda que o aumento do número das escolas técnicas é um elemento bastante positivo para uma melhor preparação para o ingresso e permanência no mercado de trabalho.	Os gestores entrevistados acreditam que o governo do estado está efetivando políticas públicas de educação que visam suprir a demanda gerada pelo crescimento econômico da região de Suape e de todo o estado com a ampliação e regionalização das escolas técnicas, pois essa ação fará com que se consiga obter uma melhor preparação para os estudantes das escolas públicas do estado.

Em relação à análise feita sobre as políticas públicas implantadas pelo atual governo do estado de Pernambuco para a educação profissional, tanto os estudantes quanto os gestores ligadas à educação, houve um consenso quanto ao investimento que vem sendo feito na

¹³ Fonte: http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=26&uf=26#topo_piramide (acesso em: 27/11/2012).

educação profissional – com a construção de várias Escolas Técnicas -, considerando que este é muito positivo; porém, os estudantes nos apontam que muito ainda precisa ser feito, pois se de fato a educação não for valorizada e ampliada para atender as demandas que estão surgindo no mercado pernambucano – especialmente na região de Suape – com políticas públicas que favorecem e supram esse déficit profissional muitos postos de trabalho permanecerão ociosos como estão até o momento presente, logo, é preciso dar uma maior atenção a esses fatores apontados: qualificação/profissionalização (OLIVEIRA, 2003).

3.3.3 Triangulação acerca do paralelo educação profissional x educação acadêmica

Quadro III

FONTES	QUESTIONÁRIOS	ENTREVISTAS
Resultados Obtidos	Foi constatado nas respostas obtidas que a maioria dos alunos não acredita que a escola os prepara para o ingresso no mercado de trabalho.	Os discursos elencados pelos entrevistados nos apontam que há uma preocupação dos governos em investir na educação profissional por meio de cursos profissionalizantes e programas, o que legitima aquilo apontado pelos estudantes quanto ao despreparo que sentem em relação à disputa por uma vaga no mercado de trabalho.

A questão da escola e ao papel que ocupa tanto na preparação para a vida, quanto na preparação para o mercado de trabalho ainda é bastante discutida, pois, vários papéis a escola são delegados, ora em determinados momentos assumindo uma posição ou outra. Porém, na pesquisa desenvolvida, constatamos tanto por parte dos estudantes quanto por parte dos gestores, quanto ao desenvolvimento que o estado de Pernambuco vem passando nos últimos anos desde a criação (1970) e ampliação (a partir da década de 1990) do Complexo Industrial de Suape, pois ambos colocaram que de fato a escola não lhes oferece a preparação necessária para o ingresso e ocupação de postos de trabalho, necessitando assim, muitas vezes da busca por cursos profissionalizantes (SAMPAIO, 2010; SILVA, 1999). Os gestores entrevistados destacam ainda, que investimentos vêm sendo feitos, mas que ainda não são suficientes.

3.3.4 Triangulação das concepções de qualificação profissional e o mercado de trabalho.

Quadro IV

FONTES	QUESTIONÁRIOS	ENTREVISTAS
Resultados Obtidos	Os alunos afirmaram que a qualificação profissional é um elemento primordial para o ingresso e permanência no mercado de trabalho – especialmente na região do Complexo Industrial de Suape/PE.	Os entrevistados enfatizaram a importância de uma busca cada vez maior por escolarização e qualificação profissional por meio dos jovens, pois as exigências do mercado de trabalho atualmente visam além da experiência, à escolarização e a qualificação, logo essa busca precisa e deve ser prioridade para uma bem sucedida carreira profissional.

A qualificação profissional foi um elemento muito importante utilizado tanto pelos estudantes, quanto pelos gestores entrevistados. Pois, consideraram que atualmente a visão do mercado requer profissionais cada vez mais preparados e que possuam um diferencial, e esse diferencial se constitui na aquisição de um curso profissionalizante, se tornando uma busca individual para uma melhor preparação e inserção no mercado de trabalho (SAMPAIO, 2010; KOVÁCS, 2002).

3.3.5 Triangulação das concepções de Formação Profissional e do Sistema S

Quadro V

FONTES	QUESTIONÁRIOS	ENTREVISTAS
Resultados Obtidos	Em relação à formação e/ou qualificação profissional a maioria dos estudantes destacaram a importância de fazer cursos técnicos; inclusive muitos deles já fizeram cursos profissionalizantes - e outros ainda pretendem fazer. Acreditam assim, que os cursos profissionalizantes podem aumentar à possibilidade de acesso às vagas que estão surgindo no mercado.	Houve um consenso entre os entrevistados quanto à importância e valorização de cursos profissionalizantes não apenas em Pernambuco, mas também em todo o país. Destacaram ainda a importância do programa do Governo Federal o PRONATEC, além das parcerias feitas pelos governos com as Escolas Profissionalizantes do Sistema S, o que eleva as oportunidades dos jovens de obterem uma formação profissional.

Com a importância destacada de que um curso profissionalizante de fato é importante para que sejam atendidas as novas exigências do mercado de trabalho, tanto os estudantes quanto os gestores afirmaram que a ampliação da oferta desses cursos devem ser estimuladas, e o pontapé inicial foi dado através do Governo Federal que instituiu um Programa de Governo chamado PRONATEC, que oferece parcerias com empresas privadas para atender a demanda desses jovens de camadas populares oriundos das escolas públicas para que os mesmos consigam adquirir essa qualificação e a partir obter mais oportunidades para concorrer no mercado de trabalho (DEFFUNE & DEPRESBITERES, 2002; OLIVEIRA, 2005; FERRETTI, SILVA JR. & OLIVEIRA, 1999).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa aqui desenvolvida surgiu a partir da observação na prática docente dos alunos do ensino médio em sua série terminal nas escolas públicas, onde percebemos que havia preocupação latente entre eles acerca de que caminho iria seguir por considerarem a escola não um fim promissor onde conseguissem seguir adiante com êxito e várias certezas.

Nesse sentido surgiram várias inquietações tais como: Por que a escola não os prepara para o trabalho? Por que a escola não os prepara para a vida? Por que muitos alunos precisam abandonar a escola para trabalhar? Por que muitas vezes um curso técnico é mais promissor que a escola? Ou ainda por que a escola não lhes dá certezas e não apenas dúvidas sobre o que os espera mais adiante especialmente nas escolas públicas?

Dessas inquietações surgiu o objeto de estudo dessa pesquisa onde procuramos compreender a relação estabelecida pelos jovens-alunos entre a educação básica na rede pública estadual e a formação profissionalizante especialmente no estado de Pernambuco, onde no presente momento vivenciamos a recente expansão sofrida pelo Complexo Industrial de Suape – com um avanço econômico e a instalação cada vez mais crescente de empresas nacionais e multinacionais.

Esses jovens representam hoje uma mão-de-obra muito interessante e primordial de acordo com as políticas de governo relacionadas à educação, que visam de acordo com o discurso oficial a partir da ampliação da rede de escolas técnicas estaduais e da introdução do ensino integral, qualificá-los e com isso atender a demanda cada vez mais crescente na região, não apenas de Suape, mas também acompanhar o desenvolvimento econômico que o estado de Pernambuco hoje tanto se destaca, no cenário nacional e internacional.

Procuramos ainda, levantar os reais motivos que desencadearam esse déficit de profissionais qualificados – o que foi suprimida de imediato com a importação de profissionais tanto a nível nacional quanto a nível internacional – procurando perceber ainda, quais são as medidas emergenciais que as autoridades ligadas à educação em Pernambuco estão desenvolvendo para atrair esses jovens para esses postos de trabalho, com o uso da modernização, além da qualificação na área das novas tecnologias de mercado que as profissões ligadas a essas empresas fazem uso na região de Suape.

Fizemos nossa pesquisa de campo a partir de elementos qualitativos (Entrevistas com autoridades locais e regionais ligadas a educação) e quantitativos (questionários aplicados com alunos de escolas públicas daquela região), onde procuramos a partir dos dados coletados confirmar as hipóteses tecidas anteriormente na elaboração do projeto de pesquisa quanto à qualificação e ingresso no mercado de trabalho, além das aspirações desses jovens quanto ao mercado de trabalho na região de Suape e em todo o estado.

Na análise dos dados coletados foram identificadas contundentes questões relativas ao novo perfil de formação do trabalhador, as novas exigências do mercado de trabalho e as Políticas Públicas que vem sendo implantadas no Brasil desde a década de 1990 até o momento atual, além das ações desenvolvidas pelo governo do estado de Pernambuco – nessa primeira década dos anos 2000 - no sentido de suprimir esse déficit de mão-de-obra vivenciada naquela região.

Podemos a partir da pesquisa, chegar às seguintes considerações: a maioria dos estudantes pesquisados era do gênero feminino o que evidencia não só a realidade das escolas pesquisadas, mas também de todo o país; que a idade mínima encontrada foi de 16 anos e a máxima foi de 22 anos, margem considerada desde o projeto de pesquisa que delimitava a faixa etária a ser utilizada entre 16 e 24 anos.

Concluimos ainda que a maioria desses estudantes não tem credibilidade na escola quanto à preparação para o trabalho, por que acreditam que no Brasil ocorre uma falta de investimento em larga escala na educação por parte de nossos governantes, o que gera uma escola ineficiente e com várias necessidades tão conhecidas por eles, porém dificilmente sanadas. Logo, nesse sentido, afirmaram que gostariam de fazer um curso profissionalizante, pois só assim se sentiriam em condições de ocuparem um posto de trabalho tanto em Suape/PE, quanto em qualquer outro seguimento no mercado de trabalho, pois almejam uma remuneração bastante significativa, mas, para isso reconhecem, é preciso não apenas ter apenas competência, mais um investimento na formação continuada, fator atualmente vital para se obter qualificação profissional e competitividade no mercado, e isso bem sabemos que é hoje, algo que muitas vezes precisa ser assumido com recursos próprios, pois as políticas de governo – como o Pronatec – ainda são insuficientes para atender tal demanda.

Nesse sentido, esses jovens acreditam que sem um curso profissionalizante específico não é possível ingressar e muito menos permanecer no mercado de trabalho na região de Suape, logo, para eles é preciso que seja feita uma reforma educacional de maneira urgente,

onde seja instituído o ensino médio integrado – que uniria o ensino básico e o ensino profissionalizante. Acreditam ainda que esse déficit de mão de obra especializada em Pernambuco pode ser dirimido com o aumento do número de escolas técnicas estaduais – fator extremamente explorado pelo governo do estado de Pernambuco, que vem promovendo essa expansão, mesmo que ainda a passos lentos – e, que infelizmente nossos governantes não apresentam uma real preocupação com a formação dessa mão de obra especializada/qualificada.

Colocam ainda esses estudantes que, o aumento do número de escolas técnicas é importante, porém, não irá resolver o problema da qualificação profissional para essa região, e que só consegue ocupar postos de alta rentabilidade pessoas com tempo e recursos disponíveis para tal fim, que não é o caso da maioria desses alunos filhos da classe trabalhadora, que muitas vezes precisam abandonar os estudos para ajudar na renda familiar, e quando isso não ocorre, concluem apenas o ensino médio e se lançam no mercado de trabalho sem preparação alguma, pois não possuem recursos financeiros próprios para tal formação.

Então, baseados nessas colocações, concluíram que de fato qualificação é tudo na hora do ingresso no mercado de trabalho e que a escola pública precisa de alguns ajustes para se adequar a nova realidade sócio-econômica na qual Pernambuco, o Brasil e o mundo está vivenciando na era da economia globalizada.

Quanto aos entrevistados – gestores e secretários de estado e autoridades ligadas à educação – , outra realidade mostrou-se ainda latente, que é a de que mesmo com todas as políticas de igualdade de gênero no Brasil, os postos de Gerência ainda são de domínio essencialmente masculino. A faixa etária dos entrevistados foi entre 34 e 69 anos, tendo como tempo de formação entre 12 e 49 anos, além de tempo de ocupação na respectiva função entre 1 e 9 anos.

Nesses depoimentos percebemos que há uma supervalorização da qualificação profissional a partir de cursos profissionalizantes e de programas de governo para tal fim como o Pronatec criado recentemente pelo governo federal que atua em Pernambuco tanto nas esferas públicas em parceria com o governo do estado, bem como em parceria com instituições privadas como o sistema S – no caso de nossa pesquisa Senai e Senac - na busca pela qualificação de jovens e adultos em condições de ingresso no mercado de trabalho.

Nos resultados obtidos a partir dos depoimentos concluímos ainda que, houve uma crítica contundente ao ensino público descontextualizado, pois para os jovens na visão dos

entrevistados, torna-se monótono, sem atrativo algum, sendo valorizado para tal fim o uso das novas tecnologias. Outro destaque nas falas elencadas foi o novo perfil de profissional requerido pelo mercado baseado nas *competências e habilidades* que devem ser adquiridas por meio do conhecimento – mas que na realidade é uma característica individual, ou seja, nesse sentido, cabe a cada um buscar se especializar, pois a escola não pode e não deve cumpri-la de forma coletiva, dando a todos igual oportunidade de concorrer no mercado de trabalho – é o retorno ao individualismo tão presente no liberalismo e que retorna com força total na era do neoliberalismo, momento que vivenciamos hoje.

A partir da pesquisa realizada percebemos ainda que vivemos de fato, cada vez mais um retorno às práticas educacionais baseadas na teoria do capital humano, mas que essa recebeu uma nova roupagem moldada pela globalização a partir dos anos 90, onde constatamos que a educação nunca esteve tão ligada à economia como nesse momento, não tendo especialmente em Pernambuco, como se dissociar, pois para conseguir atender a necessidade do Complexo Industrial de Suape verificou-se nessa pesquisa, que é preciso se especializar; mas, como fazê-lo em um ensino ultrapassado e conteudista como o desenvolvido nas escolas da rede estadual de ensino? A qualificação tão desejada se restringe apenas a algumas escolas técnicas espalhadas em áreas específicas, e, que não suportam a demanda que Pernambuco está vivenciando nesse momento.

Logo, diante desses fatos, podemos concluir que enquanto um investimento sério e amplo não for estabelecido para a educação de uma maneira geral, partindo da base – educação infantil, ensino fundamental e ensino superior –, sentiremos os efeitos dessa falta de qualificação, tendo que continuar buscando mão-de-obra em outros estados ou até mesmo em outros países como vem ocorrendo, demonstrando assim a ineficiência das políticas públicas do governo do estado e do governo federal para tal fim; o que faz com que ainda permaneçamos em posições desanimadoras no ranking mundial em relação à educação para um país com dimensões continentais, com uma economia cada vez mais promissora, mas que não faz a “lição de casa” que é priorizar a educação.

Contudo, quando isso ocorrer, de fato, mostraremos ao mundo a força da nação brasileira, pois, uma nação não se faz apenas com acúmulo de dinheiro, mais com a qualidade de vida dada aos seus cidadãos e, isso só é possível, reforçamos com uma educação de qualidade que atenda não apenas os interesses individuais, mas os interesses do avanço que o país exige para fazer jus a seu crescimento.

Nessa pesquisa nos deparamos ainda, com alguns limites que trouxeram dificuldades para a sua concretização, como a questão do vestibular em Pernambuco - bem como em todo o Brasil – ocorrer ao final de cada ano letivo, e ter sido justamente nesse período que realizamos a aplicação dos questionários nas escolas escolhidas para essa investigação, o que ocasionou a ida em vários momentos às mesmas escolas para que pudéssemos ter uma amostra significativa de estudantes na realização das análises, além da disponibilidade de tempo oferecida para as entrevistas no caso de alguns gestores, pois estes se trataram em sua maioria de secretários municipais de educação e secretários de estado, tendo desse modo dificultado o acesso a alguns deles, porém, conseguimos realizar as referidas entrevistas com êxito. Contudo, acreditamos que essa pesquisa cumpriu com o seu objetivo de analisar a concepção dos alunos e dos gestores do estado de Pernambuco acerca da educação profissionalizante na formação para o ingresso e permanência no mercado de trabalho.

Acreditamos ainda, que o resultado dessa pesquisa forneça subsídios para que os gestores e profissionais ligados à educação possam elaborar políticas públicas e passem a planejar novas ações educativas que contribuíssem para uma educação de qualidade que una elementos acadêmicos e elementos ligados as práticas profissionais dentro das escolas públicas do estado de Pernambuco, nesse sentido, minimizando os impactos da falta de preparação e qualificação para ocupação de postos de trabalho, não apenas na região de Suape/PE, mas também em território pernambucano. Que se constitua ainda, uma política de estado que priorize as minorias sociais advindas das camadas populares que são o público pertencente a essas escolas.

Por fim, acreditamos que essa investigação nos proporcionou conhecer e analisar as concepções dos alunos e dos gestores acerca da qualificação profissional, além das políticas de governo para a educação profissionalizante, o que nos possibilitou (re)conhecer como está ocorrendo um investimento significativo desse governo a nível estadual para com a educação, – pois numa das falas dos gestores entrevistados (E5) percebemos que há inúmeras metas estabelecidas quanto a construção de Escolas Técnicas a curto, médio e longo prazo - o que permite aos novos estudantes terem uma visão de futuro profissional muito melhor do que aqueles que hoje fazem parte das escolas rede pública estadual de Pernambuco.

Percebemos ainda que muitos investimentos estão sendo feitos para a preparação desses jovens – como entrega material didático, de tabletes aos estudantes do 2º e 3º ano do ensino médio, além do programa ganhe o mundo com o intercambio de estudantes para

diversos países do mundo - e que muito ainda há de ser feito para que de fato possamos ter uma educação pública e gratuita de qualidade, porém, cabe ressaltar que o resultado não ocorre de forma instantânea, mas que aos poucos a partir dessa priorização da educação é que seus resultados serão sentidos e reconhecidos por toda a população em geral.

A partir desta análise, podemos perceber que esforços estão sendo feitos, à passos lentos, por vários setores da sociedade – governos, sindicatos, empresários e profissionais ligados à educação – no sentido de promover uma educação mais ampla que atenda de fato os anseios da população, que não são apenas econômicos como a maioria das políticas de governo se refere, mas que também exigem uma maior preparação à vida – com dignidade e qualidade sócio-econômica – e, o trabalho se constitui num instrumento muito peculiar, pois pode constituir a condição necessária para a melhoria de vida das pessoas envolvidas nesse processo de formação/qualificação.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, Almerindo Janela (2001). **A Redefinição do papel do estado e as políticas educativas.** in revista **sociologia, problemas e práticas.** n° 37, PP. 33-48, Portugal.
- _____. (2003) **Estado, globalização e políticas educacionais: elementos para uma agenda de investigação.** In **Revista Brasileira de Educação,** n° 22, pp. 35 a 46.
- APPLE, Michael W. (2009) **Repensando Ideologia e Currículo.** In MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa & SILVA, Tomaz Tadeu da (orgs.). **Currículo, Cultura e Sociedade.** 11. ed. São Paulo: Cortez.
- ARROYO, Miguel G. (1999). **As relações sociais na escola e a formação do trabalhador.** In FERRETTI, Celso João; SILVA JÚNIOR, João dos Reis & OLIVEIRA, Maria Rita N. Sales. **Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escola?** São Paulo: Xamã.
- _____. (2002). **O direito do trabalhador à educação.** In GOMES, Carlos Minayo... [ET AL]. **Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador.** São Paulo: Cortez.
- ARRUDA, Maria da Conceição Calmon. (s.d.). **Qualificação Versus Competência.** (Disponível em: <http://www.senac.br/INFORMATIVO/BTS/262/boltec262b.htm>).
- BENTO, Maria Alice Barauce. (2008). **O currículo do ensino médio integrado à educação profissional: uma reflexão necessária.** Curitiba. (Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/986-2.pdf>).
- BALL, Stephen J. & MAINARDES, Jefferson (orgs). (2011). **Políticas Educacionais: questões e dilemas.** São Paulo: Cortez.
- BRAGA, Hudson Eloy. (2009). **A Educação Profissional e a inserção de jovens no trabalho: o caso do curso técnico em Informática do Centro de Educação Profissional – CEP.** 177f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Brasília: Brasília.
- BRASIL, Ministério da Educação do. (2000). **Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Médio).** (Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>).
- _____. (1996). **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9.394/96.** Brasília: MEC. (Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm).
- _____. (1997). **Decreto N° 2.208,** de 17 de abril de 1997. (Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm).

_____. (2004). **Decreto N° 5.154**, de 23 de julho de 2004. (Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm).

_____. (2011). **Lei N° 12.513**, de 26 de outubro de 2011. (Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12513.htm#art18).

CANDAU, Vera Maria (org.). (2002). **Didática, Currículo e Saberes Escolares**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino & MUTTI, Regina. (2006). **Pesquisa Qualitativa: Análise de Discurso versus Análise de Conteúdo**. Texto Contexto Enferm, Florianópolis, Out-Dez; 15(4): 679-84. (Fonte: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v15n4/v15n4a17>).

CARNEVALLI, José Antonio & MIGUEL, Paulo Augusto Cauchick. (s.d.). **Desenvolvimento da Pesquisa de Campo, Amostra e Questionário para a realização de um estudo tipo survey sobre a aplicação do QFD no Brasil**. (http://www.etecagricoladeiguape.com.br/projetousp/Biblioteca/ENEGEP2001_TR21_0672.pdf).

CAVALCANTE, Francisco. **O que é Amostragem? (Parte I)**. (s.d.). Cavalcante & Associados.

CHIZZOTTI, Antonio. (2003). **A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios**. in: **Revista Portuguesa de Educação**, 16 (2), pp. 221-236.

CIASCA, Maria Isabel Figueiras & SANTIAGO, Silvany Bastos. (2008). **As Reformas Curriculares do Ensino Médio no Brasil**. In: MORAES, Silvia Elizabeth (org.). **Currículo e formação docente: um diálogo interdisciplinar**. Campinas, SP: Mercado das Letras.

CIAVATTA, Maria. (2010). **A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade**. In FRIGOTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria & RAMOS, Marise. **Ensino Médio Integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez.

CORRÊA, Vera. (2010). **As relações sociais na escola e a produção da existência do professor**. In FRIGOTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria & RAMOS, Marise. **Ensino Médio Integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez.

COSTA, Edmilson. (2008). **A Globalização e o Capitalismo Contemporâneo**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular. (Coleção Debates & Perspectivas).

DEFFUNE, Deise & DEPRESBITERIS, Léa. (2002). **Competências, habilidades e currículos de educação profissional: crônicas e reflexões**. São Paulo: Editora SENAC.

DELUIZ, Neise. (s.d.). **A globalização econômica e os desafios à formação profissional**. (Disponível em: <http://www.senac.br/informativo/bts/222/boltec222b.htm>).

DIAS, Deise de Souza. (2000). **Jovem aluno trabalhador do ensino médio: a articulação entre trabalho e educação.** 175 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais: Belo Horizonte.

FERRARO, Alceu Ravanello e RIBEIRO, Marlene. (1999). **Movimentos sociais: revolução e reação.** Pelotas/RS: Educat.

FERRAZ, Roberto. (2006). **Ensino Médio e preparação da juventude para o mercado de trabalho: contradições (aspirações e expectativas profissionais de alunos concluintes do ensino médio da rede pública estadual).** 174 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo.

FERREIRA, José Maria Carvalho. (2002). **Trabalho e sindicalismo no contexto da globalização.** In SCHERER-WARREN, Ilse & FERREIRA, José Maria Carvalho (orgs.). **Transformações e dilemas da globalização: um diálogo Brasil/Portugal.** São Paulo: Cortez.

FERRETTI, Celso João. (1993). **Modernização tecnológica, qualificação profissional e sistema público de ensino.** São Paulo em Perspectiva, 7 (1): 84-91, janeiro/março 1993. (Disponível em: https://www.seade.gov.br/produtos/spp/v07n01/v07n01_11.pdf).

_____. (1997). **Formação profissional e reforma do ensino técnico no Brasil: Anos 90.** In Educação e Sociedade, ano XVIII, nº 59, agosto/97. (Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v18n59/18n59a01.pdf>).

FERRETTI, Celso João, SILVA JR., João dos Reis & OLIVEIRA, Maria Rita N. S. (orgs.). (1999). **Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escola?** São Paulo: Xamã.

FERRETTI, Celso João. (2004). **Considerações sobre a apropriação das noções de qualificação profissional pelos estudos a respeito das relações entre trabalho e educação.** In Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 87, p. 401-422, maio/ago. 2004. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

_____. (2005). **Empresários, Trabalhadores e Educadores: Diferentes olhares sobre as relações trabalho e educação no Brasil nos anos recentes.** In LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Demerval & SANFELICE, José Luís. **Capitalismo, Trabalho e Educação.** 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados.

FRIGOTTO, Gaudêncio. (1994). **As mudanças tecnológicas e a educação da classe trabalhadora: politécnica, polivalência ou qualificação profissional.** In: Trabalho e Educação. 2. ed. São Paulo: Papirus. (Coletânea C.B.E.).

_____. (2005). **Estruturas e sujeitos e os fundamentos da relação trabalho e educação.** In LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Demerval & SANFELICE, José Luís. **Capitalismo, Trabalho e Educação.** 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados.

_____. (2007). **“A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica”**. In: Revista Educação & Sociedade, vol. 28, nº 100, Campinas, Oct. 2007. (Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2328100.pdf>).

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria & RAMOS, Marise. (2010). **A gênese do decreto n. 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita**. In FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria & RAMOS, Marise. **Ensino Médio Integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez.

FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). (2011). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes. (Coleção Estudos Culturais em Educação).

GENTILI, Pablo. (2005). **Três teses sobre a relação trabalho e educação em tempos neoliberais**. In LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Demerval & SANFELICE, José Luís. **Capitalismo, Trabalho e Educação**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados.

GIDDENS, Anthony. (2000). **Mundo em descontrole**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Record.

GIL, Antonio Carlos. (2010). **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas.

GÍLIO, Ismael. (2000). **Trabalho e educação: Formação profissional e mercado de trabalho**. São Paulo: Nobel.

GOMES, Carlos Minayo. (2002). **Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador**. São Paulo: Cortez.

GONZAGA, Amarildo Menezes. (2006). **A Pesquisa em Educação: um desenho metodológico centrado na abordagem Qualitativa**. In **Pesquisa em Educação – Alternativas investigativas com objetos complexos**. São Paulo: Edições Loyola.

GRABOWSKI, Gabriel. (2010). **Financiamento da educação profissional no Brasil: contradições e desafios**. 222 f. Tese de Doutorado em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre.

GÜNTHER, Hartmut. (2006). **Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão?** In: Scielo Brasil. Brasília: May/Aug.

HADDAD, Fernando. (2005). **Educação para induzir e democratizar o conhecimento científico**. In **Inclusão Social**, vol. 1, nº 1.

KOVÁCS, Ilona. (2002). **Qualificações e ensino/formação na era da globalização**. In SCHERER-WARREN, Ilse & FERREIRA, José Maria Carvalho (orgs.). **Transformações e dilemas da globalização: um diálogo Brasil/Portugal**. São Paulo: Cortez.

KUENZER, Acácia Zenaide. (1999). **A reforma do ensino técnico no Brasil e suas consequências**. In FERRETTI, Celso João; SILVA JÚNIOR, João dos Reis & OLIVEIRA, Maria Rita N. Sales. **Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escola?** São Paulo: Xamã.

_____. (2000). **O ensino médio agora é para a vida: entre o pretendido, o dito e o feito**. In: Revista Educação & Sociedade, vol. 21, nº 70. Campinas, Apr. 2000(Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v21n70/a03v2170.pdf>).

_____. (2001). **Ensino médio e profissional: as políticas do estado neoliberal**. São Paulo: Cortez.

_____. (2005). **Exclusão incluyente e inclusão excludente: A nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho**. In LOMBARDI, José Claudinei, SAVIANI, Demerval & SANFELICE, José Luís (orgs.). **Capitalismo, Trabalho e Educação**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, HISTEDBR. (Coleção Educação Contemporânea).

_____. (org.). (2009). **Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. 6. ed. São Paulo: Cortez.

LIBÂNIO, José Carlos. (2006). **Sistema de ensino, escola, sala de aula: onde se produz a qualidade das aprendizagens?** In LOPES, Alice Cassimiro & MACEDO, Elizabeth (organizadoras). **Políticas de Currículo em Múltiplos Contextos**. São Paulo: Cortez.

LIMA, João Policarpo R., SICSÚ, Abrahan Benzaquem & PADILHA, Maria Fernanda F. G. (2007). **Economia de Pernambuco: Transformações recentes e perspectivas no contexto regional globalizado**. In Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 38, nº 4, out-dez. 2007.

LOPES, Alice Cassimiro & MACEDO, Elizabeth. (2006). **Pensamento e política curricular – entrevista com Willian Pinar**. In LOPES, Alice Cassimiro & MACEDO, Elizabeth (organizadoras). **Políticas de Currículo em Múltiplos Contextos**. São Paulo: Cortez.

LLOMOVATTE, Sílvia. (1999). **A reforma educacional na Argentina: o vínculo educação-trabalho**. In FERRETTI, Celso João; SILVA JÚNIOR, João dos Reis & OLIVEIRA, Maria Rita N. Sales. **Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escola?** São Paulo: Xamã.

LOPES, Alice Ribeiro Cassimiro. (2008). **Políticas de integração curricular**. Rio de Janeiro: EdUERJ.

LÚCIO, Clemente Ganz & SOCHACZEWSKI, Suzanna. (1998). **Experiência de elaboração negociada de uma política de formação profissional**. In: Educação & Sociedade, ano XIX, nº 64. Cedes. Campinas, São Paulo, Setembro/1998.

MACEDO, Laura Christina & Outras. (2008). **Análise do Discurso: Uma reflexão para pesquisar em saúde.** In Interface: Comunicação, saúde e educação. v. 12 n. 26, p. 649-57, jul/set. 2008. (<http://www.scielo.br/pdf/icse/v12n26/a15.pdf>).

MACEDO, Roberto Sidnei. (2001). **Currículo: Campo, conceito e pesquisa.** 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. (1994). **Mudanças tecnológicas e a educação da classe trabalhadora.** In: **Trabalho e Educação.** 2. ed. São Paulo: Papyrus (Coletânea C.B.E.).

MAGALHÃES, Belmira & BERTOLDO, Edna (orgs.). (2005). **Trabalho, educação e formação humana.** Maceió, AL: EDUFAL/PPGE/CEDU.

MANFREDI, Silvia Maria. (2002). **Educação profissional no Brasil.** São Paulo: Cortez.

MARTINS, Marcos Francisco. (2000). **Ensino técnico e globalização: cidadania ou submissão?** Campinas, SP: Autores Associados.

MARTINS, Idalina Maria Fernandes [et al.]. (2008). **Impacte do processo de reorganização curricular do ensino básico na área das ciências físicas e naturais e na relação do professor com o trabalho curricular.** Saber (e) Educar. Porto: ESE de Paula Frassinetti. Nº 13, p. 263-273. (Disponível em: http://repositorio.esepf.pt/bitstream/handle/10000/171/SeE_13Impacte.pdf?sequence=1).

MIRANDA, Antonio Carlos. (2002). **A importância do ensino profissionalizante básico para adolescentes de baixo poder aquisitivo, diante das novas exigências do mercado de trabalho.** 2002. 205 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Campinas: Campinas, SP.

MOLL, Jaqueline e Colabores. (2010). **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios e possibilidades.** Porto Alegre: Artmed.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. (2009). **Currículo, utopia e pós-modernidade.** In MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. **Currículo: Questões Atuais.** São Paulo: Papyrus.

_____. (2011). **Currículos e programas no Brasil.** 18. ed. Campinas, SP: Papyrus.

NOSELLA, Paolo. (2002). **Trabalho e educação.** In GOMES, Carlos Minayo ... [ET AL]. **Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador.** São Paulo: Cortez.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. (2003). **Políticas Públicas para o ensino profissional: o processo de desmantelamento dos Cefets.** Campinas, SP: Papyrus.

OLIVEIRA, Ramon de. (2001). **“A divisão de tarefas na educação profissional brasileira”.** In: Caderno de Pesquisa, nº 112, São Paulo, Mar. 2001. (Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n112/16108.pdf>).

_____. (2003). **A (des)qualificação da educação profissional brasileira**. São Paulo: Cortez.

_____. (2005). **Empresariado industrial e a educação brasileira: qualificar para competir?** São Paulo: Cortez.

_____. **A Teoria do Capital Humano e a Educação Profissional Brasileira**. (Disponível em: <http://www.senac.br/BTS/271/boltec271c.htm>).

ORLANDI, E. P. (2005). **Análise do Discurso. Princípios e Procedimentos**. Campinas, SP: Pontes.

ORLOWSKI, Rosely Bittencourt. **O Currículo sob o prisma da educação profissional**. In Olhar de Professor, ano/vol. 5, número 001. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, Brasil. PP. 161-172.

PAIVA, Vanilda. **Qualificação, crise do trabalho assalariado e exclusão social**. In **A Cidadania Negada**. (Fonte: <http://168.96.200.17/ar/libros/educacion/paiva.pdf>).

PEREIRA, Maria Zuleide da Costa. (2006). **Globalização e políticas educacionais**. In COSTA, Maria Zuleide da Costa & MOURA, Arlete Pereira (orgs.). **Políticas Educacionais e (re)significações do currículo**. Campinas, SP: Editora Alínea.

RIBEIRO, Marlene. (1999). **É possível vincular educação e trabalho em uma sociedade sem trabalho?** In: Revista da UCPel. Vol. 08. Pelotas/RS: Educat, p. 05 - 28, jan./jun., 1999.

_____. (2002). **Ensino médio e educação profissional sob relações de hegemonia: terreno perdido ou construção de novas relações?**. In: Revista do centro de Educação, Ed. 2002, vol. 27, nº 01.

RICHARDSON, Roberto Jarry. (2008). **Pesquisa social – métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Editora Atlas.

ROLDÃO, Maria do Céu. (2010). **A função curricular da escola e o papel dos professores: Políticas, discurso e práticas de contextualização e diferenciação curricular**. In Nuances: estudos sobre educação. Ano XVII. v. 17 n. 18. p. 230-241, jan./dez. 2010. (Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/viewFile/767/788>).

ROMÃO, José Eustáquio. (2002). **“Educação Profissional do XXI”**. Boletim Técnico do SENAC, Rio de Janeiro: v. 28, n. 3, set/dez, 2002 (disponível em: www.senac.br/informativo/BTS/283/boltec283b.htm).

ROMÃO, José Eustáquio & OLIVEIRA, José Eduardo de. (2003). **Questões do século XXI, tomo II**. São Paulo: Cortez.

SACRISTÁN, José Gimeno. (2008). **O significado e a função da educação na sociedade e na cultura globalizadas**. In GARCIA, Regina Leite & MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa

(Organizadores). **Currículo na Contemporaneidade: incertezas e desafios**. São Paulo: Cortez.

SALM, Cláudio. (1994). “**Os sindicatos, as transformações tecnológicas e a educação**”. In: **Trabalho e Educação**. 2. ed. São Paulo: Papyrus (Coletânea C.B.E.).

SAMPAIO, Inayá Maria. (2010). **Trabalho e Educação: paradoxos na formação do trabalhador**. In FRANÇA, Robson Luiz de (org.). **Educação e Trabalho: políticas públicas e a formação para o trabalho**. Campinas,SP: Editora Alínea.

SANFELICE, José Luis. (2009). **Pós-modernidade, globalização e educação**. In LOMBARDI, José Claudinei (org.). **Globalização, pós-modernidade e educação: história, filosofia e temas transversais**. São Paulo: Autores Associados.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). (2005). **A Globalização e as ciências sociais**. 3 ed. São Paulo: Cortez.

_____. (1995). **A construção multicultural da igualdade e da diferença**. Coimbra: Oficina do CES nº 135, Janeiro de 1999. Texto de Palestra proferida no VI Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 4 a 6 de Setembro de 1995. (Disponível: <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/135/135.pdf>).

_____. (org.). (2005). **Trabalhar o mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

SANTOS, Lucíola Licínio de C. P. (1999). **Saberes escolares e o mundo do trabalho**. In FERRETTI, Celso João; SILVA JÚNIOR, João dos Reis & OLIVEIRA, Maria Rita N. Sales. **Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escola?** São Paulo: Xamã.

SAWAIA, Baden (org.). (2009). **As Artimanhas da Exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis, RJ: Vozes.

SEGNINI, Liliana Rolfsen Petrilli. (1994). “**Controle e resistência nas formas de uso da força de trabalho em diferentes bases técnicas e sua relação com a educação**”. In: **Trabalho e Educação**. 2. ed. São Paulo: Papyrus (Coletânea C.B.E.).

SEVERINO, Antonio Joaquim. (2007). **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez Editora.

SILVA, Tomaz Tadeu da. (1999). **Educação, trabalho e currículo na era do pós-trabalho e da pós-política**. In FERRETTI, Celso João; SILVA JÚNIOR, João dos Reis & OLIVEIRA, Maria Rita N. Sales. **Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escola?** São Paulo: Xamã.

STOER, Stephen R. (2002). **Educação e Globalização: entre regulação e emancipação**. Revista Crítica de Ciências Sociais, 63. Outubro 2002:33-45.

TASSIGNY, MÔNICA M. (2008). **Educação, Trabalho e perspectivas para o EMI**. Revista Iberoamericana de Educación. ISSN: 1681-5653. n.º 48/1 – 15 de diciembre de 2008. (Disponível em: <http://www.rieoei.org/deloslectores/2670Tassigny-Maq.pdf>).

TAVARES, Mônica Xavier. (2009). **Sim ou Não? Os discursos do referendo 2005**. 2006. 199 f. Dissertação de mestrado em Comunicação - Universidade federal de Pernambuco – UFPE: Pernambuco.

TEODORO, Antonio. (2003). **Globalização e Educação: políticas educacionais e novos modos de governação**. São Paulo: Cortez.

YOUNG, Michael F. D. (2011). **O future da educação em uma sociedade do conhecimento: a defesa radical de um currículo disciplinar**. In Cadernos de Educação. FaE/PPGE/UFPel. Pelotas [38]: 395-416, janeiro/abril 2011. (disponível em: <http://www.ufpel.edu.br/fae/caduc/downloads/n38/15.pdf>).

WARDE, Mirian. (1990.) **O papel da pesquisa na pós-graduação em educação**. Cadernos de pesquisa. São Paulo (73) 67-75, mai.

APENDICE I



MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

Mestranda: Joseane Fatima de Almeida

e-mail: josiefalmeida@bol.com.br

GUIÃO DE ENTREVISTA

Prezado(a) Senhor(a):

Esta entrevista faz parte de uma pesquisa de mestrado que tem por objetivo investigar como a educação básica está se adequando as novas exigências do mercado de trabalho no município de Ipojuca/PE. Este estudo servirá de base para que possamos repensar os currículos escolares acerca da relação Educação/trabalho, e sua relação com o desenvolvimento econômico propiciado pelo complexo industrial de Suape/PE. Não há respostas corretas ou incorretas, no entanto, faz-se necessária franqueza absoluta nas respostas para que possamos obter resultados significativos. Os dados serão mantidos em sigilo e somente utilizados nesta pesquisa.

Agradeço desde já sua atenção e participação.

Q1. Identificação do Entrevistado:

- Idade
- Gênero
- Tempo de formação
- Função
- Tempo de função

Q2. Qual o novo perfil de profissional exigido pela vagas oferecidas em Suape/PE?

Q3. A Escola está preparando para o exercício e ocupação dessas vagas? Por quê?

- Q4. É realmente necessário Escolas e Cursos Profissionalizantes para a entrada e permanência nessas vagas oferecidas no Complexo de Suape? Por quê?
- Q5. Há alguma possibilidade de Pernambuco conseguir avançar no sentido de favorecer a ocupação das vagas ociosas por pernambucanos e não por estrangeiros de outros estados ou ainda de outros países?
- Q6. Por que não houve uma preparação prévia para essa expansão do Complexo Suape?
- Q7. O que está se fazendo para superar esse déficit de mão-de-obra?
- Q8. Qual a análise que pode ser feita acerca do paralelo qualificação x ingresso no mercado de trabalho?
- Q9. Como as políticas públicas podem favorecer a educação/qualificação para os trabalhadores e/ou possíveis/futuros trabalhadores?

APENDICE II

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

Mestranda: Joseane Fatima de Almeida

e-mail: josiefalmeida@bol.com.br

Telefone para contato: (81) 3422.5972/93016162

Professora

Especialista em Ensino de História

Professora da Rede Estadual de Ensino - Professora da Rede Municipal de Olinda

Esta pesquisa intitulada “**Educação e Trabalho: um breve estudo sobre a qualificação profissional e o mercado de trabalho em Pernambuco**”, será realizada pela Mestranda Joseane Fatima de Almeida sob a orientação da Professora Dra. Maria das Graças Ataíde de Almeida, para a Dissertação do Mestrado em Ciências da Educação da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – ULHT/ Portugal.

Como profissionais a serviço da Educação é de nosso conhecimento as muitas mudanças que estão ocorrendo na prática educativa atualmente. A crescente expansão da exigência de qualificação profissional para o mercado de trabalho, especialmente com a expansão do complexo industrial de Suape em nosso Estado, ampliando assim, as vagas de trabalho e emprego para os jovens candidatos a uma dessas vagas.

Assim, vimos por meio desta, convidar-lhe a participar da presente pesquisa, através de uma entrevista semi-estruturada a ser realizada em dia e horário pré-agendados, com gravação de áudio da referida entrevista.

O objetivo geral é investigar como a educação básica está se adequando as novas exigências do mercado de trabalho no município de Ipojuca/PE e em toda a Rede Estadual de Ensino em Pernambuco. Em suma, através da investigação proposta neste estudo poder-se-á constatar se a Educação Básica está passando pelas transformações necessárias na preparação desses futuros profissionais que atenderão a essas novas exigências da expansão do Complexo Industrial de Suape/PE.

Assim, é necessário buscar um novo paradigma para a educação básica, para que ela seja mais que uma fonte de informação e conhecimento, e passe a criar oportunidades para que o aluno participe de forma mais ativa do processo de ensino-aprendizagem, sabendo como encontrar e filtrar a informação, bem como construir seu próprio conhecimento.

Adiantamos que a participação é voluntária e que V Sr^a terá assegurado o direito de receber respostas para todas as dúvidas e perguntas que desejar fazer acerca de assuntos referentes ao desenvolvimento desta pesquisa; assim como o direito de desistir em qualquer momento da pesquisa, sem que isto me cause prejuízos ou danos. Autorizo a divulgação dos dados coletados sem exposição da minha identidade, mantendo minha privacidade em qualquer tipo de divulgação, oral ou por escrito, nos resultados da pesquisa.

Atenciosamente,

Eu, _____ RG n° _____ declaro ter sido informado e concordo em participar, como voluntário, do projeto de pesquisa acima descrito.

Recife, ____ de _____ de 20__.

Assinatura do voluntário

APENDICE III



MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

Mestranda: Joseane Fatima de Almeida

e-mail: josiefalmeida@bol.com.br

QUESTIONÁRIO

Prezado(a) Aluno(a):

Este questionário faz parte de uma pesquisa de mestrado que tem por objetivo investigar como a educação básica está se adequando as novas exigências do mercado de trabalho no município de Ipojuca/PE. Este estudo servirá de base para que possamos repensar os currículos escolares acerca da relação Educação/trabalho, e sua relação com o desenvolvimento econômico propiciado pelo complexo industrial de Suape/PE.

Não há respostas corretas ou incorretas, no entanto, faz-se necessária franqueza absoluta nas respostas para que possamos obter resultados significativos. Os dados serão mantidos em sigilo e somente utilizados nesta pesquisa.

Agradeço desde já sua atenção e participação.

(Atenção: Esse questionário é destinado a alunos do 3º ano do Ensino Médio que possuam entre 16 e 24 anos)

Identificação do Aluno(a):

- Sexo: Feminino Masculino
- Idade: 16 17 18 19 20 21 22 23 24

Q1. Você acredita que a escola te prepara adequadamente para ocupar uma vaga no mercado de trabalho?

- Sim
- Não
- Mais ou menos

Q2. Por que você tem essa opinião?

- Por que falta um maior investimento para a educação.
- Por que faltam profissionais qualificados para oferecer esse serviço.

- Esse não é o papel da escola, por isso, precisamos de escolas especializadas para tal fim.

Q3. Você gostaria de fazer um curso profissionalizante?

- Sim
 Não
 Talvez

Q4. Você já fez algum curso profissionalizante?

- Sim
 Não
 Comecei, mas não terminei

Q5. Você tem interesse em trabalhar em Suape/PE?

- Sim
 Não
 Talvez

Q6. Por que você pensou nessa possibilidade?

- Pela quantidade de vagas existente.
 Pelo valor da remuneração salarial oferecida.
 Pelo destaque dado pela mídia a esse mercado oferecido.
 Realmente, não pensei nessa possibilidade.

Q7. Você acredita que sem um curso profissionalizante específico conseguiria uma vaga em Suape?

- Sim
 Não
 Talvez

Q8. Como poderíamos resolver esse problema da falta de qualificação para o mercado de trabalho?

- Continuando com a separação entre educação profissional e ensino básico.
 Unindo o ensino básico e a educação profissional, através de um sistema integrado.
 Assegurando cursos especializados através de políticas públicas adequadas para o acesso a essas vagas.

Q9. Você acredita que o aumento do número de Escolas Técnicas em Pernambuco seria suficiente para suprir o déficit de mão-de-obra em Suape?

- Sim
 Não

Q10. Na sua opinião os governantes estão realmente preocupados com a formação de mão-de-obra especializada em Pernambuco?

- Sim
 Não

Q11. Como você vê os projetos do governo para a construção de novas escolas técnicas?

- A solução para o problema da mão-de-obra especializada.
 Não irá resolver o problema, apenas amenizá-lo.
 Não irá resolver problema algum a menos que os governantes passem de fato a priorizar a educação.

Q12. Quais são os tipos de pessoas que tem mais condições de ocupar uma vaga em Suape?

- Qualquer pessoa que se candidate as vagas.
 Pessoas com recursos e tempo disponível para se especializar.
 Pessoas assistidas por programas sociais dos governos federal, estadual e municipal.

Q13. Qualificação é tudo na hora do ingresso no Mercado de Trabalho?

- Sim
 Não

- Se SIM responda a questão 14 e se NÃO responda a questão 15.

Q14. Se respondeu sim, então qual a sua opinião acerca da estrutura da educação pública em Pernambuco?

- Boa, pois prepara adequadamente para a vida cidadã e o mercado de trabalho.
 Ruim, pois é deficiente em todos os aspectos.
 Precisa de alguns ajustes para se adequar a nova realidade sócio-econômica no qual Pernambuco está inserido.

Q15. Se respondeu não, o que realmente é importante:

Experiência no posto de trabalho a ser ocupado.

Conhecer pessoas que lhe abrirão as portas para o mercado de trabalho.

Uma formação específica para a vaga a ser ocupada.

APENDICE IV

ENTREVISTAS (NA ÍNTEGRA)

ENTREVISTA - N° 1 (Realizada em 16/01/2012)

ENTREVISTADO E1

Idade: ? (não respondeu)

Gênero: Feminino

Formação: Letras

Tempo da Formação: 30 anos

Função: Gestora Regional de Educação (GRE Metropolitana Sul)

Tempo na Função: 5 anos

Q1. Qual o perfil de profissional exigido para as vagas que estão sendo oferecidas em Suape/PE?

R. Como em todo o lugar, eu acho que tem que ter qualificação profissional, tem que ter educação básica, tem que ter de preferência ensino superior, porque tem pra várias profissões digamos assim, em relação aos nossos estudantes, tem que ter ensino médio, mais pra isso e mais um inglês ou outra língua, mais a informática e mais alguma coisa relacionada ao trabalho que ele vai desenvolver.

Q2. A escola está preparada para o exercício e ocupação dessas vagas?

R. Há uma preocupação recente desse em governo preparar pra isso, a prova disso é que por conta dessa quantidade de empresas que está chegando em Pernambuco foi criado um programa de correção de fluxo que é o Travessia, para que os alunos acelerem os estudos e eles tenham tempo suficiente além de acelerar os estudos, andam com a questão da distorção idade-série, onde os estudantes que não concluíram seus estudos na idade considerada própria. Esse programa dá pra eles a oportunidade de acelerar os seus estudos, preenchendo o vácuo que ficou com a sua idade e série correspondente e ainda dá tempo de ele terminar o ensino médio num período menor, ele se qualificar numa

outra língua, ele pode fazer algum curso de aperfeiçoamento em alguma área que ele precisar.

Q3. É realmente necessário escolas e cursos profissionalizantes para a entrada e permanência nessas vagas oferecidas no Complexo de Suape?

R. É importantíssimo e também o PRONATEC que está aí, que é o governo do Estado do estado que está fazendo juntamente com o governo federal é uma das coisas que também está impulsionando esses jovens.

Q4. Há alguma possibilidade de Pernambuco conseguir avançar no sentido de favorecer a ocupação das vagas ociosas por pernambucanos e não por estrangeiros de outros estados ou ainda de outros países?

R. A idéia do governo é exatamente essa, é a mão-de-obra qualificada dos nossos pernambucanos porque, o que eu penso e que eu acredito nessa política que esse governo está implantando é que o desenvolvimento econômico, como ele próprio diz e agente acredita nisso, ele só terá sucesso, se agente caminhar junto com o desenvolvimento da educação, então quando o governo se predispõe a colocar programas de correção de fluxo, a oferecer trabalhos, cursos profissionalizantes como já ofereceu, a abrir vagas para eles, a colocar os alunos em programas como o “Ganhe o mundo” para fazer as conexões internacionais, ele quer que esses estudantes pernambucanos, esses jovens pernambucanos se garantam nessas empresas, e isso é tão importante que aconteça, e a política desse estado agora, recentemente é aproveitar, não precisar trazer a pessoa de fora, então a empresa pode vir da Finlândia, ou de onde quiser vir, mas é ela chegar aqui e encontrar a mão-de-obra qualificada, e uma das coisas que agente sabe que o mundo moderno faz é exatamente isso, as empresas vão se instalar, quando elas vão se instalar, elas perguntam duas coisas, uma é como é que está o estado economicamente e a outra é como é que está o estado em termo de educação, e Pernambuco está nesse caminho, tendo a educação como prioridade em todos os aspectos.

Q5. Por que não houve uma preparação prévia para essa expansão do Complexo de Suape?

R. É uma pergunta muito ampla, o que eu tenho a dizer é que agora com essa política do estado mudou com todos esses programas que já foram citados.

Q6. O que está se fazendo pra superar esse déficit de mão-de-obra?

R. É uma repetição essa pergunta, eu acho que já a respondi.

Q7. Qual a análise que pode ser feita acerca do paralelo qualificação x ingresso no mercado de trabalho?

R. É muito amplo, porque, assim, o que é que agente quer hoje, o mundo para o trabalho, o mundo para o trabalho exige o mínimo de qualificação, você pode até entrar, o que isso tá difícil também, porque hoje todo o trabalho está ligado a um processo seletivo, pra fazer a seleção é preciso ter preparo e, pra se preparar e, na medida em que ele está se preparando, ele se qualifica, agora eu acho que ainda precisa despertar mais o jovem, é que as políticas são feitas, mas elas não acontecem sozinhas, tem que ter quem queira ingressar nos programas, nos cursos e nos concursos, enfim, eu acho que agente tem muita coisa pra fazer, em termos de educação, agente não faz as coisas de um dia para outro, ainda tem muita coisa; agora cabe ao jovem entrar nessa sistemática, ele entrar nesse caminho e ir buscar mesmo.

Q8. Mas agente pode estimular de alguma maneira?

R. Pode, com programas, com cursos, com as oportunidades de estágio, a maioria com esses programas mesmo, pois agente tem muitos programas de jovens e adultos aprendizes, primeiro aprendiz, PRONATEC, tem as Escolas Técnicas que estão sendo criadas. Pernambuco tinha em 2006 (4 ou 5 escolas técnicas) está agora com uma quantidade enorme que não me lembro exatamente, mas só nossa regional (GRE Metropolitana Sul) tem várias escolas técnicas, agora já vai inaugurar mais outras Escolas Técnicas, enfim, eu acho que ele precisa estar dentro dessas escolas pra sobreviverem digamos assim, pra viverem no mercado de trabalho, aliás foram pra isso que elas foram criadas, as escolas técnicas estão aí pra isso, e elas tem uma divisão interessante, Pernambuco dividiu as Escolas Técnicas pelo Pólo, qual é a demanda de Caruaru? Dependendo da demanda de Caruaru, é um pólo têxtil, ou como fica Araripina, é um pólo gesseiro, os cursos são direcionados a isso, então, essas coisas estão sendo feitas a luz de uma pesquisa grande que o governo faz. O próprio governador se você conversar com ele, ele responde desse jeito, ele diz que as escolas estão de acordo com a vocação do local onde elas estão os cursos oferecidos nas próprias escolas técnicas são a partir das demandas que existem no próprio município.

ENTREVISTA - Nº 2 (Realizada em 31/01/2012)

ENTREVISTADO E2

Idade: 40 anos

Gênero: Masculino

Formação: Psicólogo, pós-graduado em psicologia organizacional e do trabalho, com pós-graduação em terapia comunitária e concluindo agora uma em docência.

Tempo da Formação: 12 anos

Função: Gerente da Unidade do Senac em Vitória de Santo Antão

Tempo na Função: Nesta unidade 8 meses e no Senac 11 anos (entre docência e gerencia) e entre chefia e gerência 2 anos e 6 meses.

Q1. Qual o perfil de profissional exigido para as vagas que estão sendo oferecidas em Suape/PE?

R. Um dos perfis que nós temos observado para o atual profissional, visto a exigência das empresas que entram em contato com a unidade do Senac de Vitória/PE, dada a exigência do mercado é que esse profissional tenha uma capacidade além das questões técnicas, as questões relacionais hoje estão pesando de forma significativa e, isso nós temos visto na própria dinâmica das empresas, é aquele profissional que apresente um nível de produtividade também amplo, que vá contribuir com a empresa, aquele profissional flexível diante dos desafios que enfrenta e que ele esteja também disponível para outras demandas dentro da empresa, então hoje na formação dos profissionais aqui na casa, além da questão técnica, e na primeira unidade temática que são as disciplinas ministradas aqui, existe já uma cadeira (uma unidade temática) que trata dessas questões relacionais, que é a cadeira “Ética, trabalho e cidadania”, então nesta cadeira já se trás um pouco do perfil do profissional, antes que chegue exatamente as questões técnicas.

Q2. A escola está preparando para o exercício e ocupação dessas vagas? Por quê?

R. Não, essa demanda ainda, mesmo o SENAC sendo uma instituição de formação profissional que atua há 65 anos na formação de nível técnico, de qualificação, capacitação, e agora de nível superior e pós-graduação, mesmo assim, o SENAC ainda não consegue comportar toda essa formação, e as escolas que estão aí também concorrendo nessa formação precisam ainda estudar exatamente desse perfil, nós temos visto aí no mercado profissionais que saem com a certificação, mais ainda não com aquela qualificação profissional necessária que as empresas tem buscado, fora as escolas de formação profissional, as escolas de nível médio estão aí nesse segmento também, tentando dar qualificação profissional, ainda precisam aprofundar essa discussão, verificando exatamente todas as demandas, nós temos uma relação com um número de escolas de ensino médio, com alguns projetos e observamos aqueles jovens que desejam ingressar no mercado de trabalho, nessa força de trabalho que está aí sendo gerada no estado de forma realmente impactante, observamos que esse jovem ainda não tem a clareza para a inserção no mercado de trabalho, e isso é um dado real.

Q3. É realmente necessário escolas e cursos profissionalizantes para a entrada e permanência nessas vagas oferecidas no Complexo de Suape?

R. Sem dúvida, além das escolas, o que nós podemos trazer, é uma pós-escola, que é exatamente dentro da empresa, da empresa pensar nessa continuidade, o que nós chamamos aqui no SENAC de Educação Continuada, que é dentro da empresa, aqueles profissionais buscarem um pouco mais adiante, seja através da empresa, seja por iniciativa, é a continuidade de sua formação que vai agregar mais valor, visto o que ele está fazendo naquele momento, que outros cursos vai agregar um valor mais significativo para eles.

Q4. Há alguma possibilidade de Pernambuco conseguir avançar no sentido de favorecer a ocupação das vagas ociosas por pernambucanos e não por estrangeiros de outros estados ou ainda de outros países?

R. Não existe outra que senão a formação profissional, é o que acreditamos, então quanto mais nós aumentamos o nível de formação profissional, o SENAC tem trabalhado nesse sentido, com programas diversos, com o programa “Senac de gratuidade”, alinhado aos municípios que estão aí com uma grande demanda, com o Pronatec que está junto com o

governo federal, também alinhado a essa demanda que o Estado tem exigido, além de programações outras e cursos “In company” que nós temos oferecido para empresas.

Q5. Por que não houve uma preparação prévia para essa expansão do Complexo de Suape?

R. Eu acredito que nem esse real movimento que existe naquele eixo de Suape era esperado, com essa grandeza que está, mesmo o Estado há alguns anos tendo a expectativa, mas a realidade hoje acredito, foi maior do que o esperado, vemos ali naquele eixo de Ipojuca-Cabo, ao final da tarde realmente um caos ali, proveniente exatamente dessa demanda, os municípios não estavam preparados para essa demanda, a questão da infra-estrutura e essa expansão que acontece hoje, o município precisa ainda desenvolver essa infra-estrutura pactuando com o próprio estado para esse desenvolvimento, então mesmo existindo a preparação, a capacitação, mas o número real que se exige de vagas para contratação, vai além da capacidade de que nós temos hoje de formar para colocar no mercado de trabalho, visto que hoje Pernambuco cresce mais do que o próprio Brasil em percentual, que hoje chega a se comparar com a China, o nível de crescimento de Pernambuco, a comparação mais próxima está relacionada a isso, pelo número de empresas nesse eixo de Ipojuca, Suape, Cabo e outras cidades que já começam a ser impactadas também, temos Goiana, temos a própria Vitória, que pela quantidade de fábricas que estão sendo implantadas aqui e já solicitam um nível de interesse para se instalarem na cidade, então esse eixo, ele vai ter um crescimento impactante nos próximos anos, mesmo assim com essa formação, nós vamos identificar que esse número será insuficiente, haja visto aí essa entrada de outros profissionais de outros estados que é um fenômeno natural.

Q6. O que está se fazendo para superar esse déficit de mão-de-obra?

R. Aumentando a demanda de cursos para se preparar esses profissionais, então, primeiramente temos identificado isso com algumas empresas, para saber o que elas estão precisando, qual a linha, o segmento que eles precisam o que tem o maior impacto para aquela empresa, aí nós vamos para o nosso portfólio de cursos e vamos verificar se nós temos aquele curso específico, ou se não temos vamos customizar um determinado curso para atender a real necessidade daquela empresa, para exatamente tentar colocar nessas vagas aqueles profissionais oriundos dos municípios específicos, e daqueles municípios circunvizinhos, é essa a nossa intenção, a nossa proposta.

Q7. Qual a análise que pode ser feita acerca do paralelo qualificação x ingresso no mercado de trabalho?

R. Por qualificação nós acreditamos ser a espinha dorsal para a inserção no mercado de trabalho, ela vai ser alicerçada exatamente com diversas competências, visto que nós trabalhamos exatamente com esse pensamento da competência, a competência é construída com bases teóricas, ela é construída com o conhecimento que está atrelado a esse, que nós chamamos de “Chá da competência”, que o SENAC já trabalhando a alguns anos que é o *conhecimento, habilidades e atitudes*, então essa competência que nós buscamos do profissional, é o que vai diante do curso, diante da questão dos estágios que estão surgindo de alguns cursos que nós oferecemos, alicerçar exatamente essa perspectiva de entrada e permanência no mercado de trabalho e aí, nós buscamos que os alunos saiam daqui com a consciência de inserção, que ele está preparado para ser inserido nesse mercado de trabalho, mais acima de tudo, que ele também saia com aquele pensamento que permanecer nesse mercado de trabalho, não é somente a qualificação que vai proporcionar isso, mais sim, a formação continuada, a educação continuada, aí ele tem que buscar a todo tempo, passa a ter a responsabilidade dele e, não exclusiva da empresa para a formação continuada.

Q8. Como as políticas públicas podem favorecer a educação/qualificação para os trabalhadores e/ou possíveis/futuros trabalhadores?

R. As políticas públicas já na realidade demandaram uma quantidade de cursos visualizando exatamente esse atendimento, já existem projetos que estão sendo desenvolvidos em parceria com o próprio SENAC e com outras instituições para formar esses profissionais, para atender exatamente esse eixo, elas existem, a demanda está sendo qualificada, está sendo distribuída e redistribuída muitas vezes para essas empresas, então essa iniciativa existe, ela começou de forma tímida, hoje já está de forma mais abrasiva atendendo toda aquela região.

Q9. Essa unidade do Senac rege quais outras unidade?

R. Ela atende 45 municípios, vamos de Jaboatão até Palmares.

Q10. Nessa área específica do Complexo de Suape, quais são os cursos oferecidos por essa unidade do Senac?

R. Estamos com uma demanda muito significativa do Auxiliar Administrativo, que é um profissional que ele passa conosco 380 horas e nas específicas desse curso, ele vai ter a possibilidade a partir da inserção na empresa de trabalhar seja na parte contábil da empresa, na parte de pessoal, no almoxarifado, na parte de compras, ele tem um leque muito grande aí, visto a parte específica, além de idiomas, que tem sido, talvez o que nós temos observado, como leitura de movimento, o carro chefe daquele eixo do Cabo-Ipojuca, vários profissionais tem buscado um idioma para poder se comunicar de forma mais efetiva e esse percentual tem haver com o que eu falei anteriormente que é a história da formação continuada, da exigência que as empresas tem feito e além de idiomas, temos o almoxarife também tem surgido com uma demanda significativa, recentemente temos aí já divulgado, o auxiliar de logística pra aquela região que já começa a demandar interesse, num nível de busca por esse curso, então existem cursos mais direcionados para aquela região, além da área de gestão e negócios, observamos isso, todos os cursos direcionados a área de gestão e negócios, e em segundo lugar o de hospitalidade, os cursos aí para os hotéis que tem buscado, seja camareira, seja o de agente de turismo, então esses cursos também tem denotado um crescimento significativo.

Q11. Existem também uma outra unidade na região chamada de Senai, logo, existe alguma ligação com o Senac?

R. Os dois participam do sistema S, sendo que o SENAC trabalha especificamente o comércio de bens, serviços e turismo, enquanto que o SENAI é exclusivamente com a indústria, então nós não trabalhamos diretamente mais participamos do mesmo sistema.

ENTREVISTA - N° 3 (Realizada em 07/02/2012)

ENTREVISTADO E3

Idade: ? (não respondeu)

Gênero: Masculino

Formação: Engenheiro Mecânico, Mestre em Engenharia Mecânica

Tempo da Formação: 24 anos

Função: Diretor da Escola Técnica Senai do Cabo

Tempo na Função: 9 anos

Q1. Qual o perfil de profissional exigido para as vagas que estão sendo oferecidas em Suape/PE?

R. Nós percebemos que os perfis, eles mudam de acordo com a fase de obra que está acontecendo em Suape, no primeiro momento houve um espaço muito grande para as formações de nível básico: soldadores, caldeireiros, montadores; então pra essas ocupações a demanda necessária para você qualificar um trabalhador é que ele tenha uma base boa de raciocínio lógico e de uma matemática elementar, no entanto na fase em que esses empreendimentos se encontram hoje, nós temos uma demanda muito grande voltada pra área de instrumentação, eletrônica, ocupações digamos mais sofisticadas que demandam um raciocínio lógico mais abrangente, uma fundamentação básica maior, eu acho que a fase de maior desafio hoje, para os empreendimentos de Suape começou esse ano.

Q2. A escola está preparando para o exercício e ocupação dessas vagas? Por quê?

R. A escola em nível particular, eu acredito que chega bem próximo, nós que trabalhamos com a formação profissional; quanto aos alunos da escola pública, nós sentimos uma carência de formação básica desses alunos, e agente percebe que os egressos de escola pública, com os programas de qualificação profissional, os mais tecnologicamente aplicados, eu acho que deveria haver uma pesquisa que norteasse nesse sentido, a formação básica hoje, ela principalmente deixa a desejar em matemática, que é o nosso maior requisito.

Q3. É realmente necessário escolas e cursos profissionalizantes para a entrada e permanência nessas vagas oferecidas no Complexo de Suape?

R. Com certeza, nós estamos lidando com empreendimentos de classe mundial, seja uma refinaria, seja um estaleiro, até muitas empresas industriais são empresas multinacionais espalhadas pelo mundo e os requisitos profissionais de entrada são requisitos altos e, eu acho que, nós temos que nos adequar, principalmente na formação básica, a fazer com que o aluno acesse as informações de nível técnico e tecnológico, e até mesmo de qualificação e unir numa plataforma de conhecimento mais sólida, principalmente nessas áreas de matemática, português, lógica.

Q4. Há alguma possibilidade de Pernambuco conseguir avançar no sentido de favorecer a ocupação das vagas ociosas por pernambucanos e não por estrangeiros de outros estados ou ainda de outros países?

R. Eu não vejo muito problema nesse sentido, primeiro porque todo o empreendimento ele vai demandar ocupações de aplicação universal, isso não resta dúvida, agora o que me preocupa são as especificidades de cada empreendimento desse e o nível de profissionalização e de formação que ele demanda em algumas situações muito específicas, infelizmente, nós vamos ter que aprender com os próprios empreendimentos e com o passar do tempo, nós teremos condições de formar de maneira mais aderente, ter uma oferta de mão-de-obra pra essas demandas mais específicas, eu acho que isso daí vai levar um certo tempo para acontecer, no máximo um gape de 10 anos, mas em linhas gerais, o que deve ser feito nesse momento é investir nessas qualificações plenamente aproveitáveis conforme cada fase dessas.

Q5. Por que não houve uma preparação prévia para essa expansão do Complexo de Suape?

R. Essa é uma pergunta interessante, eu quando entrei no meu curso de engenharia em 1982/1983, a primeira visita técnica que minha turma fez foi em Suape, quando estava construindo aquele mole, aquele dique, não resta dúvida sobre esse processo de investimento, o governo sempre manteve o seu objetivo, agora uma questão é importante, não se tinha eu acredito a certeza do que Suape iria se tornar, então os acordos de abertura da refinaria, do estaleiro, não durou mais de 2 anos, então em 2 anos, 2 anos e meio, é impossível para o estado prever um “boom” de mão-de-obra que pode acontecer, então basicamente foi isso o que aconteceu, não é que o estado não estivesse preparado,

porque os acordos e os fechamentos de contrato, e de negociação com a cotação de empreendimento dessa natureza é muito rápido.

Q6. O que está se fazendo para superar esse déficit de mão-de-obra?

R. Recentemente, eu acho que a iniciativa do Estado ela é muito boa, agora com o reforço do governo federal, com a abertura de vagas e da criação de um amplo programa de formação de mão-de-obra, não só para Suape mais para o país como um todo, é uma iniciativa muito interessante e que vai contribuir sobremaneira para que se reduza esse gape.

Q7. Qual a análise que pode ser feita acerca do paralelo qualificação x ingresso no mercado de trabalho?

R. Eu acho que deve acontecer o seguinte, primeiro que esses empreendimentos quando vem se instalar em algum local, que além de todos os recursos e infra-estrutura negociada, que também venha a negociação de recursos para a formação de mão-de-obra de larga escala para que seja absorvida em toda a sua fase, desde a obra até o condicionamento do empreendimento, então pra mim, eu acho que isso é “sine qua nom”, ajuda e muito; o segundo aspecto é que normalmente, o exemplo da Petrobrás como grande contratante; mas cabe a Petrobrás cada vez mais se empenhar em garantir para com seus consórcios de obras ou seus prestadores de serviços a cláusula compulsória de sobre contratação local de mão-de-obra, seja apenas certificada ou seja qualificada, através de exames de qualificação profissional, eu acredito nesses dois caminhos, o primeiro é o projeto vir com o seu arcabouço de formação profissional e o segundo é que grandes contratantes façam um esforço muito grande para que as pessoas formadas façam estágios e que tenham acesso ao primeiro emprego dentro dos empreendimentos que eles contratam.

Q8. Como as políticas públicas podem favorecer a educação/qualificação para os trabalhadores e/ou possíveis/futuros trabalhadores?

R. Eu recomendo que você entre em contato com a Secretaria do Trabalho, Qualificação e Empreendedorismo e até a de Educação para saber quais são as políticas reinantes, as que estão vigentes e as que estão sendo discutidas, eu percebo hoje, que as políticas do estado empreendidas pela Secretaria de Qualificação e Empreendedorismo é através do programa novos talentos, oportunizar a formação para muitos jovens e profissionais que estão em fase de conversão, eu acho uma política muito interessante e ela começou no ano passado e 2012 nós temos uma perspectiva muito grande na formação de pessoas e

que ela se perpetue por mais 2 ou 3 anos, pois ela é uma política muito interessante, mas é bom ver pessoalmente isso e, escutar as pessoas que estão a frente disso.

Q9. No Senai do Cabo, quais são os cursos oferecidos voltados para Suape?

R. A unidade do Cabo é muito grande, tem 9 áreas tecnológicas, é uma unidade que passou por uma reestruturação muito grande no ano de 2006/2007 e o foco dela foi exatamente atender tudo aquilo que está acontecendo em Suape, com o que acontece na atualidade, formamos mão-de-obra para Suape em toda a sua extensão.

Q10. Quais são os cursos mais procurados?

R. São os de nível técnico: logística, segurança do trabalho, mecânica, eletrônica, eletrotécnica e soldagem. Em cursos de qualificação temos uma gama de 84 cursos que nós ofertamos as empresas e aos projetos nas áreas de caldeiraria, soldagem, mecânica, elétrica, eletrônica, automação, instrumentação industrial, segurança do trabalho; então nós formamos em média 7.000 trabalhadores hoje para Suape e região.

Q11. Essa unidade do Cabo rege outras unidades?

R. Não, nós somos exclusivamente do Cabo, pois temos um campus avançado que funciona no centro do Cabo de Santo Agostinho, que apóia a operação no tramite principal, lá nós temos oficinas para a formação de mão-de-obra na área de montagem de automação industrial, mas a nossa atividade é única, nós temos um projeto de implantação de uma petroquímica em Ipojuca em parceria com a Petrobrás e prefeitura, mas é um projeto que ainda está embrionário, ainda está em discussão, a perspectiva é que ele vá ser implantado na metade de 2014.

Q12. Sobre o Pronatec, qual a sua visão acerca dele?

R. Ele é muito interessante, ele vai ajudar muito, pois nós temos hoje, só na escola do Cabo uma demanda de formação de mais de 1.400 pessoas através do Pronatec, inicialmente. Nós vamos começar o Pronatec agora, às 10 horas nós temos uma vídeo-conferência sobre isso, pra iniciar essas turmas, que na nossa unidade acontecerá em Março, mas em outras unidades do Senai também existem outros projetos do Pronatec que eu não saberia quantificar agora ao todo quantas turmas, mas são muitas matrículas para o Pronatec.

ENTREVISTA - N° 4 (Realizada em 09/02/2012)

ENTREVISTADO E4

Idade: ? (não respondeu)

Gênero: Feminino

Formação: Graduação em Letras, especialização em língua portuguesa e mestrado em educação.

Tempo da Formação: terminei letras em 1996, especialização em 1998 e mestrado em 2011

Função: Secretária de Educação Municipal (Município de Ipojuca)

Tempo na Função: como secretária 4 anos e antes de ser secretária fiquei 3 anos como secretária adjunta.

Q1. Qual o perfil de profissional exigido para as vagas que estão sendo oferecidas em Suape/PE?

R. É um perfil diferenciado que não se exige só a formação técnica, eles também querem uma experiência, e querem saber como é que o profissional está em português, em matemática, relacionamento humano, ética, então eles estão preocupados muito com o conhecimento, essa questão lógica, porque eles querem um profissional diferenciado, a prova disso é que nós começamos alguns cursos profissionalizantes depois fizemos algumas reuniões com algumas pessoas lá do estaleiro de Suape, da refinaria, e chegamos a conclusão que deve-se incluir pelo menos português e matemática, lógica nos cursos para se poder ver que os profissionais fiquem melhor preparados, eles tem essa preocupação, não é só saber soldar, não é só saber mexer na parte elétrica, não é só saber construir alvenaria, mas que ele tenha também esse conjunto de habilidades, que possa estar preparado a tomar decisões diferenciadas e pensar em conjunto.

Q2. A escola está preparando para o exercício e ocupação dessas vagas? Por quê?

R. Eu acredito que ainda não, está se trabalhando pra isso, eu posso dizer pelo menos que aqui de 2005 pra cá já se modificou e muito a forma de ver, nas formações procurar mostrar um pouco esse lado que antes não era preparado pra isso, os jovens eram preparados para estudar, conhecer os conteúdos, para ir para o ensino médio na rede estadual, ou para cursar um vestibular, ou então alguma coisa específica, mas nada assim que fosse abrangente que visse

essa questão do mercado de trabalho, até porque era muito restrito o mercado de trabalho aqui no estado e nessa região.

Q3. É realmente necessário escolas e cursos profissionalizantes para a entrada e permanência nessas vagas oferecidas no Complexo de Suape?

R. É necessário sim, porque agente não estava preparado pra isso tudo, uma certa acomodação e uma série de outros fatores também, até eu diria alguns fatores também até culturais, as pessoas vão se acomodando, vão ficando naquela questão mais de cidade pacata, cidade calma, sem perspectiva de futuro, muitos quando pensam em melhorar, pensam que só consegue se for pra outro estado ou outro país, agora sabe que pode investir ali onde você está, se não tiver escolas que preparem isso, como é que as classes menos favorecidas vão conseguir enxergar isso aí e trabalhar, galgar algo melhor, então é importante sim, é importante que se dê as duas oportunidades; abrir cursos profissionalizantes para aquele que de imediato necessita, quer adquirir uma vaga de emprego e se preparar para o mercado de trabalho e também tenha a opção daqueles que querem subir um degrau a mais para cursar uma universidade, uma especialização, então os dois lados têm que ser demonstrados, que mesmo a pessoa pobre, de classe pobre tenha a oportunidade de escolha e possa escolher.

Q4. Há alguma possibilidade de Pernambuco conseguir avançar no sentido de favorecer a ocupação das vagas ociosas por pernambucanos e não por estrangeiros de outros estados ou ainda de outros países?

R. Eu sou otimista quanto a isso, hoje a curto e médio prazo eu acho que isso não seja possível, mas se continuar nesse ritmo, nessa linha de tanto o estado quanto os municípios procurarem preparar os seus jovens no campo profissional, agente consegue sim, acredito que a longo prazo, agente tem que acreditar nisso, na educação, se agente que está dentro não acreditar, quem vai acreditar, agente tem que pensar, mas não só pensar, mas pensar e agir, e fazer por onde, oferecer cursos e preparar esses jovens e começar da base até a idade adulta para que ele perceba, que sinta principalmente, que possa ser inserido naquilo ali, que ele é também autor daquilo ali, e não veja a história de longe, mas que ele faça parte das coisas.

Q5. Por que não houve uma preparação prévia para essa expansão do Complexo de Suape?

R. Aqui na região em que está Ipojuca, ainda é forte essa questão das usinas de açúcar, como em Pernambuco ainda é forte, então ficou prevalecendo em várias cidades muitas vezes aquela visão arcaica do dono da usina, como sendo os antigos donos, os senhores de engenho que ditavam algumas coisas, por isso houve uma certa acomodação daquelas pessoas que não

conseguiram crescer por causa da questão política ou então no seu próprio local, isso não era suficiente ou não tinham vontade, então isso dificultou para que as pessoas por questão cultural, achassem que não tem jeito e fosse melhor se acomodar; essa questão da auto-estima, e a pessoa acha que é assim, é normal ficar parada e aí quando vem Suape (o estaleiro), com o governo Lula que diferentemente dos governos anteriores que se preocupavam em concentrar nos grandes centros, as metrópoles da região Sul e Sudeste, isso só chegou ao Nordeste especificamente a Pernambuco, Ipojuca e região metropolitana a partir do governo Lula e que se está dando continuidade com o governo Dilma, por isso que não houve essa preparação, aqui em Ipojuca, nós estamos correndo contra o tempo, o que não é tão ruim, pior é ficar parado, só reclamando, temos que correr atrás do prejuízo e procurar fazer o melhor para que no futuro, Pernambuco possa dizer que temos mão-de-obra pesada com qualificação e com a perspectiva de pessoas que estão lá na ponta, pois a formação lhe permitiu que chegasse até aí.

Q6. O que está se fazendo para superar esse déficit de mão-de-obra?

R. Enquanto o meu governo, na gestão atual, começou com cursos profissionalizantes, que além de melhorar a qualidade do ensino com investimentos no aluno, nos profissionais da escola de maneira geral, no material didático, materiais tecnológicos, a preparação desses profissionais com formação continuada, agente oferece também outros projetos e programas para aquelas pessoas que já são adultas e estão aí sem conseguir se inserir no mercado de trabalho, por falta de qualificação, aí agente tem o “Rumo ao mercado de trabalho” que oferece cursos profissionalizantes de curto, médio e longo prazo, e agente também tem o “Rumo à universidade” que é um programa municipal, que tem levado muitos jovens a cursar um curso superior em universidades públicas, coisa que no município era muito difícil e olhe lá, hoje agente tem experiência, com mais de 100 alunos em universidades públicas e na rede particular agente já vai em mais de 500, as pessoas quando vêm o investimento, despertaram para isso aí, é uma forma de também estar preparando; a curto prazo, com os cursos técnicos e a longo prazo investindo em cursos superiores.

Q7. Qual a análise que pode ser feita acerca do paralelo qualificação x ingresso no mercado de trabalho?

R. Esse paralelo hoje para que se possa mudar, é um pouco difícil, porque mesmo enquanto na realidade atual que se está investindo muito na educação profissionalizante, o ingresso no mercado de trabalho não é tão fácil, principalmente pela exigência da experiência, então, a

coisa que agente acredita é que precisa ter uma integração maior, principalmente a nível de estado para que se busque essa questão da oportunidade, no primeiro emprego, mesmo quando a pessoa é mais velha, que não teve oportunidade de estudar mais cedo, por que se ela estudar e não tiver essa oportunidade, ela vai se tornar uma pessoa frustrada por que ela não conseguiu e, se as empresas não der experiência, aquela pessoa que tem potencial, está preparado, elas precisam ter oportunidade e talvez se colocando ela de início como ajudante daquela função, depois se tornar pra pegar experiência, mas se tivesse uma forma de resolver, um jeito de que essas pessoas ingressassem no mercado de trabalho, mas ainda tem aquela resistência por algumas empresas prestadoras de serviços da área por causa da questão da experiência, experiência longa naquela área.

Q8. Como as políticas públicas podem favorecer a educação/qualificação para os trabalhadores e/ou possíveis/futuros trabalhadores?

R. As políticas públicas podem acontecer a partir de investimentos no cidadão como um todo, da criança até o adolescente, especialmente nos cursos profissionalizantes que ele possa terminar, que é uma forma de que como diz o ditado “não é dar o peixe, mais ensinar a pescar”, temos que preparar ele e, ele escolher galgar, crescer no final com aquilo que ele tem de melhor, desde que as oportunidades sejam criadas, e ele tenha não só a escolaridade, mas que ele tenha uma qualificação com o que há de melhor e, que isso não seja apenas uma coisa do governo atual, do município ou do estado, mas que ele possa se tornar até lei, que seja uma coisa que passe de governo em governo, faça parte do sistema como um todo, não só para uma ótica específica, que não possa retroceder com a mudança de governo, que dure para sempre, que dali passe pra melhor.

Q9. Sobre o Pronatec, qual a sua visão acerca dele?

R. Eu acho que seja positivo, por que muitas vezes, agente tem situações, realidades diferentes nos municípios que são muito carentes, e que ainda não tem como devido a situação econômica do município mesmo, quando vem um projeto assim a nível federal, vem um incentivo também financeiro, vem uma ajuda e podem ajudar muitos estados, muitos municípios que não tenham como fazer para realmente estar preparando as pessoas nessa área, não só de uma região, mas do Brasil como um todo, da nação como um todo, para que todos tenham uma oportunidade, que todos possam mostrar que têm um potencial e ter direito de escolher o que realmente querem seguir.

ENTREVISTA - Nº 5 (Realizada em 17/02/2012)

ENTREVISTADO E5

Idade: 55 anos

Gênero: Masculino

Formação: Licenciado em Física, depois fiz Mestrado, Doutorado e pós-doutorado.

Tempo da Formação: ?

Função: Professor da Universidade Federal de Pernambuco do Departamento de Física e estou cedido ao Governo do Estado como Secretário de Educação.

Tempo na Função: como secretário 1 ano.

Q1. Qual o perfil de profissional exigido para as vagas que estão sendo oferecidas em Suape/PE?

R. Um profissional que tenha capacidade de liderança, que saiba trabalhar em equipe, que tenha uma visão ampla, global do mundo, que tenha uma visão inclusive social, cultural, que tenha conhecimento de uma língua estrangeira, que tenha habilidades diferenciadas e além disso tudo, que tenha uma formação acadêmica sólida.

Q2. A escola está preparando para o exercício e ocupação dessas vagas? Por quê?

R. Não na forma que eu falei aqui, as escolas estão formando de uma maneira tradicional, onde o estudante sai capacitado com a formação técnica normalmente adequada, mais falta a eles muitas habilidades que a escola precisa ter esse novo olhar, que o estudante do século XXI, ele tem que sair já com a habilidade de saber já trabalhar com planilhas do Excel, de ter uma segunda língua, de saber trabalhar em equipe, de estar preparado para resolver problemas, então, nossa escola tradicional não olha desse jeito, ela olha para uma preparação técnica focada, esse trabalho, essa forma do estudante que está saindo hoje, ela tem que está saindo dessa forma que está relativamente adequada, mas não totalmente adequada.

Q3. É realmente necessário escolas e cursos profissionalizantes para a entrada e permanência nessas vagas oferecidas no Complexo de Suape?

R. O curso profissionalizante, ele é necessário para muitas das vagas que são oferecidas lá, talvez não necessariamente para 100% das vagas, pode ser que tenha um tipo de profissional, que o estudante que tenha o curso médio, que tenha algumas habilidades, alguma qualificação profissional que seja adequada, mas certamente se o estudante tiver uma habilitação técnica, vai estar muito mais bem aproveitado, principalmente se for para um cargo técnico, agora esses os estudantes que saem das nossas escolas técnicas para o foco de Suape, nas escolas da redondeza, mais tem foco para outras atividades também.

Q4. Há alguma possibilidade de Pernambuco conseguir avançar no sentido de favorecer a ocupação das vagas ociosas por pernambucanos e não por estrangeiros de outros estados ou ainda de outros países?

R. É uma questão só de tempo, pois quando foi montado esse complexo, foi pensado e foi corrigido, Pernambuco tinha apenas 6 Escolas Técnicas e, não tinha nenhuma escola técnica formando ninguém naquela região, isso foi assim até 2007, de 2007 pra hoje, nós estamos com 14 Escolas Técnicas funcionando, mas no segundo semestre estaremos com 25 Escolas Técnicas funcionando, e até 2014 teremos 60 Escolas Técnicas, naquela região ali próxima a Suape, e toda a região do Cabo, Ipojuca por ali, vão ter algumas Escolas Técnicas Estaduais, além do Instituto Federal que já existe, então, é uma questão de tempo, pra gente ter mão-de-obra qualificada, formada que só vá atender a necessidade daquela região, inclusive a necessidade de hoje, ela vai migrar um pouco porque tem muito a necessidade de construção, depois vem a necessidade de dar manutenção do dia-a-dia das empresas que estão lá, então o tipo de profissional que estamos formando vai ser muito bem adequado a essa demanda, e é uma questão de tempo para equalizar isso, não é ruim que tenha gente de fora não, o que é ruim é que isso seja a maioria das pessoas, é bom ter alguém de fora para ter interação, para ter um contato diferente, e Pernambuco está acatando não só para Pernambuco, mas também pra fora, agora o que não pode e que não é bom pra ninguém, é que isso tenha gerado uma dependência de outros locais.

Q5. Por que não houve uma preparação prévia para essa expansão do Complexo de Suape?

R. É uma pergunta que agente só pode responder com os fatos, os fatos mostraram que as pessoas que deveriam estar com esse olhar nos anos anteriores, infelizmente não tiveram esse olhar ou não tiveram oportunidade, eu não sei, acho que aí é importante e que no tempo está sendo corrigido, principalmente a partir de 2007 com o Governador Eduardo Campos, com o modelo de gestão, com o olhar não só para o que estava acontecendo de imediato, mais com o olhar bem mais para o futuro, por exemplo, não vai acontecer em Goiana com a Fiat no setor automobilístico, o que aconteceu lá, porque aquele setor automobilístico tem todo um fator agregado que está se formando no pólo de Goiana, hoje já estamos começando a preparar pessoas que vão trabalhar na fábrica que ainda vai ser construída, então esse processo que aconteceu lá pra aquela região de Goiana está sendo pensado tanto no setor automobilístico, mas não só pensado, como está sendo concretizado; também no setor farmacológico, tem gente que está sendo formado exatamente para trabalhar eventualmente lá naquele setor, é uma questão de gestão, que os gestores anteriores não tiveram esse olhar, essa preocupação.

Q6. O que está se fazendo para superar esse déficit de mão-de-obra?

R. A construção das escolas técnicas, como eu disse, que vão ser 60 Escolas Técnicas até 2014, vou te dar um número, em 2010 o Brasil tinha cerca de 10% em média em todos os estados, cerca de 10% dos estudantes que fazem o ensino médio fazendo o ensino técnico, Pernambuco tinha 4,6% dos estudantes dele que faziam o técnico no âmbito geral dos estudantes que faziam o ensino técnico. De 2010 para 2011, o Brasil subiu de 10% para 11%, ou seja subiu 9%, Pernambuco cresceu 46% do número de estudantes do ensino médio que fazem curso técnico, nós saímos de um fator de dois quase, é isso que está sendo feito, porque nós saímos de 6 Escolas Técnicas para 14 e este ano chegaremos a 25, então nós estamos triplicando esse número até 2014 quando tiver 15, 16 mil alunos formados, nós vamos ter que cerca de 60 mil estudantes fazendo o curso técnico e isso é mais ou menos 25% do total de estudantes do médio, portanto o que está sendo feito é preparar Escola Técnica, identificar os cursos de demanda pro presente e de demanda pro futuro, colocar cursos bem qualificados e fazer parceria com as empresas que vão ser atratores, os absorvedores desses estudantes, então, é isso que está sendo feito nesse momento dentro da nossa Secretaria de Educação junto com a Secretaria do Trabalho Qualificação e Empreendedorismo, com a própria Secretaria de Desenvolvimento do

Estado, que agente tem esse olhar geral pra dizer em cada região do Estado, onde é que agente vai colocar uma escola e que tipo de escola.

Q7. Qual a análise que pode ser feita acerca do paralelo qualificação x ingresso no mercado de trabalho?

R. Do ponto de vista geral, é bem defensivo, é fato que quanto mais qualificado mais fácil o estudante ser absorvido, eu não tenho nenhum número de cabeça pra te informar, mas o que agente tem percebido, que dos nossos estudantes daquela região, e mesmo de outras regiões das escolas técnicas mais de 70%, 80% se empregam sem nenhum problema, e outros preferem fazer um curso superior, onde também se dão muito bem, porque ter um curso técnico de eletrônica e fazer um curso de engenharia eletrônica, já vai ter uma habilidade prática que é fundamental pro curso, então eu posso certamente garantir que mais de 95% dos estudantes que terminam o curso técnico, eles ou estão empregados ou seguem numa carreira acadêmica com outra visão do mundo e do curso deles.

Q8. Como as políticas públicas podem favorecer a educação/qualificação para os trabalhadores e/ou possíveis/futuros trabalhadores?

R. Elas precisam ser políticas públicas que passem ultrapassem governos, ou seja, não dependem de governos, que quando agente começa a construir escolas técnicas é uma coisa que vai ficar, eu não criei cursos técnicos só para atender a demanda de Suape, eu criei uma Escola Técnica que vá atender a demanda de Suape e que vá ficando para atender as demandas que vão surgindo no futuro, então, essa profissionalização é uma política pública que serve para toda a sociedade e que depois, ela não pode ficar localizada no lugar que tem empregos, ela tem que ser para todo o estado, e mesmo nesses locais ainda que não tenham um desenvolvimento econômico, eles tenham escolas técnicas, onde agente vai estar formando gente em lugares que hoje não tem um “boom” econômico de certas regiões, então, é assim que a política pública deve ser feita, pensando no estado como um todo e não em nichos, e uma outra coisa que o ensino médio, enquanto política pública, seja todo em tempo integral ou semi-integral e aí você pode também dar cursos de qualificação aos estudantes, então você tem um conjunto que são formados nas escolas técnicas e as escolas em tempo integral que agente pode oferecer, como tem aqui, vou te dar um exemplo concreto: uma coisa chamada Escola Social de Varejo que nós temos a colaboração com o Instituto Walmart, onde o estado

coloca uma parte do recurso e o instituto coloca outra parte do recurso, forma cerca de 600 estudantes por ano, e quando o menino acaba o ensino médio, ele conclui também uma qualificação profissional e, inclusive vão trabalhar , só não vai trabalhar quem tem menos de 18 anos, aí fica como estagiário e, isso não é aluno de escola técnica por que? Porque existe uma política pública de governo que todo o ensino médio do estado de Pernambuco vai ser em tempo integral e semi-integral e, aí você pode agregar valor, então, ela tem que ser uma política pensada pra que toda a rede estadual, ela seja atendida, você pode até priorizar, no primeiro ano um, no segundo outra região, um pouquinho e vá implantando é assim que deve ser.

Q9. Acerca da questão da experiência, existe alguma forma de o Estado intermediar com as empresas acerca disso?

R. Existe, nós estamos sempre em contato com as empresas, do CIEE, dos organismos normais, agente tem contato com as empresas, no caso específico do pólo de Suape, agente sempre tem reuniões com o pessoal da Petrobrás, com o pessoal das grandes empresas pra ver a demanda deles e pra exatamente fazer essa ponte, e, trazer essa capacitação técnica para essa parte prática, já pra dentro da escola antecipadamente e aí depende muito da empresa tem empresa que faz a parceria e vai ao ponto de muita gente aqui vai utilizar esse tipo de equipamento, e aí eles colocam o equipamento dentro da escola e, outras não, então se todos eles pensassem desse jeito, e agente tivesse dentro das nossas escolas cedidos pelas empresas, coisas que eventualmente nossos alunos vão trabalhar, facilitaria muito a vida, algumas fazem isso, outras não.

Q10. Qual é a sua visão acerca do PRONATEC?

R. A minha visão é muito positiva, na forma em que ele foi lançado no ano passado, foram aproveitados todos os cursos que estavam disponíveis naquele momento e a realidade pra cada região, não necessariamente é para aqueles cursos, então a lição que agente aprendeu para não fazer esse ano é identificar quais os cursos apropriados para cada região e que tem demanda e oferta, se baseando muito na oferta e menos na demanda, então aqui em Pernambuco, nós não atingimos 100% dos cursos e a razão é essa a oferta não era apropriada para certa região, e esse ano será lançado novamente e da maneira adequada da oferta com a demanda, mas é um programa excelente porque além de todo o esforço do estado, essa parceria com o governo federal e o sistema S é fundamental.

ENTREVISTA - Nº 6 (Realizada em 15/02/2012)

ENTREVISTADO E6

Idade: 69 anos

Gênero: Masculino

Formação: Engenheiro Mecânico, pós-graduado em Engenharia de Produção.

Tempo da Formação: 47 anos

Função: Secretário de Estado do Trabalho, da Qualificação e do Empreendedorismo

Tempo na Função: Nesta função 1 ano e 2 meses.

Q1. Qual o perfil de profissional exigido para as vagas que estão sendo oferecidas em Suape/PE?

R. Não há diferença entre o Complexo Industrial de Suape e o mundo do trabalho de uma maneira geral, Suape é o nome emblema, mas exigências pra Suape são as mesmas exigências para Vitória, Glória do Goitá, Goiana, se agente está falando em termos de qualificação pré-indústria, e eu diria que agente está no desafio de formar um profissional aonde a habilidade deixa de ser a característica mais importante, continua sendo importante a habilidade, mas o conhecimento, a postura, a atitude tomam também importância cada vez maior nessa formação da competência profissional, então, agente está saindo na área industrial da chaminé como paradigma da indústria para o chip, como paradigma da indústria, e é essa transformação é uma transformação que exige perfis profissionais novos com capacidade de análise, com gerência de seu posto de trabalho, com postura pró-ativa, e isso envolve a necessidade de uma formação básica diferente também, e uma educação básica distinta daquela que era exigida para os profissionais da indústria de chaminé.

Q2. A escola está preparando para o exercício e ocupação dessas vagas? Por quê?

R. A escola só pode estar preparando quando os professores forem preparados, então nessa cadeia a mudança começa na universidade, como é que estão os cursos de licenciatura,

como é que está a formação dos novos professores, continua apenas uma formação de transmissão de conhecimentos ou professor começa a se integrar na inquietude que é a maior característica dessa área do conhecimento e competência do mundo moderno, o professor é o único que sabe na sala, se ele for o único que sabe na sala, ele não pode, ou se ele acha que é o único que sabe na sala, ele não pode preparar o profissional do futuro, então, essa mudança não começa dentro da escola, começa dentro da universidade.

Q3. Seria então uma mudança de cima pra baixo?

R. É uma mudança de cima pra baixo ao mesmo tempo que é uma adaptação a mudança de baixo pra cima que é irreversível, porque se você não faz essa mudança de cima pra baixo, você vai criar sempre um ambiente de conflito entre uma mudança irreversível e uma tentativa de consertar um passado que não é mais possível, hoje o jovem não está mais afim de ouvir 4 horas de discurso por dia, não interessa a ele isso, discurso melhor ele tem na internet.

Q4. É realmente necessário escolas e cursos profissionalizantes para a entrada e permanência nessas vagas oferecidas no Complexo de Suape?

R. O mundo do trabalho não valoriza mais a qualificação, a profissionalização sem educação, todas as estatísticas comprovam isso, se você pegar por exemplo, a região metropolitana do Recife nos últimos 6 anos, houve uma mudança nos últimos 7 anos, houve uma mudança muito grande, o emprego está cada vez mais difícil para quem não tem escolaridade média, em 2003 por exemplo, 38% dos postos de trabalho da região metropolitana do Recife, 38% estavam nas mãos de quem tinha menos de 7 anos de estudo, e, hoje em 2011, esses 38% passaram pra 25%, enquanto isso, quem tem mais de 11 anos de escolaridade, ou seja, quem tem pelo menos o ensino médio completo que eram 44,9% dos postos de trabalho da região metropolitana do Recife em 2003 passaram em 2011 para 59%, no Brasil nesse mesmo período foram gerado 14,5 milhões de novos empregos com carteira assinada, quem não tinha o ensino fundamental completo, quem tinha menos de 8 anos de escolaridade perdeu 700 mil empregos, apesar de terem sido gerados 14,5 milhões, então a coisa mais importante para o futuro é escolarizar adequadamente quem hoje está entrando na escola.

Q5. Há alguma possibilidade de Pernambuco conseguir avançar no sentido de favorecer a ocupação das vagas ociosas por pernambucanos e não por estrangeiros de outros estados ou ainda de outros países?

R. Eu acho que essa sua pergunta virou uma verdade a partir de clichês dos jornais, eu estou no mundo do trabalho há 50 anos e já tive muita inveja de São Paulo e de países da Ásia como o Japão por causa do fluxo de mão-de-obra que saía do Recife, que saía do Nordeste e ia pra São Paulo e depois saía do Brasil e ia para o Japão, hoje agente está achando ruim o fluxo inverso, isso é uma mania de que manchete só é manchete quando as coisas estão ruins, então a última pesquisa por exemplo da Região Metropolitana do Recife que envolve Suape, que envolve o Cabo, que envolve Jaboatão, que envolve os municípios que formam o Complexo Industrial de Suape, deu um índice de desemprego de 4,7% na fronteira do pleno emprego, então quando agente faz a análise macro do que está acontecendo é quase o pleno emprego na região metropolitana do Recife, é claro que o emprego, o trabalho não pode ser uma atividade tem pessoas que não querem um emprego de forma nenhuma, então a volta, um dos clichês que foram preferidos pelos jornais algum tempo atrás é a volta dos soldadores que foram chamados os *decasséguis* do Japão para Suape voltaram 250, quem eram esses 250? Pessoas de 40 anos que há 20 anos atrás não conseguiam um emprego no Recife, nem em São Paulo e por isso, foram para o Japão, nenhum deles foi por livre e espontânea vontade, foi por premente necessidade de ganhar a vida e agora estão retornando, ótimo, excelente, ganharam experiência lá e, estão trazendo a experiência pra cá pra mesclar a grande quantidade de trabalhadores que foi formado e não há escola que forme com experiência, nem universidade, nem escola de ensino médio, nem escola profissional; não há escola que forme com experiência, a experiência se adquire no trabalho, é o caminho que se faz caminhando, então, ótimo que haja essa mistura, ruim é se agente não tiver condições de preparar os pernambucanos para ocuparem esses postos de trabalho, e essa preparação também tem que ser entendida que não se pode preparar para ocupar imediatamente os postos mais altos aonde se exige experiência, então, eu acho que um estudo em algumas empresas importantes em Pernambuco pode desmistificar essa questão que hoje pra mim se parece mais com clichê do que com a realidade.

Q6. Por que não houve uma preparação prévia para essa expansão do Complexo de Suape?

R. Porque gente não é peça de reposição, a partir de mim, de você, ninguém se prepara para o que não existe, porque nós não somos peças de reposição, nós temos que viver hoje e viver amanhã, então a população se preparou para a maneira como poderia viver e, essa maneira que poderia viver, ela é uma maneira dura que durou mais de 20 anos de quase uma estagnação econômica naquela região e no estado, então, o que aconteceu graças a Deus foi uma explosão desenvolvimentista, então antes de estar aqui como secretário de estado, eu dirigi o durante 15 anos o Senai e vou lhe dar apenas um número para ilustrar o que eu estou lhe dizendo, você falou nos últimos 10 anos, eu diria nos últimos 6 anos no máximo que houve essa mudança; que começou a ter essa mudança, então até 2005/2006 na área metal-mecânica, nós nunca tivemos no Senai uma demanda por formação de soldadores que ultrapassasse 40 soldadores por ano, a partir de 2007 essa demanda passou de 40 pra 2000. Agora eu lhe pergunto, se nós tivéssemos começado a formar soldadores em 2002, o que é que esses soldadores iriam fazer de 2002 a 2007? Se fossem peças de reposição podia ser colocada no armário, mas gente é diferente o tratamento com gente é diferente, e agente gosta muito de olhar pra mão-de-obra de qualificação básica, mais isso acontece também dentro das universidades, e acontece inclusive num grau de intensidade e de gravidade maior, há 40 anos atrás, 50 anos atrás quando eu fiz o meu curso de engenharia, engenharia era a área para o qual convergiam os melhores alunos do ensino médio, nesses 20 anos de estagnação econômica, os cursos de engenharia deixaram de ser atrativos, e as médias pro exemplo de entrada nos cursos caíram e pra lá não convergiram os melhores alunos, porque engenharia não oferecia a expectativa para um plano de vida que envolvesse crescimento econômico, etc. então, hoje falta engenheiro porque, porque engenheiro também é gente e não é peça de reposição que se pudesse estocar e botar na prateleira, então no meu entender, hoje o grande pecado do estado não é a falta de qualificação, o grande pecado do estado e do Brasil, é não ter vencido há tempo a questão da escolaridade básica de qualidade, e porque é que eu digo isso, porque um jovem bem preparado, um jovem que tenha capacidade de raciocínio, um jovem que tenha visão crítica, um jovem que tenha a percepção do raciocínio matemático, do raciocínio estatístico, que entenda os fenômenos da natureza, com uma boa formação em física, em química básicas, este jovem se prepara dentro da sua vocação $\frac{1}{3}$ ou $\frac{1}{4}$ do tempo que um jovem sem essa formação escolar levaria para se capacitar e de uma maneira mais precária, então, a grande questão continua a ser, não é mais universalizar porque teoricamente há vagas pra todos no ensino básico, mas a

grande questão é ter uma escola mais atrativa do que a rua, a escola precisa atrair mais do que a rua, pra atrair quem tá na rua, e não para jogar na rua quem está na escola por falta de atratividade dela.

Q7. O que está se fazendo para superar esse déficit de mão-de-obra?

R. Eu volto a insistir que esse déficit de mão-de-obra é uma contingência natural da velocidade do desenvolvimento industrial que o estado graças a Deus pôde adotar pela capacidade de atração de investimentos, vou lhe dar um exemplo, hoje entre a petroquímica e a refinaria Abreu e Lima, nós temos 40 mil trabalhadores, daqui a 2 ou 3 anos quando as duas estiverem em operação e não mais em obras esses 40 mil se transformaram em menos de 5 mil, então, o que isso indica, isso indica que agente tem realmente uma grande bolha de demanda na área de construção e montagem, e essa área de construção e montagem é uma área que num determinado local passa, eu acho que no meu entender, como agente tem muitas questões de infra-estrutura para resolver, na questão da habitação, na questão da mobilidade, na questão do saneamento, na questão do abastecimento de água no estado inteiro, graças a Deus esse contingente que será desmobilizado vai ter condição de se engajar em novas obras.

Q8. Qual a análise que pode ser feita acerca do paralelo qualificação x ingresso no mercado de trabalho?

R. A qualificação é necessária, mas não é suficiente, ela se transforma numa condição necessária e suficiente se atrelada a educação, hoje o mundo do trabalho requer uma escolaridade de no mínimo 11 anos, ensino fundamental e ensino médio completos, como agente incorporou mais 1 ano ao ensino fundamental na matemática legal, então isso passa de 11 pra 12 anos, porque o ensino fundamental agora com a incorporação da pré-escola, o último ano da pré-escola ao ensino fundamental, ele passa a ter 9 anos, essa é uma exigência hoje, eu não tenho nenhum receio de dizer que essa exigência hoje será insuficiente no futuro, então, o que eu digo hoje que essa é a diretriz atual do governo, é atrelar aos últimos anos do ensino médio uma qualificação ou habilitação profissional, ou seja um curso de qualificação profissional ou um curso de habilitação técnica, é o esforço que o governo está fazendo inicialmente para transformar todas as suas escolas de ensino médio em escolas de tempo integral, e esse tempo integral que eu gostaria que fosse estendido também para o ensino fundamental, não do ponto de vista de sobrecarregar a

criança e o jovem no ensino fundamental, mas na tentativa de misturar a arte, misturar o lúdico, misturar a cultura nas chatices das matérias transmitidas de tal maneira a tornar a escola mais atrativa do que a rua, em relação ao ensino médio, por exemplo, nós estamos no meu entender na véspera de uma grande transformação, na hora em que se tornar realidade, todo o aluno ter um tablet, um computador portátil na mão, isso vai se fazer uma verdadeira revolução no ensino médio, isso começou dando um laptop para cada professor, então é necessário, e aí eu digo, é necessário mais não é suficiente, porque há outras distorções a serem corrigidas no Brasil como um todo, como a questão do reconhecimento da importância do professor, mas essa briga vai ficar antiga e a sociedade não aceita briga antiga, “Ah! Eu não faço isso porque recebo pouco!”, a sociedade não vai querer saber disso, a sociedade vai querer saber do que é que é necessário fazer e brigar para que esse fazer seja bem recompensado, mais buscar a recompensa primeiro do que o fazer, me parece que vai ser uma briga que a sociedade não entende.

Q8. Como as políticas públicas podem favorecer a educação/qualificação para os trabalhadores e/ou possíveis/futuros trabalhadores?

R. Eu acho que eu já respondi quase tudo acerca dessa pergunta, dessa questão com a resposta anterior, é levar a qualificação para as escolas de ensino médio, é uma política pública fazer com que o jovem de 18 anos saía do ensino médio com uma qualificação, com um cadastro no sistema único de emprego, com uma carteira profissional, é o primeiro passo real de uma política pública que favorece o ingresso no mercado de trabalho, eu queria aí também colocar uma coisa que eu tenho com muita convicção, na época em que o mercado de trabalho era essencialmente masculino e era essencialmente masculino porque era um dos instrumentos mais importantes no mundo do trabalho eram os músculos, era a força e não a inteligência, a expectativa de vida também era menor, então hoje a expectativa de vida é cada vez maior, graças a Deus, e, agente tem que ver esse equilíbrio de maneira diferente, não adianta aligeirar a formação para jogar o jovem muito cedo no mundo do trabalho, a preparação para o mundo do trabalho deve ser cada vez mais cuidadosa de tal maneira que o jovem entre no momento e com a formação adequada no mundo do trabalho, essa questão de dizer “não, mas o menino precisa ajudar a família!”, é uma falácia, no meu entender politqueira e antiga, a política adequada é ajudar a família manter o jovem na escola pra ele se preparar bem para o mundo do

trabalho, e não botar o jovem rapidamente mal preparado no mercado do trabalho para ajudar a família a botar mais feijão na panela.

Q9. Qual é a sua visão acerca do PRONATEC?

R. Eu sou até uma pessoa não isenta para falar do Pronatec, porque antes dele, no Seminário Estadual de Educação do Poder Legislativo, cuja presidente na ocasião era a Deputada Teresa Leitão, eu fui convidado pra fazer a Palestra de Abertura e nessa palestra de abertura, eu terminei com duas sugestões, duas propostas. A primeira delas, fazer valer o que manda a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente ofertando gratuitamente Programas de Qualificação Básica de adultos sempre associados a melhoria da escolaridade, que deve ter como objetivo mínimo a educação de nível fundamental, a educação básica pelos alunos trabalhadores dos programas e a segunda proposta, aumentar drasticamente a oferta de educação profissional em nível técnico, articulada com o ensino médio, pra isso faço referencia, estou lendo textualmente a proposta que está publicada, que está nos anais da Assembléia, faço referencia a experiência do Proni, para com as devidas adequações, implementar um Programa Estadual de Ensino Técnico – PROTEC – e, isso virou PRONATEC, foi botado o “na” e virou um programa nacional, então eu sou inteiramente favorável ao Pronatec; a sua partida tem coisas a corrigir, porque ele partiu e partiu em 2011 a partir de uma consulta aos ofertantes, da capacidade de oferta, a identidade do ofertante que foram solicitadas a apresentá-las e o que podiam ofertar e, no meu entender, como isso é um programa também que valoriza e oferece recursos a identidades ofertantes de formação profissional, ele deve se basear pela demanda e ao fazer esse rastreamento de demanda, negociar a adequação da oferta a essa demanda e não tentar, vamos dizer assim, impor uma oferta, então, eu acho que agente tem aí uns 2 ou 3 anos de negociação nesse sentido e, nós aqui em Pernambuco por exemplo, já estamos utilizando o Pronatec foi feita por essa secretaria uma negociação com o Ministério do Desenvolvimento Social, talvez aí seja uma questão que devesse ser corrigida, porque o Pronatec é um programa do Ministério da Educação e está sendo operado com o Ministério da Educação com as Secretarias de Educação, tendo o Ministério da Educação e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza num público alvo que é o público do Bolsa Família, do Seguro Desemprego, etc., eu acho que a articulação deve ser o Ministério da Educação e o Ministério do Trabalho, e a implementação deve envolver sempre uma parceria entre as Secretarias de Educação e as

Secretarias do Trabalho, que entende e eu vou dizer isso com muita tranquilidade, porque há 48 anos atrás eu iniciei minha carreira de magistério na Escola de Engenharia de Pernambuco e na Escola Politécnica, então, já tenho 48 anos nessa profissão, mas o professor, o Ministério da Educação, não entende de perfil profissional, quem entende de perfil profissional é o Ministério do Trabalho, que em conjunto com os empregadores construiu um instrumento muito importante que é a Classificação Brasileira de Ocupações, e essa classificação de ocupações permanentemente atualizada oferece os perfis profissionais que o mundo do trabalho precisa, aí a partir desses perfis a escola entra e faz os percursos formativos pra atingir aqueles perfis, mas o professor não tem competência de ele criar o perfil, então isso está dentro dessa ótica ou dessa mudança de ótica, que eu acho que é indispensável para o sucesso do Pronatec, adequar a oferta a demanda existente e não tentar adequar a demanda a oferta existente, o que é que acontece quando você chega em qualquer local que tem uma promoção, é uma promoção de artigos que não tiveram demanda NE educação nessa partida do Pronatec aconteceu também isso, quando se pediu as instituições ofertantes o que é que eles podiam fazer, disseram claramente, agente pode fazer os cursos para os quais agente não teve demanda, porque agente tem professores e instalações ociosas nessas áreas, mas essas áreas já não tinham demanda e continuaram sem ter demanda, não interessa aos jovens porque o mundo do trabalho não as quer naquela dimensão, naquela quantidade.

ENTREVISTA - N° 7 (Realizada em 12/04/2012)

ENTREVISTADO E7

Idade: 34 Anos

Gênero: Feminino

Formação: Magistério/Está fazendo Administração de Empresas

Tempo da Formação: 15 anos

Função: Coordenadora do Prédio do Nascedouro de Talentos

Tempo na Função: 1 ano e 3 meses

Q1. Qual o perfil de profissional exigido para as vagas que estão sendo oferecidas em Suape/PE?

R. Um profissional qualificado, apto as mudanças no mercado de trabalho, que seja um profissional que se adeque a todas as novas estruturas e as novas tecnologias que estão chegando em Suape.

Q2. A escola está preparada para o exercício e ocupação dessas vagas?

R. Pra certas profissões, como serralheiro, pintor, marceneiro, soldador e algumas mais. Porém, essas são as que agente trabalha aqui. (Ela se referiu ao Nascedouro de Talentos)

Q3. É realmente necessário escolas e cursos profissionalizantes para a entrada e permanência nessas vagas oferecidas no Complexo de Suape?

R. Sim. Sim, porque hoje Ipojuca tem um futuro diferente de 8 anos atrás, Suape chegou aqui de repente, digo, o progresso meio que de repente e as pessoas não estavam preparadas pra ele, hoje, é o momento que se investe em qualificação profissional para que os jovens e os adultos do município se empreguem em Suape, sendo mãos qualificadas, sem precisar trazer de fora essa mão-de-obra.

Q4. Há alguma possibilidade de Pernambuco conseguir avançar no sentido de favorecer a ocupação das vagas ociosas por pernambucanos e não por estrangeiros de outros estados ou ainda de outros países?

R. Sim, mais para que isso ocorra é preciso mais investimento, tanto do governo estadual quanto do governo municipal, e, também que haja interesse da população.

Q5. E nesse caso você acha que está havendo interesse da população?

R. Mais dos jovens do que dos adultos, na verdade eles já estão acostumados com o que se tinha antes, hoje não, hoje os jovens já tem mais interesse, por causa da competição entre eles, aí eles já tem mais interesse no mercado de trabalho.

Q6. Por que não houve uma preparação prévia para essa expansão do Complexo de Suape?

R. Também, porque de 8 anos pra cá, do governo Lula pra cá é que as pessoas passam a se interessar mais, os jovens por enquanto viram um caminho em Suape, porque Ipojuca teve um período que era mesmo só o turismo, onde gerava empregos só na área do turismo, e Suape quando chegou; digo, Suape já está aqui há mais de 30 anos, mas assim, no caso da quantidade de indústrias, ela não era tão divulgada, então quando ele chegou de 8 anos pra cá, então foi assim surgindo emprego de uma hora pra outra, só que os jovens do município, eles ainda não estavam preparados, tanto que os empregos que os jovens do município ocupavam eram só mão-de-obra (se refere nesse caso a construção civil).

Q7. O que está se fazendo pra superar esse déficit de mão-de-obra?

R. Hoje além de ter cursos profissionalizantes tanto aqui, como na prefeitura do município, agente tem vagas de cursos também, eu acho que investimento na educação de forma que os jovens do município entrem numa faculdade, num curso técnico, então esse investimento eu vejo hoje.

Q8. Qual a análise que pode ser feita acerca do paralelo qualificação x ingresso no mercado de trabalho?

R. Que está se construindo ainda uma qualificação, pois é muito importante estar qualificado, hoje, você só entra numa empresa se for qualificado, não só no caso de Suape, você só entra se for qualificado, se não tiver qualificação, só vai fazer serviço de mão-de-obra, que é a construção civil.

Q9. E a questão da experiência também não influencia não?

R. Também, mas hoje eu vejo como as empresas investem mais no profissional que está saindo de um curso, que está sendo qualificado agora, está dando oportunidades.

Q10. Existe alguma parceria de alguma empresa com essa escola?

R. Tem sim. A escola foi fundada em 08 de julho de 2007, através de uma parceria do Estaleiro Atlântico Sul com a Camargo Corrêa em usar o antigo Matadouro para o

Nascedouro de Talentos, então, a parceria que há hoje é com as empresas, a Camargo Corrêa está investindo na educação do Município, hoje mesmo está ocorrendo uma formação aqui em termos de educação, que é o “Programa nas zonas da leitura”, então você investe nos professores em troca, tem incentivo fiscal e benefícios para a educação.

Q11. Como as políticas públicas podem favorecer a educação/qualificação para os trabalhadores e/ou possíveis/futuros trabalhadores?

R. As políticas públicas hoje, elas estão de uma maneira que é um projeto em cima do outro, você mal tem tempo de terminar um, que já começa outro projeto, incentivo há demais. Se eu for fazer as contas de um projeto de políticas públicas com as empresas x educação, eu vejo um retorno maior, mas eu ainda vejo que os jovens precisam de mais incentivo pra se promover empregos, até porque agente também vive numa área turística, onde a questão das drogas é muito grande aqui, e, a cada dia é mais uma criança que ingressa nesse meio. Hoje, falta incentivo de tirar aquele jovem daquele meio, para uma cada de recuperação no município, talvez seja preciso investir no município, eu não sei como funciona essa questão da parceria com a Secretaria de Educação, de Ação Social, eu não sei. Deveria tornar interessante essa questão para os jovens, que ao invés de buscar R\$ 800,00/900,00 em um trabalho com 1 mês. Ele vai tirar isso aí em 1 semana com a venda de drogas. Então, é mais fácil pra eles, ele não vai precisar acordar cedo pra ir pro trabalho, ao contrário, ele vai lá leva a droga e trás o dinheiro e o resto do dia é lazer.

Q12. Sobre o Pronatec, qual a sua visão acerca dele?

R. Muito bom. Só que infelizmente aqui no município, eu acredito que ele não foi contemplado, não houve nenhuma escola do estado a contemplar o Pronatec. Pois o aluno aqui quando consegue fica mais fácil, porém quando é de outro distrito como Camela, Serrambi, Nossa Senhora do Ó, Porto de Galinhas, é mais distante pra eles, o custo é maior, por isso tem a questão no município dos ônibus escolares – que eles até servem. Porém, é muito mais difícil eles se deslocarem, a não ser que eles tenham um incentivo de custeio de passagens, não só do município, mas também do governo do Estado. Houve no Cabo de Santo Agostinho, mas também pela quantidade de vagas oferecidas que foram poucas e a distância, fica difícil. Aqui no Nascedouro de Talentos poderia até ser, se nós destinássemos 2 salas nos 3 horários, seriam 6 turmas, então, eu teria 300 alunos do Pronatec formados aqui. Mas, infelizmente aqui não foi contemplado. O Cabo – município vizinho - foi contemplado, com 2 ou 3 escolas e não houve divulgação, acredito que Ipojuca não houve, e se houve, não foi divulgado, pois depende dos cursos oferecidos, por exemplo, dos cursos que eu tenho aqui, o de gesso dura 1 mês, então, eu tenho aqui uma turma de 1 mês, daqui que eu venha divulgar novamente e,

atualmente, já não temos mais tanto interesse assim em cursos apenas de mão-de-obra, o interesse agora é em cursos técnicos, porque a renda vai ser maior, até porque hoje o jovem está com a cabeça a mil, inserindo novas e novas inovações, pra ele não é bom fazer um curso de gesseiro, pintor ou serralheiro, ele quer mesmo é mexer com novas tecnologias. Então, eu tenho dificuldades, por exemplo, de montar novas turmas para esses cursos, eu criei atualmente inscrições para uma nova turma de gesseiro, para começar no início de março, porém, só conseguir matricular 4 alunos, logo, não compensa pra mim fazer um curso com 4 alunos, porque o custo com o profissional que vem fazer o curso, o custo com o lanche não compensa, é muito maior. Agora se eu botar aqui um curso de informática para mexer com essa área de eletrotécnica, essas coisas teriam uma maior aceitação, por exemplo, a mesma instituição que estava oferecendo o curso de gesseiro, ofereceu também o de inglês e espanhol, e eu estou com 3 turmas lotadas, porque, a copa vem aí e precisa-se de gente que fale inglês e espanhol, isso ocorreu por causa do interesse futuro. mas os cursos de gesseiro, serralheiro, pedreiro, para o jovem não interessa, e até pode se tornar interessante, se nós fizéssemos com que ele se interesse – no caso dos jovens -, já no caso dos adultos, muitos não tem disponibilidade, porque já trabalham e chegam em casa 6/7 horas da noite, já está cansado e não vai querer fazer o curso, então, os cursos devem ser direcionados aos jovens, e nós devemos chegar nas escolas estaduais, municipais, no próprio IFPE – Instituto Federal de Pernambuco – e dizer que estamos oferecendo cursos de graça, isso sim, demonstraria interesse.

APENDICE V



FUNDAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DE OLINDA - FUNESO
UNIÃO DE ESCOLAS SUPERIORES DA FUNESO – UNESF
Criada pelo Parecer nº 397 de 07.07.97, do Conselho Nacional de Educação – CNE
Regimento Aprovado pela Portaria nº 944 de 15.08.97, DOU de 18.08.97
Campus Universitário, S/N - Jardim Fragoso – Olinda – PE
CNPJ 08.905.382/0001-04 - Fones: (81) 3054.1983 / 3054.1980 – Telefax 3054.1981



Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/FUNESO
Registro Nº 1146/2003 – CONEP/CNS/MS

Olinda, 19 de dezembro de 2011

Prezado (a) Pesquisador (a):

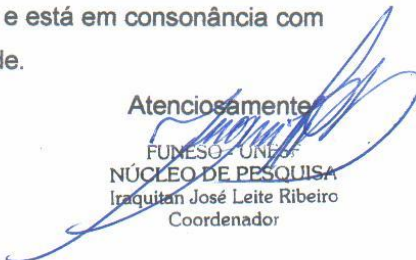
JOSEANE FÁTIMA DE ALMEIDA

O Comitê de Ética em Pesquisa - CEP/FUNESO, em reunião do dia 16 de dezembro de 2011, considerou **APROVADO** o projeto de CAAE Nº 0143.0.104.000-11, intitulado **EDUCAÇÃO E TRABALHO: UM BREVE ESTUDO SOBRE A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E O MERCADO DE TRABALHO EM PERNAMBUCO**, cujo objetivo geral: Identificar a concepção dos alunos acerca da Educação Profissionalizante em sua formação o mercado de trabalho. E tem como pesquisador principal **MARIA DAS GRAÇAS ANDRADE ATAIDE DE ALMEIDA**.

RESUMO DO PARECER DO CEP

O estudo não apresenta riscos e agravos bioéticos e está em consonância com a Resolução 196/96 do Conselho Nacional da Saúde.

Atenciosamente,


FUNESO - UNESF
NÚCLEO DE PESQUISA
Iraquitã José Leite Ribeiro
Coordenador